

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO
ACADÊMICO

Marcelo Fábio Peixoto de Araujo Andrade da Silva

**LA MIGNONNE DU BRÉSIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-
ARGUMENTATIVA DE ENUNCIADOS QUE COMPÕEM O DISCURSO TURÍSTICO
SOBRE A CIDADE DE SÃO LUÍS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS DA
PREFEITURA MUNICIPAL E DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**

São Luís

2019

Marcelo Fábio Peixoto de Araujo Andrade da Silva

**LA MIGNONNE DU BRÉSIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-
ARGUMENTATIVA DE ENUNCIADOS QUE COMPÕEM O DISCURSO TURÍSTICO
SOBRE A CIDADE DE SÃO LUÍS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS DA
PREFEITURA MUNICIPAL E DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos em Linguagem e Práticas Discursivas.

Linha de pesquisa: Estudos em Linguagem e Práticas Discursivas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Graça dos Santos Faria.

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Mônica da Silva Cruz.

São Luís

2019

Marcelo Fábio Peixoto de Araujo Andrade da Silva

LA MIGNONNE DU BRÉSIL: uma análise discursivo-argumentativa de enunciados que compõem o discurso turístico sobre a cidade de São Luís nas plataformas digitais da prefeitura municipal e do governo do estado do Maranhão

Conceito final:

Aprovado em 13 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria da Graça dos Santos Faria (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a Dr^a Ilza do Socorro Galvão Cutrim (Membro Interno)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a Dr^a Paula Francinetti de Araujo Tavares (Membro Externo)
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Prof^a Dr^a Marize Barros Rocha Aranha (Suplente)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

AGRADECIMENTOS

Confesso que ao chegar a este momento da dissertação me vem à mente a música “The road so far”, da série americana “Supernatural”, por me identificar com os protagonistas da trama, especialmente pelos obstáculos de outro mundo que ambos vivenciam em todas as temporadas do *show*.

Chegar até aqui não é fácil. Muitas vezes percorremos o caminho da pós-graduação sozinhos e duvidando se iremos chegar, de fato, ao destino desejado. Por isso, parafraseando uma frase em voga no atual cenário político brasileiro, se eu estou mestre é porque “eu mereci”.

Agradeço a todos os envolvidos durante essa caminhada, alguns durante (e somente) o começo desta estrada maluca que é cursar um Mestrado, outros que encontrei no meio do percurso e alguns poucos que me acompanham desde o começo até aqui. Para todos eles, meu MUITO OBRIGADO!

Agradeço a Deus pela força dada nos vários momentos de desânimo. Agradeço à minha querida mãe por ser uma ouvinte maravilhosa, sempre disposta a realizar uma espécie de “maiêutica” comigo, nesse processo de descoberta da pesquisa, além do apoio emocional e financeiro de sempre. Agradeço também minha avó pelas conversas descontraídas e pelo “votrocínio”, afinal, não sai barato cursar um mestrado sem bolsa de estudos.

Agradeço aos queridos professores da linha de pesquisa dois do Mestrado, sem suas orientações nada disso teria sido possível, em especial, às professoras Marize Aranha e Ana Lúcia, por me apresentarem um outro ponto de vista discursivo: a argumentação.

Serei eternamente grato pelos olhares e sugestões dadas pela minha banca de qualificação, na figura das professoras Ilza Galvão Cutrim e Paula Francinetti de Araujo Tavares, que me proporcionaram enxergar pontos da minha pesquisa que precisavam ser melhorados e desenvolvidos.

E claro, não menos importante, agradeço às minhas duas mães e orientadoras, Maria da Graça Santos Faria e Mônica da Silva Cruz, que sofreram bastante durante todo o processo e apesar dos pesares, sempre me deram suporte e incentivo.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo geral realizar uma análise discursivo-argumentativa de enunciados sobre a cidade de São Luís nas plataformas digitais da Prefeitura Municipal e também do Governo do Estado do Maranhão. Consideramos que as referidas plataformas se valem de certos artifícios discursivos – como *técnicas argumentativas* (que visam à adesão de um auditório a uma determinada tese) e *procedimentos externos de exclusão* (que podem interditar, silenciar ou mesmo criar vontades de verdade) –, capazes de influenciar a decisão de um turista-internauta em potencial. Em um contexto pós-moderno, marcado pela tecnologia da informação e regido pelo capitalismo, compreendemos que a cidade de São Luís tornou-se, no discurso de sua Prefeitura e do Governo estadual, um produto a ser consumido. Com relação aos aspectos metodológicos, esta pesquisa será de base qualitativa, ancorando-se em algumas categorias que compõem o método arqueogenealógico foucaultiano, entre elas, o princípio da dispersão do enunciado. O referencial teórico pauta-se na taxonomia argumentativa perelmaniana e em conceitos derivados dos estudos discursivos foucaultianos, pilares da análise discursivo-argumentativa empreendida. O texto divide-se em cinco capítulos e os resultados demonstram que as plataformas da Prefeitura e do Governo do Estado promovem a cidade de São Luís no ambiente virtual como uma cidade singularizada dos demais destinos nacionais, especialmente no que diz respeito à diversidade cultural encontrada na capital maranhense.

Palavras-chave: São Luís. Turismo. Diversidade cultural.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo general realizar un análisis discursivo-argumentativo de los enunciados sobre la ciudad de São Luís en las plataformas digitales del Ayuntamiento y también el Gobierno del Estado de Maranhão. Consideramos que estas plataformas utilizan ciertos dispositivos discursivos – como *técnicas argumentativas* (que apuntan a la adhesión de una audiencia a una tesis en particular) y *procedimientos externos de exclusión* (que pueden interferir, silenciar o incluso crear ganas de verdad) – capaces de influenciar en la decisión de un turista-internauta en potencial. En un contexto posmoderno, marcado por la tecnología de la información y gobernado por el capitalismo, entendemos que la ciudad de São Luís se ha convertido, en el discurso de su Ayuntamiento y el Gobierno del Estado, en un producto para ser consumido. En cuanto a los aspectos metodológicos, esta investigación será de base cualitativa, anclando en algunas categorías que componen el método arqueogenealógico propuesto por Foucault, entre ellos, el principio de dispersión del enunciado. El marco teórico se basa en la taxonomía argumentativa perelmaniana y en los conceptos derivados de los estudios discursivos foucaultianos, pilares del análisis discursivo-argumentativo realizado. El texto se divide en cinco capítulos y los resultados muestran que las plataformas del Ayuntamiento y el Gobierno del Estado promueven a la ciudad de São Luís en el espacio virtual como una ciudad singular, se comparada a otros destinos nacionales, especialmente con respecto a la diversidad cultural que se encuentra en la capital de Maranhão.

Palabras-clave: São Luís. Turismo. Diversidad cultural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Proposta esquemática para a Arte Retórica Aristotélica realizada por Almeida Junior (2009).....	41
Figura 02 – Quadro dos gêneros discursivos segundo Almeida Junior (2009).....	43
Figura 03 – Livro didático utilizado pela Prefeitura de São Luís na educação básica.....	66
Figura 04 – Semáforo de São Luís.....	113
Figura 05 – O Patrimônio da Humanidade segundo o site da Prefeitura de São Luís.....	124
Figura 06 – Imagem de uma transeunte durante o São João de São Luís 2019.....	125
Figura 07 – Imagem da manifestação popular Bumba-Meu-Boi.....	133
Figura 08 – Imagem da promoção do São João 2019 pelo Governo do Estado	134
Figura 09 – Logo marca do site da Prefeitura de São Luís.....	142
Figura 10 – Instantâneo do site da Prefeitura de São Luís sobre a diversidade cultural.....	144
Figura 11 – Instantâneo do site da Prefeitura de São Luís sobre outros aspectos da cidade.....	145

SUMÁRIO

1 Introdução.....	9
2 Contribuições de Michel Foucault para uma teoria do discurso.....	14
2.1 A fase arqueológica: noções-chave	17
2.1.1 O enunciado e sua função enunciativa	25
2.2 A fase genealógica: noções-chave	28
3 A dimensão argumentativa do discurso: contribuições da Nova Retórica de Chaïm Perelman.....	34
3.1 A Retórica Clássica	36
3.2 Contribuições perelmanianas ao campo da argumentação no século XX.....	47
3.2.2 As técnicas argumentativas	50
4 A capital maranhense do século XIX: a criação do mito da fundação francesa de São Luís e do epíteto de “Athenas Brasileira”	63
4.1 La mignonne du Brésil: a única cidade brasileira fundada por franceses e colonizada por portugueses.....	76
5 A São Luís dos séculos XX e XXI: de Patrimônio Cultural da Humanidade à Capital da Diversidade Cultural.....	84
5.1 O discurso turístico sobre São Luís após o reconhecimento da UNESCO e o atual mote turístico: a Capital da Diversidade Cultural	101
6 Procedimentos metodológicos e análise dos <i>corpora</i>	118
6.1 A formação discursiva em torno do Patrimônio Material	122
6.2 A formação discursiva do Patrimônio Imaterial.....	131
6.3 A formação discursiva da Diversidade Cultural	140
7 Considerações finais	152
Referências	155

1 INTRODUÇÃO

A rede mundial de computadores, desde a sua emergência, tem transformado as relações sociais e comunicativas dos sujeitos sociais. Se outrora o compartilhamento de informações era demorado, agora, graças às ferramentas interacionais dispostas na internet, como sites e outras redes sociais digitais, essa troca comunicativa acontece num estalar de dedos.

Além da interação virtual de cunho social, percebemos que algumas instâncias de poderes públicos, sejam elas locais ou estatais, vêm modificando a sua maneira de se relacionar com o público. Se anteriormente uma determinada cidade era discursivizada por meio de material impresso, atualmente, essa divulgação acontece no espaço virtual.

Segundo Carvalho (2014, p. 9), algumas cidades históricas vêm sendo ressignificadas na rede mundial de computadores, sobretudo no que diz respeito ao turismo, transformando essas cidades históricas em produtos para serem consumidos, atendendo assim a uma lógica capitalista.

Com a cidade de São Luís não tem sido diferente. A autora aponta que as mídias, nesse processo de discursivização, desempenham um importante papel “considerando que ela se apresenta como uma grande vitrine, onde se expõem artigos para o consumo e se produzem desejos e subjetividades, comportamentos e costumes” (CARVALHO, 2014, p.47).

Dessa maneira, acreditamos ser importante explorar, no contexto pós-moderno e tecnológico do século XXI, como a cidade de São Luís é discursivizada na rede mundial de computadores, uma vez que estamos tratando de um espaço antigo e moderno, simultaneamente.

Para isso, acreditamos que as plataformas digitais da Prefeitura Municipal de São Luís e também a do Governo do Estado do Maranhão sejam significativas para avaliarmos de que maneira a cidade de São Luís é discursivizada no ambiente virtual. Seria a capital maranhense discursivizada por conta do seu Patrimônio Cultural Material, caracterizado pela herança lusitana deixada no seu Centro Histórico? Será que a cidade de São Luís é famosa na rede mundial de computadores por conta de suas manifestações populares? Será que o discurso que promove a capital maranhense no ciberespaço paira sobre as praias e outros atrativos naturais ou seria uma mistura de todas essas indagações?

O presente estudo tem como objetivo principal analisar como essas instâncias do poder local – Prefeitura Municipal e Governo do Estado do Maranhão – agenciam informações sobre a cidade de São Luís no intuito de atrair turistas-internautas para essa região. A escolha em se trabalhar com as plataformas aconteceu por acreditarmos que o discurso que promove São Luís no ciberespaço pode ser considerado como um discurso oficial, uma vez que não é qualquer sujeito que discursiviza a capital maranhense, mas esferas do poder. Dessa maneira, percebemos que o discurso que promove a capital maranhense na internet não se inscreve apenas no domínio político, mas também no campo turístico, afinal, quem estaria mais apto a discursivizar a capital maranhense do que os poderes locais?

Assim, buscamos realizar uma análise discursivo-argumentativa dos enunciados que compõem um discurso turístico oficial sobre a cidade de São Luís nas plataformas digitais da Prefeitura e também do Governo do Estado, por acreditarmos que existe uma dupla função discursiva nessas esferas do discurso político que o aproxima do discurso turístico: a) são criadas vontades de verdade sobre a capital maranhense, no intuito de promovê-la como um destino único entre as cidades nordestinas e também brasileiras e; b) existem argumentos que subjazem aos enunciados das referidas plataformas no intuito de convencer/persuadir o turista-internauta a vir conhecer (ou mesmo voltar) à cidade de São Luís.

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, nossa análise será realizada a partir dos estudos do filósofo belga Chaïm Perelman, considerando que todo discurso, independente de sua natureza – se turístico, político, médico ou outro – visa convencer/persuadir um determinado público. Também serão acionados postulados que compreendem a *fase arqueogenealógica* do filósofo francês Michel Foucault, para compreendermos as condições de possibilidades e de surgimento de determinados enunciados que contribuíram/contribuem para a compleição atual do discurso turístico sobre a capital maranhense.

Além dos dois pilares teóricos deste estudo – da argumentação no discurso perelmaniana e Análise do Discurso (AD) francesa de matiz foucaultiana –, faz-se necessário o chamamento de vozes de estudiosas locais para esta interlocução, como a historiadora Lacroix (2002), que realiza uma investigação na perspectiva da história nova (BURKE, 2011; FOUCAULT, 2008; SHARPE, 2011) da cidade de São Luís, propondo uma outra leitura sobre a fundação francesa da cidade; a turismóloga

Cutrim (2011), que realiza uma arqueologia da noção de *patrimônio* no Brasil e suas implicações no âmbito de políticas públicas patrimoniais locais e; Carvalho (2009), também turismóloga, que realiza uma arqueogenealogia da capital maranhense, conectando alguns acontecimentos discursivos ocorridos na cidade durante os séculos XIX-XXI que ensejaram a emergência do título de Patrimônio Mundial da Humanidade à cidade de São Luís.

A metodologia adotada para este estudo é de base qualitativa e também está ancorada no *método arqueogenealógico* proposto por Michel Foucault, uma vez que analisamos diferentes enunciados e acontecimentos discursivos sobre a história da cidade de São Luís que, em certa medida, influenciam ainda o discurso que promove a capital maranhense nas plataformas digitais dos poderes locais. A arqueogenealogia foucaultiana far-se-á presente, enquanto teoria, ao observarmos que a história da cidade de São Luís apresenta não apenas uma versão oficial, mas também uma versão não oficial, diferente dos livros de história em perspectiva tradicional. Nesse contexto, algumas noções como de *dispersão*, *ruptura* e *história nova* (arqueológicas), assim como a relação *saber-poder* (genealógica) serão elementos-chave para que possamos compreender camadas mais profundas dos argumentos lançados pelas plataformas digitais das instâncias de poder supracitadas no intuito de promover a capital maranhense na internet.

Já a arqueogenealogia foucaultiana enquanto metodologia far-se-á presente em nossa pesquisa em momentos pontuais: a) na seleção/delimitação do *corpus*, ao selecionarmos alguns enunciados a partir de *regularidades discursivas* e; b) na organização dos enunciados selecionados para análise em três *formações discursivas*, entendidas pelo filósofo francês como um elo discursivo.

Do ponto de vista teórico, adotaremos também a taxonomia argumentativa proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) para compreendermos as relações de persuasão/convencimento utilizados pela Prefeitura e Governo do Estado em suas plataformas digitais, no intuito de promover o turismo na capital maranhense.

Nossa pesquisa está dividida em cinco capítulos. O capítulo primeiro, intitulado *Contribuições de Michel Foucault para uma teoria do discurso*, será destinado a discutir, de maneira breve, as contribuições do filósofo francês para uma teoria do discurso, no qual apresentaremos algumas noções basilares do método arqueogenealógico proposto por Foucault, tais como *história nova*, *acontecimento*

discursivo, descontinuidade, enunciado, discurso, interdição, dentre outras categorias.

O capítulo segundo, intitulado *A dimensão argumentativa do discurso: contribuições da Nova Retórica de Chaïm Perelman*, apresentaremos ao leitor algumas contribuições perelmanianas no campo da argumentação, especialmente no que diz respeito à taxinomia argumentativa proposta por ele em seu *Tratado de Argumentação*. Contudo, antes de discutirmos as contribuições do filósofo belga do direito para o campo da argumentação discursiva do século XX, é necessário pormos em relevo alguns pontos importantes da Retórica Clássica pensada por Aristóteles, uma vez que o Tratado de Argumentação proposto por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) é uma releitura da retórica aristotélica.

Já o capítulo terceiro, intitulado *A capital maranhense do século XIX: a criação do mito da fundação francesa de São Luís e do epíteto de “Athenas brasileira”*, objetiva discutir à luz da pesquisa da historiadora Lacroix (2002) a criação do mito de fundação francesa de São Luís. Nesta seção apresentaremos ao leitor algumas passagens históricas sobre a origem da capital maranhense, em perspectiva da história nova, que irão fazer com que entendamos os esforços que sempre existiram na tentativa de singularizar São Luís de outras cidades e capitais brasileiras.

O capítulo quarto, *A São Luís dos séculos XX e XXI: de Patrimônio Cultural da Humanidade à Capital da Diversidade Cultural*, discute à luz das pesquisas das turismólogas Carvalho (2009) e Cutrim (2011) alguns momentos importantes para a cidade de São Luís durante os séculos XX e XXI, a saber: as ações necessárias para que a capital maranhense fosse reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, cujas movimentações datam desde a década de 1970 e culminam no reconhecimento da UNESCO no ano de 1997 (século XX) e a identificação atribuída à capital maranhense durante o século atual, de Capital da Diversidade Cultural. O intuito dos capítulos três e quatro é o de inteirar o leitor de alguns dos principais momentos que marcam a história da cidade, desde a sua fundação, passando pelo reconhecimento da UNESCO como um Patrimônio Cultural da Humanidade, até chegarmos à compleição do discurso turístico atual, pautado na Diversidade Cultural encontrada na capital maranhense.

O quinto e último capítulo, *Procedimentos metodológicos e análise dos corpora*, destina-se a explicar os procedimentos metodológicos adotados para esta

pesquisa, como a recolha dos enunciados que compõem o nosso *corpus*, a necessidade em distribuir esses enunciados em três formações discursivas distintas para ser analisados, dentre outros aspectos importantes para realizar o objetivo geral proposto neste estudo: uma análise discursivo-argumentativa a partir de enunciados retirados das plataformas oficiais da Prefeitura de São Luís e também do Governo do Estado do Maranhão, verificando de que maneira essas instâncias do poder agenciam informações sobre a capital maranhense no ambiente virtual.

2 CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA UMA TEORIA DO DISCURSO

A concepção de discurso do filósofo francês Michel Foucault possui filiações teóricas ligadas a Saussure, Marx e Freud, uma vez que esta instância da linguagem (o discurso) é concebida como um instrumento pelo qual é possível estudar e analisar o sujeito, afinal, ele (o sujeito) só se constitui como tal pelo/no discurso.

Para alguns estudiosos da obra foucaultiana (GREGOLIN, 2004; FERNANDES, 2012) o filósofo não se interessou, necessariamente, em fundar um campo científico, uma vez que a sua verdadeira preocupação era com a constituição do sujeito no Ocidente, especialmente na fase que conhecemos como arqueológica.

Segundo Foucault, podemos entender o discurso como:

(...) um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo. (FOUCAULT, 2008, p. 98-99).

Como podemos depreender, o pai do método arqueológico deteve sua atenção mais a aspectos do discurso relacionados à História e à Filosofia, do que necessariamente à dimensão linguística desse elemento. O linguístico em Foucault viria ser a materialização discursiva daquilo que pesquisava, por exemplo: quando surgiu a medicina no ocidente? Qual a possibilidade de emergência do discurso médico? Qual a necessidade do discurso médico em uma dada comunidade ocidental? Todas essas perguntas seriam respondidas pelo filósofo francês a partir de discursos cuidadosamente selecionados e que circularam em uma determinada sociedade num espaço temporal também limitado.

Sobre Análise do Discurso (AD) de matiz foucaultiana, a estudiosa brasileira Gregolin (2004) assevera:

[...] o projeto foucaultiano não tinha como objetivo construir uma teoria do discurso – suas temáticas sempre foram amplas e envolveram as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental e, inserido em vastas polêmicas, sua investigação abriu-se em várias direções: buscou

compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das “ciências humanas” na sua fase chamada “arqueológica”; tentou compreender as articulações entre os saberes e os poderes, na fase denominada “genealógica”; investigou a construção histórica das subjetividades, em uma “ética e estética da existência”. (GREGOLIN, 2004, p. 53-54).

Dado o exposto, a escolha em trabalhar com a AD francesa de matiz foucaultiana nesta pesquisa se dá pelos diálogos interdisciplinares que a AD nos possibilita. Talvez a pesquisa não fosse interessante do ponto de vista meramente linguístico, mas a partir do momento em que nos propomos a realizar a análise discursivo-argumentativa dos enunciados que compõem um discurso turístico em sites tidos por nós como oficiais – site da Prefeitura Municipal de São Luís e site do Governo do Estado do Maranhão – fomos levados a escavar o solo histórico da capital maranhense, buscando discursos sobre sua fundação, bem como os eventos que levaram a capital maranhense a ser reconhecida pela UNESCO como um Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997, assim como analisar os jogos de poderes e de sentidos que subjazem a esse título conferido a São Luís e seus reflexos no turismo local. Fomos levados, então, a uma arqueogenealogia da cidade que nos ajudasse a compreender como o discurso turístico presente nos sites dos poderes públicos adquiriu o corpo que possui na atualidade, inclinado a discursivizar a capital maranhense como um espaço sinônimo de diversidade cultural.

O método arqueológico proposto por Foucault consiste em realizar uma arqueologia do saber no Ocidente e para isso, busca categorias como a *descontinuidade*, a *ruptura* e a *história nova* para explicar como um determinado saber surgiu e se manteve em uma dada sociedade, em um determinado espaço temporal.

As categorias citadas acima irão permear todo o pensamento ‘arqueológico’, contribuindo de modo significativo com o método, que ao seu turno, revolveria o solo do saber em busca de uma história não mais contada do ponto de vista do dominador, da(s) pessoa(s) de maior prestígio social, mas histórias outras tidas como “vistas de baixo”.

O filósofo francês, no momento inicial de suas pesquisas, busca dar voz ao sujeito concebido como louco, fazendo-nos refletir sobre como emergiram discursos que, em certa medida, caracterizaram o sujeito louco como alguém sem condições racionais razoáveis e que, portanto, deveria ser tratado e retirado do convívio social.

Para alguns estudiosos, como Fernandes (2012), as primeiras pesquisas de Foucault eram autointituladas como *arqueológicas*. A arqueologia seria então um termo que compreenderia a descrição de uma instância conhecida por Foucault como *arquivo*. O arquivo é caracterizado como um conjunto efetivamente de enunciados, um conjunto de acontecimentos que ocorreram em um determinado momento, mas que continuam a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos (FERNANDES, 2012, p. 21).

Com o avanço de suas pesquisas no campo do saber, Foucault inaugura uma segunda fase de seus estudos com o livro *A Ordem do Discurso*. Esta segunda fase é conhecida como a fase *genealógica* foucaultiana, na qual o filósofo observa as relações de poder em relação com o discurso. Uma vez entendido que o autor considera que a história tradicional não consegue mais descrever os episódios sociais e também que a história não pode ser considerada linear, mas sim descontínua, ele chega à conclusão que a verdade é uma construção social que emerge em uma determinada época por aqueles que detêm o poder.

O poder, na concepção foucaultiana, é vinculado ao saber e não necessariamente ao acúmulo de bens materiais. Assim, compreendemos que se na arqueologia o filósofo francês interessa-se pela história nova, uma história contada a partir de outros pontos de vista que não somente a de uma elite (intelectual ou não), em sua genealogia, ele vai buscar as interdições, ou seja, Foucault interessa-se por tudo aquilo que ficou de fora de um determinado discurso por um motivo ou por outro, afinal, “[...] não se tem o direito de dizer tudo, [...] não se pode falar tudo em qualquer circunstância a qualquer um [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 9).

Em suma, apesar do próprio Foucault não fazer uma delimitação das fases de seus estudos, por questões didáticas, podemos “dividir” a obra foucaultiana em três momentos:

a) Num primeiro momento, Gregolin (2004, p. 55) assegura Foucault interessa-se pelos diferentes modos de investigação que procuram aceder ao estatuto de ciência e que produzem, com efeito, a objetificação do sujeito. Trata-se da fase **arqueológica**, que pode ser ilustrada pelos escritos: *A História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*, além, logicamente, da *Arqueologia do Saber*, que viria a ser uma espécie de resposta e fechamento de algumas “brechas” levantadas por Foucault nas três primeiras obras;

b) Num segundo momento, o filósofo francês estuda a objetificação do sujeito naquilo que ele designa como “práticas divergentes”, na qual observa o sujeito como um ser cindido e que tem seu corpo e pensamento docilizados por técnicas disciplinares, interessando-se, assim, a relação saber-poder. Esta fase é conhecida como **genealógica** e pode ser ilustrada pelos livros: *Vigiar e Punir*, *Microfísica do Poder* e *A Ordem do Discurso* – esta última, considerada por alguns estudiosos em AD foucaultiana como a passagem da fase arqueológica para a genealógica.

c) Num terceiro momento, conhecido como **governamentalidade**, Foucault investiga a subjetivação dos sujeitos a partir do governo de si e dos outros, orientando suas pesquisas em direção à sexualidade. São exemplos dessa fase os três volumes de *A História da Sexualidade*.

Entretanto, para nossa pesquisa, serão relevantes a primeira e a segunda fase dos estudos foucaultianos, que comporão o que concebemos como *método arqueogenealógico*.

2.1 A FASE ARQUEOLÓGICA: NOÇÕES-CHAVE

A primeira fase foucaultiana, conhecida como fase arqueológica, é inaugurada com a publicação do livro *Arqueologia do Saber* no ano de 1969, momento em que Foucault estabelece um método capaz de orientar pesquisas na área das ciências humanas.

Gregolin (2004, p. 67) pondera que se nos livros que antecederam a Arqueologia foucaultiana – *A História da Loucura na Idade Clássica* (1962), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As Palavras e as Coisas* (1966) – o filósofo francês já pretendia construir uma história dos saberes que tomam o homem como objeto das ciências humanas, a partir da reconstrução do sistema geral de pensamento de certas épocas, cuja rede, em sua positividade, torna possível um jogo de opiniões simultâneas e por vezes contraditórias; é na Arqueologia que Foucault parece concluir algumas noções que vinha desenvolvendo ao longo dessas três primeiras obras que, juntas, compõem o que conhecemos como sua fase arqueológica.

Reiteramos, uma vez mais, que o discurso em Foucault é um meio para poder realizar suas pesquisas que tomam o sujeito como objeto central, sujeito esse social, histórico, cindido e que por ele perpassam vozes que nem o próprio sujeito reconhece no momento de materializar seu discurso.

Dito isto, uma noção fundamental permeará o método arqueológico será a noção de história nova. A partir dessa proposta, dessa concepção de se fazer história e, também, pesquisas de cunho científico, como epistemologia ou a história das ciências, Foucault irá desenvolver o método arqueológico.

Dessa maneira, logo na introdução da Arqueologia, Foucault insere a noção de **história nova** como uma crítica ao modo de se fazer ciência até então (século XX). Segundo o filósofo francês, há dezenas de anos que a atenção dos historiadores estava voltada para longos períodos, era como se:

[...] sob as peripécias políticas e seus episódios, eles [os historiadores] se dispusessem a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, os processos irreversíveis, as regulações constantes, os fenômenos tendenciais que culminam e se invertem após continuidades seculares, os movimentos de acumulação e as saturações lentas, as grandes bases imóveis e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobria com toda uma densa camada de acontecimentos. (FOUCAULT, 2008, p. 5).

A crítica tecida por Foucault, logo nos parágrafos introdutórios da *Arqueologia do Saber*, é a de que os historiadores preocupavam-se em contar a história sob um único ponto de vista, geralmente a partir da perspectiva de algum personagem pertencente a uma elite e que esse modelo de fazer história já não dava mais conta de narrar determinados eventos, afinal, existe um “emaranhado de narrativas” que merece ser ‘desenrolado’, a fim de contribuir na narrativa de um determinado evento.

A nova história estaria preocupada, então, em mostrar que para um mesmo evento existem pontos de vista diversos e que as versões mais populares e realizadas por pessoas populares (no sentido de não pertencer a uma elite), têm a mesma importância que a versão de maior prestígio. Seria o caso, por exemplo, da história da fundação da capital maranhense.

Segundo as plataformas digitais do Governo e da Prefeitura da cidade, São Luís teria sido fundada por franceses em 1615, versão histórica considerada oficial há muitos anos. Contudo, a historiadora Lacroix (2002), numa perspectiva da história nova, entende que a capital maranhense, assim como a maioria das cidades brasileiras, foi fundada pelos portugueses. Para ela, essa ideia de São Luís ter sido fundada por franceses surge a partir da crise econômica que o Estado viveu na primeira metade do século XIX. A fundação gaulesa da capital maranhense, segundo a autora, viria a ser uma tábua de salvação do orgulho da elite maranhense do século XIX, como uma maneira de reviver os tempos áureos do comércio.

Foucault continua sua crítica à história tradicional ao afirmar que os historiadores, pautados num modelo antigo de se fazer história, dispunham de certos instrumentos para realizar esse tipo de fazer histórico que, entretanto, não valoriza o homem, objeto central de seus estudos nesta primeira fase:

Para conduzir essa análise, os historiadores dispõem de instrumentos que criaram ou receberam: modelos de crescimento econômico, análise quantitativa dos fluxos de trocas, perfis dos desenvolvimentos e das regressões demográficas, estudo do clima e de suas oscilações, sua difusão e persistência. (FOUCAULT, 2008, p. 5-6).

Todavia, esses instrumentos criados ou recebidos pelos historiadores não revolviam, de fato, o solo do campo do saber, deixando vários aspectos importantes de fora de uma história tida como “oficial”. Seguindo o exemplo citado acima, se aceitássemos somente a versão oficial de que São Luís teria sido fundada pelos franceses, sem compreender o contexto histórico-político-social, talvez não soubéssemos os motivos que levaram a capital maranhense a ser discursivizada como uma colônia francesa no Brasil e muito menos teríamos a dimensão de quando e como emergiu uma outra identificação para São Luís: a de Athenas Brasileira.

A revolta de Foucault, por assim dizer, é que esse modelo adotado pelos historiadores fornecia uma única visão do objeto, fazendo com que a história fosse tida como algo linear, sequencial, o que, para ele, era inconcebível:

Estes instrumentos permitiram-lhes distinguir, no campo da história, camadas sedimentares diversas: as sucessões lineares, que até então tinham sido o objeto da pesquisa, foram substituídas por um jogo de interrupções em profundidade. Da mobilidade política às lentidões próprias da “civilização material”, os níveis de análises se multiplicaram: cada um tem suas rupturas específicas, cada um permite um corte que só a ele pertence: e, à medida que se desce para bases mais profundas, as escansões se tornam cada vez maiores. (FOUCAULT, 2008, p. 6).

A partir dessas reflexões, o filósofo francês acredita que a história é *descontínua*, ou seja, ela não se apresenta de maneira linear, afinal, embates teóricos e ideológicos são constantes em uma dada época e em uma dada sociedade.

Se pensarmos a história de São Luís, em perspectiva da história nova, conforme proposta pela historiadora Lacroix (2002), de que foi criado um mito de fundação francesa para a capital maranhense, não seria possível contrapor o discurso de alguns materiais didáticos, que atestam a expulsão dos franceses ainda no século XVI, sendo que a capital maranhense teria sido fundada por esse povo no

século XVII. A partir dessas “brechas” históricas podemos compreender que ela (a história) é descontínua, que não segue a linearidade sugerida pela maneira tradicional de se fazer história.

As reflexões de Foucault ficam cada vez mais profundas com relação a esse modo tradicional de se fazer história:

Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar histórias com um suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação das culturas, história do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação. As velhas questões de análise tradicional (Que ligação estabelecer entre acontecimentos díspares? Como estabelecer entre eles uma sequência necessária? Que continuidade os atravessa ou que significação de conjunto acabamos por formar? Pode-se definir uma totalidade ou é preciso limitar-se a reconstituir encadeamentos?) são substituídas, de agora em diante, por interrogações de outro tipo: Que estratos é preciso isolar uns dos outros? Que tipos de séries instaurar? Que critérios de periodização adotar para cada uma delas? Que sistema de relações (hierarquia, dominância, escalonamento, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre uma e outra? Que séries de séries podem ser estabelecidas? (FOUCAULT, 2008, p. 6).

É a partir dessas reflexões que o filósofo francês dirige-se para a concretização do *método arqueológico*:

[...] a história nova encontra um certo número de problemas metodológicos, muitos dos quais, sem dúvida, a antecederiam há muito, mas cujo feixe agora a caracteriza. Entre eles, podem-se citar: a constituição de *corpus* coerentes e homogêneos de documentos [...]; o estabelecimento de um princípio de escolha [...]; a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes [...]; a especificação de um método de análise [...]; a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado [...]; a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 12-13).

Desse modo, identificado o problema de se fazer ciência até meados do século XX – história tradicional – e a solução para o problema levantado por Foucault – a história nova –, o filósofo verificou que havia problemas metodológicos com o novo modo de se fazer história.

Assim, a história nova só poderá ser identificada e analisada a partir de discursos, de pontos de vista que não privilegiem somente o olhar de uma elite. Segundo Brandão (2012, p. 32), o discurso em Foucault pode ser entendido como uma *dispersão*, no sentido de que os elementos que compõem um determinado discurso não possuem ligação alguma a qualquer espécie de princípio de unidade.

Para a autora, a AD será a responsável por descrever a dispersão encontrada em um dado discurso, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a

formação dos discursos que, por sua vez, possibilitarão a determinação dos elementos que compõem o discurso (BRANDÃO, 2012, p. 32).

O discurso em Foucault, como assevera Fernandes (2012, p. 13), seria um objeto de análise. Não necessariamente o discurso em termos linguísticos, mas como um objeto no qual se pudesse observar determinados fenômenos que eram do interesse do filósofo francês, como o nascimento da clínica, por exemplo.

Com o intuito de tomar o discurso como uma ferramenta, um meio para refletir sobre o sujeito e a complexidade de elementos descontínuos na história que lhes são constitutivos, Foucault acaba fundando um campo disciplinar.

Dessa forma, o *discurso* em Foucault é um meio para estudar o sujeito e sua relação com/na história, ou seja, é uma categoria fundante do sujeito, do saber, do poder, da verdade, da subjetividade (FERNANDES, 2012, p. 17-18).

Fernandes (2012, p. 18) pondera que o discurso em Foucault é um conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, mas que guarda uma dimensão polêmica e estratégica em outro e que, a partir dessa premissa, podemos considerar as relações de poder perpassadas pelo discurso, e, conseqüentemente, a AD abordará o jogo estratégico e polêmico nos discursos em relação às posições que os sujeitos discursivos ocupam no discurso.

Assim sendo, a *Arqueologia do Saber*, segundo Fernandes (2012, p. 22), desloca sua atenção para o fenômeno da *ruptura*; sob o devir obstinado de uma ciência, procuram-se as interrupções, os deslocamentos e transformações de conceitos. É, portanto, na história nova que se multiplicam as rupturas e focalizam-se as perturbações.

Os discursos, nessa nova maneira de fazer história e, conseqüentemente, ciência, obedecem a certas determinações históricas e é a própria história que lhes assegura condições de possibilidade.

Sobre o método arqueológico, Gregolin (2004, p. 76) assegura que a proposta foucaultiana é a de analisar o *acontecimento discursivo*, isto é, tratar os enunciados efetivamente produzidos, em sua irrupção de acontecimento, a fim de compreender as condições que possibilitaram a sua emergência em um certo momento histórico.

A autora salienta ainda que o discurso sobre o homem é um acontecimento na ordem do saber, é uma emergência brutal que se produziu num dado momento de nossa história, quando uma redistribuição geral da *episteme* ocidental a tornou possível. Daí a arqueologia foucaultiana ser tão importante na orientação de

pesquisas científicas a partir do século XX: ela opta por romper o fio da continuidade, assumindo, deliberadamente, as brechas, descobrindo o descontínuo (GREGOLIN, 2004, p. 77).

A análise arqueológica busca, então, o emaranhado de fatos discursivos anteriores a um acontecimento que, ao mesmo tempo, o explicam e o determinam. Para Gregolin (2004, p. 77), o método arqueológico, ao seu turno, propõe a desarticulação da sincronia dos cortes, uma vez que, uma determinada “época”, nada mais é do que um emaranhado de continuidades e descontinuidades, de formações discursivas que aparecem e desaparecem.

Para tal empreitada, Foucault (2008, p. 18) acredita no poder das *regularidades discursivas*. São elas que irão orientar, no interior do método arqueológico, aquilo que os discursos têm em comum, mesmo que sejam pertencentes a sujeitos e épocas diferentes.

A primeira delas é chamada de *unidades do discurso*, que coloca noções já mencionadas acima, como de descontinuidade e ruptura, que são noções importantes no procedimento arqueológico, ou seja, elas que darão liga, unidade aos discursos que comporão um determinado *corpus*, cunhado por Foucault de arquivo.

É nesse primeiro grupo de regularidades discursivas que Foucault insere a noção de acontecimento. Enquanto a língua estaria preocupada com as regras de construção de enunciados, o acontecimento preocupa-se com a emergência desse enunciado e “por que outro não apareceu em seu lugar” (FOUCAULT, 2008, p. 24).

Isso nos faz pensar que o enunciado pode ser considerado sempre um acontecimento discursivo, que nem mesmo a língua ou o sentido podem esgotar inteiramente, tudo dependerá das condições de produção desse enunciado – o sujeito que o materializa, o lugar social desse sujeito, a comunidade a qual ele pertence, o momento histórico em que foi enunciado etc.

O segundo grupo das regularidades discursivas é o das *formações discursivas* (FD):

Há, por exemplo, enunciados que se apresentam - e isso a partir de uma data que se pode determinar facilmente - como referentes à economia política, ou à biologia, ou à Psicopatologia; há, também, os que se apresentam como pertencentes a essas continuidades milenárias - quase sem origem - que chamamos gramática ou medicina. Mas o que são essas unidades? Como se pode dizer que a análise das doenças mentais feita por Willis e pelos clínicos de Charcot pertence à mesma ordem de discurso? (FOUCAULT, 2008, p. 27).

Para o filósofo francês, um mesmo enunciado pode, como mencionado na citação acima, pertencer ao campo político e biológico, por exemplo, e essa percepção de um mesmo enunciado que ora proferido num dado contexto poderá assumir um determinado sentido e em outro contexto, assumir outro, é o que ele entende por formação discursiva.

A formação discursiva seria um “elo discursivo” orientada pelas dispersões. Se, por exemplo, o enunciado “laranja” aparecer numa conversa realizada no contexto de uma feira ou um supermercado, há grande probabilidade de se tratar da fruta ou de uma cor. Entretanto, se o mesmo enunciado aparecer nos telejornais, a probabilidade é de se tratar de uma pessoa conhecida popularmente como “testa de ferro”. Desse modo, Foucault resume a questão das formações discursivas em:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2008, p. 33).

O terceiro grupo de regularidades discursivas é conhecido como a *formação dos objetos*. Basicamente, neste ponto do método arqueológico se deve fazer cortes, escolher os enunciados que irão compor um arquivo que será analisado. Para isso, Foucault cita três elementos:

- a) as *superfícies de emergência*, que estão diretamente ligadas ao acontecimento discursivo, preocupando-se, inicialmente, quando e onde emergiu um determinado enunciado para depois analisar diferenças individuais entres os objetos;
- b) as *instâncias de delimitação*, que são os discursos produzidos por certas instâncias, como a religião ou o saber médico, por exemplo, podem validar ou não determinados discursos. Sabe-se que sentar em um assento quente de um coletivo não faz uma mulher engravidar, uma vez que o processo de fecundação, oriundo de um saber médico, nos descreve como acontece a reprodução humana e que fatores estão em jogo para que isso se realize;
- c) as *grades de especificação*, sistemas segundo as quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos diferentes nuances de um mesmo objeto.

O quarto grupo de regularidades discursivas é conhecido por *formação das unidades enunciativas*. Para Foucault, os enunciados podem se apresentar das maneiras mais diversas, mas seria então necessário nos perguntarmos qual a lei que rege esses enunciados e por que eles são tão importantes, por que não outros em seu lugar?

Descrições qualitativas, narrações biográficas, demarcação, interpretação e recorte dos signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações experimentais, e muitas outras formas de enunciados, eis o que se pode encontrar, no século XIX, no discurso dos médicos. Que encadeamento, que determinismo há entre uns e outros? Por que estes e não outros? Seria necessário encontrar a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm. (FOUCAULT, 2008, p. 42).

Dessa forma, ao nos depararmos com certos enunciados inscritos numa determinada FD, pertencente a um certo campo do saber, deveremos nos indagar: a) quem fala? b) qual o lugar de fala que o sujeito ocupa? c) que posições o sujeito assume ao enunciar?

Podemos inferir, a partir das regularidades discursivas até aqui apresentadas, que Foucault realiza, de fato, um estudo profundo, “escavando” o solo do saber, não investigando apenas os elementos da superfície contextual, mas as condições de emergência de certos discursos. Assim:

[...] as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. (FOUCAULT, 2008, p. 46).

Daí o discurso não poder ser concebido como uma manifestação consciente do sujeito, que pensa conhecer e ter controle sobre o que diz, mas ao contrário, o discurso deve ser concebido como um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. Para Foucault (2008, p. 46), o discurso é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

No que diz respeito ao quinto grupo de regularidades discursivas, a *formação dos conceitos*, Foucault as subdivide em três dimensões, a saber: a) a formação de sucessão; b) as formas de coexistência e; c) os procedimentos de intervenção. Cada uma dessas dimensões possui sua subdivisão e basicamente cada uma delas contribui para colocarmos certas características enunciativas em seus nichos.

O sexto grupo de regularidades discursivas é o da *formação de estratégias*, que nada mais é do que lançar mão de certas estratégias para realizar a análise de um *corpus*. Para isso, seria preciso determinar os pontos de difração possíveis do discurso, descrever o campo de opções possíveis, determinar as escolhas teóricas, enfim, pensar em diversas maneiras de analisar um mesmo objeto, não o esgotando, como era feito pelos cientistas e historiadores em meados do século XIX, mas buscar um caminho coerente para descrição e análise de um determinado objeto.

No sétimo e último grupo de regularidades discursivas, as *observações e consequências*, o filósofo francês basicamente chama a atenção do leitor para o fato de que não se deve esgotar as possibilidades de um determinado objeto, ainda mais se esse objeto for o sujeito em meio social, momento este em que ele relembra o quão importante são as noções de descontinuidade, de ruptura e de nova história, pois essas noções nos fazem lembrar que trabalhar no campo das ciências humanas requer atenção, cautela e também aceitar que as coisas não permanecem as mesmas e que todos os discursos são interessantes para a descrição de um acontecimento discursivo. Cabe ao analista do discurso fazer os seus cortes, formar seu arquivo e o analisar.

No tópico seguinte faremos uma breve discussão da compreensão foucaultiana de enunciado, uma vez que para o filósofo, o enunciado se distingue da frase, compõe um determinado discurso, desde que esteja numa mesma formação discursiva e que seja detentor de uma função enunciativa.

2.1.1 O enunciado e sua função enunciativa

As leituras em Foucault exigem paciência e muita atenção. Em *Arqueologia do Saber*, passamos basicamente 2/3 do livro lendo referências sobre “enunciado”, em determinadas passagens o autor assevera que o discurso nada mais é do que um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, mas o autor não define, de fato, o que seria essa instância tão importante do discurso e, conseqüentemente, de suas pesquisas:

Mas, de fato, de que falei até aqui? Qual foi o objeto de minha pesquisa? E estava em meus propósitos descrever o quê? “Enunciados” – nessa descontinuidade que os liberta de todas as formas em que, tão facilmente, aceitava-se fossem tomados, e ao mesmo tempo no campo geral, ilimitado, aparentemente sem forma, do discurso. Ora, tive o cuidado de não dar uma definição preliminar de enunciado. Não tentei construí-la, à medida que

avançava, para justificar a ingenuidade de meu ponto de partida. (FOUCAULT, 2008, p. 66).

Dono de uma linha de raciocínio singular, o filósofo tece mais algumas reflexões sobre o enunciado:

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2008, p. 66).

E logo Foucault (2008, p.66) propõe alguns problemas com relação à noção de enunciado, do tipo: se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus principais traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer?

Dono de uma linha de raciocínio própria, o filósofo francês tinha como uma de suas premissas não esgotar por completo um determinado objeto, muito menos de fechar um método que serviria – e que serve até os dias de hoje – ao campo do saber das ciências humanas. Dessa maneira, Foucault se propõe a dizer o que o enunciado não é:

- a) Os enunciados não são frases. Eles não correspondem à estrutura linguística das frases (FOUCAULT, 2008, p. 68);
- b) O limiar dos enunciados seria o limiar da existência dos signos;
- c) A língua só existe por conta da existência dos enunciados, uma vez que nenhum enunciado é indispensável à existência da língua;
- d) O enunciado não é unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem, ele não se apoia nos mesmos critérios;
- e) Ele não é estrutura, é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles fazem sentido ou não;
- f) O enunciado não é em si mesmo uma unidade, mas uma função que cruza um domínio de estruturas possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2008, p. 72).

Fernandes (2012, p.33) observa que o enunciado em Foucault ultrapassa a fase arqueológica e chega à genealógica. A noção de enunciado é tão importante dentro do método proposto pelo filósofo francês que é essa noção que possibilita pensar a AD no interior da Linguística e sua relação com a História.

O estudioso destaca que no pensamento foucaultiano o enunciado se destaca da frase, da proposição, do ato de falar por se encontrar no plano do discurso; por não estar submetido a uma estrutura linguística canônica; por não se tratar de um ato material (falar ou escrever), nem da intenção do indivíduo que o realiza, mas por se caracterizar como uma operação efetuada pelo que se produziu pelo próprio fato de ser sido enunciado (FERNANDES, 2012, p. 33).

Segundo Fernandes (2012, p. 33), o discurso, nessa perspectiva, é concebido como um conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação discursiva, do qual devemos interrogar sobre suas regras de formação, bem como a emergência do enunciado.

A função enunciativa reside, então, na exterioridade da linguagem. Ela seria a responsável pela compreensão de que o enunciado implica explicitar certas condições de produção, certas regras de controle e o campo em que esse enunciado se realiza.

É a partir da função enunciativa que podemos nos indagar: o que ocorreu para que houvesse enunciado? Trata-se, portanto, de buscar na exterioridade de um enunciado determinado, suas regras de emergência, sua relação com o que enuncia, sua intenção, para que possamos responder à questão célebre foucaultiana: por que esse enunciado e não outro em seu lugar?

Para Foucault (2008, p. 86), a identidade de um enunciado está submetida a um segundo conjunto de condições e de limites: os que lhe são impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio do qual figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar.

Mesmo que um enunciado seja proferido por um certo sujeito, em uma dada situação e que posteriormente esse sujeito volte a repetir o mesmo enunciado, a significação desse elemento jamais será a mesma. Essa premissa segue a lógica de Heráclito de que não se pode banhar duas vezes no mesmo rio.

No item a seguir, discutiremos algumas noções-chave na fase genealógica. Lembremos que a questão da descontinuidade, da ruptura, do discurso e também do enunciado permeiam a segunda fase de Foucault. Entretanto, daremos destaque a outras noções ainda não discutidas.

2.2 A FASE GENEALÓGICA: NOÇÕES-CHAVE

Na presente fase das pesquisas do filósofo francês, vemos um amadurecimento de seu pensamento, bem como um fortalecimento do método arqueológico. Com o avanço de seus estudos, Foucault não mais se interessava apenas pela emergência de determinados enunciados, nem exatamente com a circulação de certos discursos, mas centrava-se nas relações de poder entre sujeitos.

Se na arqueologia a preocupação era com as condições de produção de determinado enunciado, de fundar um método rígido e que fosse capaz de revolver o solo do saber, agora a preocupação de Foucault se torna mais profunda: o que não está dito em certos discursos? Por que não são ditas determinadas coisas? Qual a importância da verdade nas relações entre os sujeitos no ocidente?

Em *Microfísica do Poder*, obra publicada no ano de 1979, Foucault afirma que seus estudos realizados entre os anos de 1950-1955, um dos problemas que se colocava era o do estatuto político da ciência e as funções ideológicas que podia veicular, que poderiam ser resumidas em duas palavras: *poder* e *saber*. Ele acrescenta:

[...] se perguntarmos a uma ciência como a física teórica ou a química orgânica quais as suas relações com as estruturas políticas e econômicas da sociedade, não estaremos colocando um problema muito complicado? Não será muito grande a exigência para uma explicação possível? Se, em contrapartida, tomarmos um saber como a psiquiatria, não será a questão muito mais fácil de ser resolvida porque o perfil epistemológico da psiquiatria é pouco definido, e porque a prática psiquiátrica está ligada a uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas e de urgências políticas de regulamentações sociais? No caso de uma ciência tão “duvidosa” como a psiquiatria, não poderíamos apreender de forma mais precisa o entrelaçamento dos efeitos de poder e de saber? [...] (FOUCAULT, 1979, p. 4).

Foucault reitera que a história deva ser vista como descontínua e que essa descontinuidade acaba por revelar que a verdade é uma construção social, quando:

[...] como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução, estas transformações que não correspondem à imagem tranquila e continuísta que normalmente se faz? Mas o importante em tais mudanças não é se serão rápidas ou de grande amplitude, ou melhor, esta rapidez e esta amplitude são apenas o sinal de outras coisas: uma modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros. (FOUCAULT, 1979, p. 4).

Eis que para se verificar essa descontinuidade, sem incorrer no risco de narrar um acontecimento discursivo sob a perspectiva da história tradicional, que o filósofo francês propõe que se realize uma *genealogia*.

A genealogia para Foucault é “uma forma de história que permite a realização da constituição de um determinado saber, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 7).

É no interior da genealogia que poderemos observar a relação saber-poder. Ela é a responsável por nos auxiliar na busca de uma origem de um determinado saber, como o nascimento da medicina no ocidente ou o sistema prisional francês do século XVIII, por exemplo, percebemos que nessa busca pela origem do saber encontramos uma relação, indissociável, com o *poder*:

[...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 8).

O poder não é visto pelo filósofo francês como sinônimo de repressão. Ele está presente em todos os lugares e em todas as relações sociais. Ele está presente, por exemplo, quando um carcereiro vigia os presos; quando um diretor de presídio vigia e pede relatórios ao carcereiro; no companheiro de cela de um determinado preso que, para não sofrer sanções, vigia, até inconscientemente, o colega para que ambos não sofram punições; o poder se faz presente também no cotidiano, quando uma mãe manda um filho tomar banho, caso contrário ele poderá ficar sem a sobremesa depois do jantar; o poder está presente também nos diversos anúncios publicitários que nos deparamos cada vez que deslizamos os dedos de nossos telefones ou então ao utilizarmos os nossos computadores de mesa.

No caso da nossa pesquisa, analisaremos as relações de poder que subjazem ao discurso que promove o turismo sobre a capital maranhense no espaço virtual, ao compreendermos que as instâncias de poder analisadas – Prefeitura e Governo – não vislumbram vender a cidade de São Luís apenas como um produto a ser consumido, mas como um local que apresenta uma história complexa, diversificada (eticamente), o que seria um bom argumento para o turista-internauta em potencial voltar mais vezes à cidade para descobrir todas as nuances da capital maranhense.

Pelos motivos trazidos acima é que Foucault acredita que o poder seja capilar, que ele não está centrado, necessariamente, numa classe dominante. O poder existe, é invisível (algumas vezes), mas é sensível no sentido de que até nós mesmos evitamos nos colocar em determinadas situações com medo de sofrer reprovações ou punições.

Foucault, em certas passagens de *Microfísica do Poder*, pondera que as relações de poder no Ocidente chegaram a um nível de evolução tão sofisticado que não se tem temor apenas dos castigos físicos, como outrora acontecia nas prisões ou nos hospitais psiquiátricos, por isso que para ele não é possível identificar o poder, mas sim analisar e descrever as *relações de poder* que acontecem em uma dada comunidade e em um dado espaço temporal.

Em *A Ordem do Discurso*, aula proferida em 1970, Foucault irá se perguntar o que há de tão perigoso em dizer certas coisas a certas pessoas e em certas ocasiões.

A partir de tal raciocínio, Foucault (2010, p. 9) assegura que em nossa sociedade existem procedimentos de *interdição*. O tabu do objeto, o ritual da circunstância, o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala são três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensa, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.

O discurso, nesse ínterim, não é visto como uma ferramenta daquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, ele é objeto do desejo, assim como não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque/pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar.

Fernandes (2012, p. 47) acredita que na referida obra, Foucault desloca a problemática concernente ao saber para o poder, que, em relação com os discursos e o sujeito, passa a ocupar o centro de suas reflexões.

Para o autor, o discurso nesta segunda fase foucaultiana é concebido como um conjunto de enunciados caracterizados como polêmicos e estratégicos, que integra as malhas do poder, que perpassa todas as relações entre os sujeitos (FERNANDES, 2012, p. 47).

Foucault abordará na obra em questão os procedimentos de controle do discurso e as imposições de regras aos sujeitos do discurso. Assim, os procedimentos de controle do discurso podem se apresentar em duas dimensões: a)

procedimentos externos de controle e delimitação do discurso e, b) os procedimentos internos de controle e delimitação do discurso.

Para o primeiro grupo, os procedimentos externos do discurso, Foucault os compreende por *interdição*, *separação/rejeição* e *vontade de verdade*, elementos esses que determinarão os espaços nos quais cada sujeito poderá circular e falar. Já o segundo grupo, os procedimentos internos, envolvem o *comentário*, o *princípio de autoria* e as *disciplinas*, que impõe aos sujeitos procedimentos para produção e circulação dos discursos.

Para esta pesquisa, iremos tecer algumas considerações com relação ao primeiro grupo, uma vez que nos propomos a analisar um discurso de natureza turística, que parte de instâncias de poder locais. A nossa proposta é compreender como e quando a cidade de São Luís passa a ser discursivizada como sinônimo de diversidade cultural, mais especificamente: quais acontecimentos discursivos sucederam do século XIX até a atualidade para que tal enunciado pudesse emergir? E por que essa identificação e não somente a de Patrimônio Cultural da Humanidade? Que informações são deixadas de fora nessa ordem discursiva ancorada na diversidade cultural da cidade? Qual o melhor período para o turista poder vivenciar toda essa riqueza cultural? Quais são as “intenções” dessas duas instâncias de poder na omissão de determinadas informações, como o período chuvoso que se estende durante todo o primeiro semestre de cada ano? Essas omissões comporiam uma verdade que está disponível nas respectivas plataformas digitais?

Para responder a tais questões necessitamos das contribuições foucaultianas dos procedimentos externos de controle e delimitação do discurso.

O primeiro procedimento externo de exclusão é a *interdição*. Ela é a responsável por estabelecer direitos e proibições em relação ao ato de falar e também do que pode ser falado.

Fernandes (2012, p. 48), sobre a interdição, acredita que o objeto do discurso define, portanto, o lugar de dizer e o direito de falar privilegiado ou exclusivo de algum(ns) sujeito(s) em detrimento de outros. Esse procedimento de exclusão revela que mesmo que o discurso possa aparentemente ser algo menor, pequeno, as interdições definem de imediato sua ligação com o desejo e com o poder.

Já o segundo procedimento de exclusão, a *separação/rejeição*, dará azo ao próximo procedimento que tem a ver com a produção de uma verdade. Foucault ilustra o procedimento da separação/rejeição com a segregação da loucura:

[...] penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como os dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato [...]. [A palavra do louco] de qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia. (FOUCAULT, 2010, p. 10 e 11).

Assim percebemos que não basta possuir conhecimento, os sujeitos devem estar autorizados a proferir determinados enunciados. O medo de pronunciar algo ‘impróprio’ em uma dada situação, não esqueçamos, também é uma forma de poder. O sujeito tido como louco só ocupava tal posição porque alguém que detinha conhecimento e poder pode/foi autorizado a diagnosticá-lo como louco e, dessa maneira, sua palavra não valeria mais que a do médico nesta situação.

A ilustração da loucura é interessante, pois alguém imbuído de certo saber e de certo poder avalia ou simplesmente decide que outrem não possui uma relação adequada com a realidade. O louco não saberia distinguir, segundo o discurso médico da época, realidade de fantasia. O louco, portanto, não poderia falar a verdade.

Este terceiro procedimento externo de exclusão, a *vontade de verdade*, acompanha os sujeitos por séculos de sua história. A vontade de verdade é considerada por Foucault como um modo de saber aplicado em uma sociedade, ela é valorizada, repartida e de certo modo, atribuída.

Foucault (2010, p. 14-15) observa em *A Ordem do Discurso* que o discurso tido como verdadeiro entre os poetas gregos do século VI era um discurso pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem tem direito.

Na atualidade, pensamos que as coisas não tenham mudado tanto. Enquanto seres sociais esperamos sempre que determinadas instâncias, como a medicina, a psicologia, a Igreja, por exemplo, autorizem certos discursos a serem enunciados e propagados em determinados meios, bem como as pessoas que estariam autorizadas a proferi-los. Por isso a escolha em se trabalhar com o discurso que parte de instâncias oficiais do poder – Prefeitura e Governo –, na medida em que essas instâncias discursivizam a capital maranhense em sua melhor forma, visando

não apenas o lucro em suas receitas, mas também a melhor distribuição de renda aos trabalhadores locais.

No capítulo a seguir, discutiremos a respeito das ponderações perelmanianas para a argumentação no discurso. Para isso, faremos um breve apanhado da essência da argumentação que remonta à Antiguidade grega e a sua atualização realizada por Perelman em parceria com Olbrechts-Tyteca para o contexto do século XX.

3 A DIMENSÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO: CONTRIBUIÇÕES DA NOVA RETÓRICA DE CHAÏM PERELMAN

No capítulo anterior, tratamos da AD francesa de matiz foucaultiana, pondo em revelo algumas noções pertencentes às fases arqueológica e genealógica do filósofo francês Michel Foucault, que nos serão caras no momento da análise de nosso *corpus*, oriundo dos enunciados dispostos na rede mundial de computadores a partir das plataformas da Prefeitura de São Luís e do Governo do Estado.

Entretanto, quando falamos em discurso, não podemos fechar o nosso olhar apenas às contribuições foucaultianas, como a relação saber-poder, a questão da interdição, dentre outros elementos de sua teoria. Devemos atentar, também, à dimensão argumentativa do/no discurso.

Zoppi-Fontana (2006), estudiosa da dimensão argumentativa no discurso, pontua que existam fatores persuasivos e de convencimento no discurso. A autora ilustra tal pensamento com situações comuns do cotidiano:

[...] Imaginemos agora [...] uma criança pequena: – *Já pra cama!* Quem já tentou esta ordem com filhos, sobrinhos, primos, irmãos ou qualquer outra criança a cargo, sabe o que se segue em condições não mediadas pela violência física, presente ou iminente. Indefectivelmente, o infante [...] perguntará ao inquisidor: – *Por quê?* E com esta simples pergunta lançará sobre nós o ônus da prova: – *porque sim!* ; – *porque estou mandando!* [...] Eis a nossa questão: quais fatores que permitem aos seres humanos passar de uma questão a uma conclusão? (ZOPPI-FONTANA, 2006, p. 179).

Ela acredita que essa passagem de uma questão para uma conclusão possa ser respondida graças ao funcionamento argumentativo enquanto operação linguageira, isto é, o discurso, até mesmo os que utilizamos com os mais novos no cotidiano, por exemplo, possui uma dimensão argumentativa, o que nos faz pensar que toda colocação (para não falarmos “pergunta”) possui uma resposta.

Cada vez que materializamos enunciados como “que dia bonito”, “será que irá chover hoje?”, “olha que linda a lua hoje”, estamos, mesmo que de maneira inconsciente, esperando que alguém a nossa volta possa nos responder – mesmo que seja com o silêncio, que em algumas teorias também é uma espécie de resposta, um desinteresse claro por parte do outro interlocutor pelo seu discurso.

A eficácia da operação linguageira, como trata a autora, depende de dois fatores: *o convencimento* e *a persuasão*. Um interlocutor, de fato, irá garantir a eficácia argumentativa se conseguir convencer e persuadir seu(s) interlocutor(es).

Na esteira de Zoppi-Fontana (2006), Abreu (2008, p. 9) diferencia convencer de persuadir. Segundo o autor, convencer é saber gerenciar informação, é saber falar à razão do outro; já persuadir, é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro.

Para o autor, argumentar nada mais é do que a combinação, na medida exata, entre convencer e persuadir, ou seja, é lançar mão de argumentos que gerenciem informação, é mostrar por meio de dados ou discursos autorizados, como o discurso médico, por exemplo, que fumar faz mal à saúde, pois o fumante corre o risco de desenvolver um câncer no pulmão. Já a persuasão estaria relacionada à emoção, é saber tocar, em certa medida, no sentimento do outro. Muitas vezes não basta dizer para uma pessoa fumante que ela pare de fumar, pois o cigarro fará mal aos seus pulmões. Talvez ao mostrarmos imagens de quem tivesse desenvolvido câncer pulmonar e alertando também para o fato de que essa pessoa poderá deixar a mãe ou os próprios filhos, por exemplo, em uma situação difícil caso venha a falecer em decorrência do câncer de pulmão causado pelo cigarro seja a maneira pela qual o fumante passe da condição de fumante para ex-fumante.

A eficácia linguageira, portanto, acontece quando o nosso interlocutor é convencido, ou seja, quando ele acredita naquilo que propomos, via discurso, e também quando nosso interlocutor é persuadido, quando conseguimos tocar sua emoção.

Argumentar, nessa perspectiva discursiva, não é apenas lançar mão de bons argumentos, nem muito menos vencer o outro pelo cansaço ou utilizando violência física ou psicológica, argumentar é o gerenciamento de informação e de relação.

Todavia, o interessante para o nosso estudo volta-se para contribuições do filósofo belga Chaïm Perelman no campo da argumentação discursiva. Ele escreveu um tratado de argumentação que classifica a natureza dos argumentos que serão arrolados em um determinado discurso. Percebemos que no discurso de natureza turística o enunciador ou a plataforma por meio da qual fala uma instância, em nosso caso, a Prefeitura Municipal de São Luís e também a plataforma do Governo do Estado, os enunciados encontrados nessas plataformas digitais possuem uma dimensão argumentativa. Essas instâncias do poder público têm por objetivo convencer e persuadir o turista-internauta, fazendo com que ele visite a capital maranhense.

Contudo, antes de nos debruçarmos na proposta perelmaniana conhecida na tradução brasileira como a *Nova Retórica*, iremos discutir algumas noções basilares da arte do bem falar: a Retórica Clássica. No próximo tópico, veremos como a Retórica nascida na Grécia Antiga é atualizada por Perelman para o contexto do século XX.

3.1 A RETÓRICA CLÁSSICA

Apesar de não haver um consenso com relação ao período exato de surgimento da Retórica na Grécia Antiga – uma vez que para alguns estudiosos ela teria acontecido no século V a.C., para outros, seria no século IV a. C. –, o sabido é que a retórica, enquanto reflexão sobre as operações argumentativas destinadas ao convencimento/persuasão do interlocutor nascem no contexto grego de criação da democracia.

Zoppi-Fontana (2006, p. 180) destaca que alguns fatores são apontados como responsáveis pelo surgimento da retórica, mas que, entretanto, o fator que possui maior destaque é o de caráter político: o exercício público da palavra com fins persuasivos na prática democrática direta na ágora ateniense.

É importante lembrar que a democracia ateniense vigente entre os séculos V e IV a.C. não é a mesma que possuímos na atualidade. Sob tal aspecto, Citelli (2002) assevera que a democracia ateniense servia para os cidadãos

exporem publicamente suas ideias, ao homem grego cabia manejar com habilidade as formas de argumentação. Daí toda larga tradição dos tribunos, dos sofistas, que iam às praças públicas, aos tribunais, aos foros, intentando inflamar multidões, alterar pontos de vista, mudar conceitos pré-formados. Demóstenes, Quintiliano, Górgias, foram alguns desses nomes que ficaram célebres pela habilidade com que encaminhavam suas lógicas argumentativas. (CITELLI, 2002, p.7).

Dessa maneira, podemos inferir que a retórica, vista como arte do bem falar, surge a partir de uma necessidade: com a passagem do regime de tirania para o de democracia grega, os cidadãos atenienses necessitavam expor os problemas da polis nas reuniões realizadas em ágoras.

A partir de tal necessidade, precisou-se de pessoas instruídas e *experts* na arte do bem falar, pessoas essas conhecidas como *sofistas*. Por conta da sua ampla visão de mundo, coube a esse grupo de pessoas a tarefa de treinar os demais cidadãos gregos na arte do bem falar, para que nas reuniões ocorridas nas ágoras

pudessem fluir melhor e também que o auditório pudesse ser convencido/persuadido pelo orador.

Zoppi-Fontana (2006, p. 180-181) afirma que essa interpretação do surgimento da retórica associada de forma privilegiada às práticas argumentativas ao espaço público e a regimes de governo democráticos levam a uma longa discussão. Entretanto, a autora destaca dois fatores que estão ligados ao mencionado: a *laicização do discurso* e a *invenção da escrita*.

A estudiosa destaca que a laicização do discurso se dá conjuntamente com o processo de laicização das relações sociais e das instituições políticas nas sociedades da Antiguidade. Esse processo teria permitido à sociedade passar da ordem do mito para a ordem da razão, da origem. A emergência da *palavra retórica*, no entender da autora, seria uma oposição à *palavra mágica* e à *palavra ritual*.

A palavra mágica se caracteriza por pretender realizar as ações que enuncia no momento e pelo fato de sua simples enunciação. Ela é geralmente acompanhada de gestos de natureza icônica e retira sua eficácia do estatuto especial do locutor que a enuncia, seria, como exemplifica a autora, uma enunciação xamânica, uma espécie de dramatização, por parte do orador, ligado ao sobrenatural.

Enquanto a palavra mágica está ligada ao *ethos discursivo*, ou seja, quando as atenções estão voltadas para a figura do orador, a palavra ritual se caracteriza por ser naturalmente dialogal, fortemente estruturada por gestos e termos de significação fixa e precisa. A palavra ritual funda sua autoridade e legitimidade sobre um acordo prévio do grupo, sobre regras procedurais que regulam a prática enunciativa, ou seja, a palavra ritual não é exclusiva de um líder, como no caso da palavra mágica, ela depende da aceitação do grupo para a qual está sendo verbalizada, ela necessita de adesão (ZOPPI-FONTANA, 2006, p. 182).

Essa passagem da palavra mágica para a palavra ritual culmina, segundo a autora, na instauração de práticas enunciativas de natureza retórica. A palavra retórica se caracteriza por fundar sua eficácia no resultado dos embates da relação estabelecida entre o orador e seu auditório.

Com relação ao segundo fator, a existência da escrita, Zoppi-Fontana (2006) destaca que ela foi um fator determinante de disciplinarização:

A escrita permite que a linguagem se torne ela mesma objeto de reflexão e interesse filosófico; permite, desta maneira, o desenvolvimento de noções abstratas de estatuto metalinguístico como *argumento*, *conclusão*, *justificativa*, *decisão*, *definição*, *restrição*, *falácia*, todas noções necessárias ao estudo da arte de persuadir [...]. (ZOPPI-FONTANA, 2006, p. 183).

Podemos depreender que a retórica antiga surge a partir de uma necessidade, no momento em que o regime da democracia se instala no lugar da tirania vigente à época, fazendo com que no atual regime (o democrático), os problemas tangentes a *polis* fossem discutidos em praça pública, cabendo aos cidadãos atenienses o papel de bem falar, de persuadir e de convencer o seu público.

Platin (2008, p. 8-9), com relação ao paradigma clássico, destaca que a argumentação está vinculada à lógica, entendida como a arte de pensar corretamente, e também ligada à retórica e à dialética. A primeira é entendida como arte de bem falar, enquanto a dialética como a arte de bem dialogar. Para o autor, esse conjunto forma a base do sistema na qual a argumentação foi pensada, desde Aristóteles, na Antiguidade, até o fim do século XIX por Perelman.

A *argumentação retórica* pode ser definida como uma retórica referencial, isto é, ela inclui uma teoria dos signos, formula o problema dos objetos, dos fatos, da evidência, mesmo que sua representação linguística adequada só possa ser apreendida no conflito e na negociação das representações. Ela possui natureza probatória, polifônica e seu objeto é a intervenção institucional planejada.

A *argumentação dialética* é definida pelo autor como um tipo de diálogo, no qual se fazem necessárias duas figuras importantes: o respondente e o questionador. Assim como num tribunal, o respondente tem que se defender de uma afirmação, enquanto o questionador deve atacar a resposta do respondente. Dessa maneira, a argumentação dialética utiliza como instrumento o silogismo dialético, que tem como característica fundamental ancorar-se em premissas, não necessariamente verdadeiras, mas admitidas (*endoxa*).

Por fim, a *argumentação lógica* é a responsável por construir um quadro intitulado de “operações do espírito”: a apreensão, o juízo e o raciocínio. A primeira pode ser entendida como um conceito para depois haver uma delimitação desse conceito (“homem”, “alguns homens”...); o juízo afirma ou nega o conceito formulado na apreensão para chegar a uma proposição (“o homem é mortal”); já o raciocínio é responsável por encadear as proposições realizadas no juízo, de modo a avançar do conhecido para o desconhecido (PLATIN, 2008, p.11-12).

Dado o tripé que irá permear o pensamento aristotélico até o perelmaniano, já no século XIX d.C., passemos agora às contribuições aristotélicas no campo argumentativo.

A retórica formulada por Aristóteles continua sendo, ainda na atualidade, uma das principais referências para a argumentação no discurso e pode ser considerada como a primeira reflexão sistemática, teórica e prática, desenvolvida sobre a arte oratória e as técnicas de persuasão.

O filósofo grego organiza uma obra intitulada de *A Arte da Retórica*, dividida em três livros: o primeiro trata do raciocínio; o segundo, das emoções e o terceiro ocupa-se do estilo e das figuras de linguagem.

Segundo Zoppi-Fontana (2006, p. 186), a obra aristotélica citada acima (*A Arte Retórica*), juntamente com duas outras, a saber, as *Tópicas* e as *Refutações Sofísticas* compõem os fundamentos basilares de uma teoria completa da argumentação. A autora destaca que Aristóteles retoma a distinção platônica de crença (doxa) e ciência (episteme), para opor o verdadeiro, próprio da ciência, ao verossímil, próprio do campo da retórica.

Abramos um rápido parêntese com relação à proposta platônica. Trigalli (1988), a respeito da retórica clássica, destaca que o pensamento platônico buscava uma *Retórica Ideal*, baseada na verdade:

Platão parte do conceito sofístico de Retórica, como teoria do discurso persuasivo que versa indiferentemente sobre o justo e o injusto diante da multidão ignata.

Ele acha que a Retórica não se justifica como mera atividade formal de persuadir, não importa sobre o quê. A persuasão depende do conteúdo, o conteúdo salva ou condena a persuasão.

É inconcebível que o orador fale sobre tudo, sobre o que sabe e o que não sabe, ocupando o lugar dos entendidos. Assim, Platão pretende que o sábio substitua o orador [...].

Ao seu ver o orador não pratica outra coisa senão bajular e lisonjear as multidões. Daí porque a oratória não consegue se elevar ao nível de uma ciência da arte. Não passa de uma atividade rotineira, vulgar e infundada. (TRIGALLI, 1988, p. 39).

Desse modo, enquanto Platão propunha a busca de uma verdade absoluta, unilateral, Aristóteles ancorava-se na verossimilhança. A retórica aristotélica é conhecida por não se ancorar numa verdade única e incontestável, mas sim na verossimilhança, naquilo que seria mais próximo do real e não do verdadeiro.

Por isso, como salienta Zoppi-Fontana (2006, p. 186), o pensamento aristotélico reconhece que o homem tem a capacidade de perceber a verdade a

partir da evidência. O homem é capaz, também, de reconhecer a aceitabilidade, isto é, o aspecto razoável de um raciocínio fundado na verossimilhança. Essa distinção, segundo ela, permite opor *demonstração* à *argumentação*, o que implica na oposição entre *necessidade* e *aceitabilidade/razoabilidade* da conclusão de um raciocínio. A autora salienta ainda:

Esta distinção se encontra na base da oposição frequentemente apontada pelos autores que se dedicam à retórica entre o ato de convencer, definido pela sua necessidade formal e seu apelo à razão e o ato de persuadir, definido pela contingência de sua dependência da adesão do auditório. Para Aristóteles, a oposição *entre raciocínios analíticos*, necessários pela sua forma e pela verdade e evidência das suas premissas, e os *raciocínios dialéticos*, cujas premissas se apoiam em opiniões geralmente aceitas [...] (ZOPPI-FONTANA, 2006, p. 186).

Podemos depreender que o pensamento aristotélico é permeado pelo tripé argumentativo que vimos anteriormente – a argumentação retórica, a argumentação dialética e a argumentação lógica –, ou seja, os argumentos deverão ser lançados por um orador que possua domínio da arte do bem falar. O discurso utilizado por esse orador não precisa, necessariamente, ser verdadeiro, mas próximo à realidade – verossimilhante –, dialético e lógico, uma vez que para se conseguir a adesão do auditório, é preciso que eles acompanhem o pensamento do orador e os silogismos propostos por ele para chegar a uma conclusão, arquitetada previamente pelo orador.

É importante destacar que Aristóteles tece algumas críticas aos retóricos que o precederam por canalizarem suas atenções na dimensão afetiva do discurso (pathos), deixando de fora recursos da oratória, como a argumentação e o entimema.

O entimema será a base da argumentação retórica aristotélica e sua eficácia depende, como mencionado acima, da força consensual da premissa subentendida, ou seja, o seu funcionamento é ancorado no raciocínio dedutivo.

Segundo Almeida Junior (2009, p. 69), Aristóteles foi bastante claro ao definir a função da Retórica, que não é simplesmente a de persuadir, mas de discernir os meios de persuasão. A retórica para o filósofo grego é entendida como uma capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com fim de persuadir, também afirmando que persuadimos via discurso no momento em que mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular. Para o pensamento aristotélico:

[...] a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso, afirmamos que, como arte, as suas regras não se aplicam a nenhum gênero específico de coisas. (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 69-70).

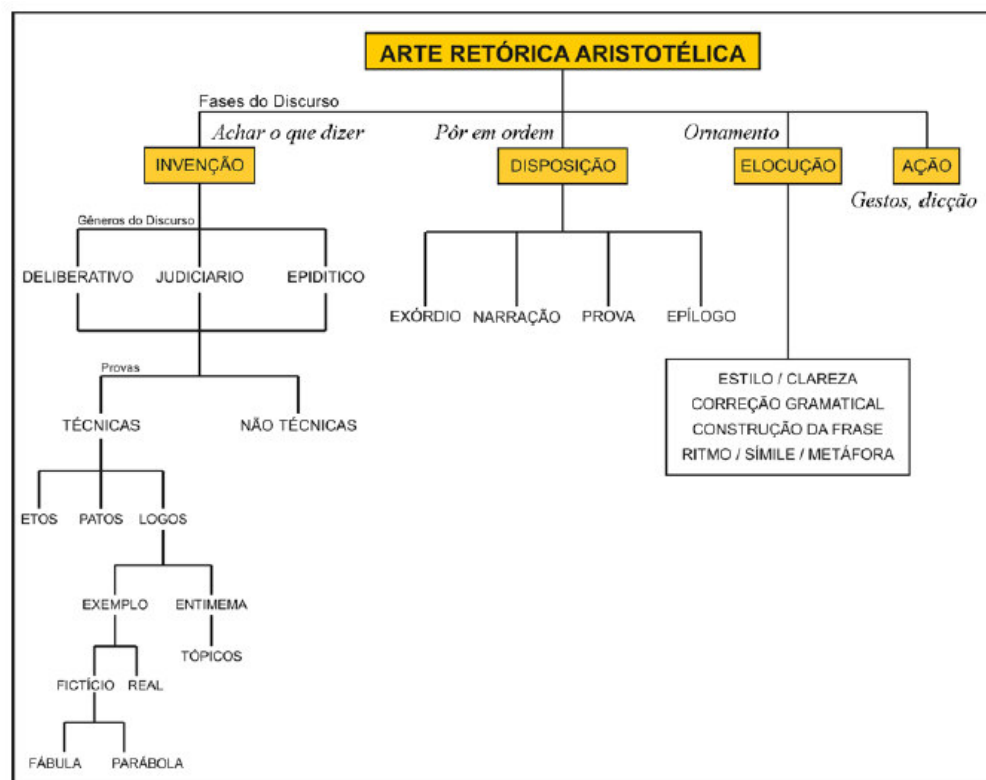
Podemos depreender que a retórica, entendida como arte e ao mesmo tempo, um meio de persuasão, não possui regras restritivas, não se limitando a apenas um gênero específico de coisas.

Almeida Junior (2009, p. 70) salienta ainda que a retórica aristotélica abrange três campos do saber: a) uma teoria da argumentação – que fornece uma interface Lógica/Filosofia; b) uma teoria da elocução e; c) uma teoria da composição do discurso.

A *Arte da Retórica* é dividida em três livros, a saber: o *Livro I* é dedicado ao orador, ou seja, ao emissor da mensagem; o *Livro II* é dedicado a tratar do público, receptor da mensagem e o *Livro III* é dedicado à mensagem, à *lexis* ou *elocutio*, ou seja, às figuras de retórica (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 70).

Para uma melhor compreensão do pensamento aristotélico, Almeida Junior (2009) propõe um quadro norteador:

Figura 1 – Proposta esquemática para a Arte Retórica Aristotélica realizada por Almeida Junior (2009)



Fonte: ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 71.

Baseados nessa espécie de árvore genealógica do discurso argumentativo pertencente à retórica aristotélica, podemos compreender as fases do discurso em: a) invenção; b) disposição; c) elocução e; d) ação.

Abreu (2008, p. 64), sobre a divisão da obra aristotélica, pondera que a *invenção* é entendida como um momento em que devemos procurar argumentos para defender a nossa tese, seria uma tarefa em que nós, enquanto oradores, reuniríamos pontos de vistas diferentes daquilo que o senso comum acredita como verdade única para fazer com que nosso auditório adira à nossa tese.

Com relação à segunda fase, a *disposição*, Abreu (2008, p. 65) a compreende como uma ordenação dos argumentos que serão trabalhados junto ao auditório; já a *elocução*, seria o trabalho com a linguagem, a utilização de figuras retóricas para ‘florear’ o discurso do orador.

No tocante a *ação*, Almeida Junior (2009, p. 72) a define como uma etapa que compreende o trabalho de exposição e manifestação do discurso, seria a linguagem corporal que o orador manifesta no momento da exposição do seu discurso, como os efeitos de voz, mímicas e gestos.

Em suma, podemos compreender as quatro fases do discurso, propostas no quadro de Almeida Junior (2009), da seguinte maneira: a invenção é o “achar o que dizer”; a disposição seria a organização dos argumentos de maneira clara e que possibilite a adesão do maior número de pessoas que compõe um auditório; a elocução se apresenta como os ornamentos linguísticos utilizados pelo orador para causar um determinado efeito de sentido – elogio, ironia, ridicularização etc. – e a ação, centrada na linguagem corporal do orador, é a maneira pela qual o corpo do orador se comunica com o auditório, uma ferramenta a mais para conseguir a adesão do auditório.

Apresentadas as fases do discurso, passemos a falar das ramificações de cada fase do discurso. A primeira delas, a invenção, apresenta três gêneros discursivos, são eles: a) o *deliberativo*, se o auditório tiver que julgar uma ação futura; b) o *jurídico*, se o auditório tiver que julgar uma ação passada e; c) o *epidítico*, se o auditório não tiver que julgar ações passadas nem futuras. No quadro a seguir teremos uma visão mais ampla:

Figura 2 – Quadro dos gêneros discursivos segundo Almeida Junior (2009)

	Auditório	Tempo	Ato	Valores	Argumento-tipo
Judiciário (Forense)	Juízes	Passado (fatos por julgar)	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo (Político)	Assembleia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo)
Epidítico (Demonstrativo)	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Fonte: ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 75.

O *gênero jurídico ou judiciário* é o responsável pela apreciação do auditório sobre ações passadas, na qual o auditório irá deduzir, por meio do entimema, o que seria justo ou injusto no momento da apresentação dos argumentos. O *gênero epidítico*, que acontece no tempo presente, censura ou louva os argumentos destacados pelo orador, atribuindo valores de nobreza (ou não) aos argumentos arrolados pelo orador e por fim, o *gênero deliberativo* é responsável pela apreciação de ações futuras, sua função é de aconselhamento e ancora-se na indução, no exemplo.

O gênero judiciário, por ser pautado no entimema, apresenta um elemento importante que será apresentado a um auditório: *a prova*. A prova se subdivide em técnicas e não técnicas ou, no entender de Zoppi-Fontana (2006), *provas extra técnicas e provas técnicas*:

As provas extra técnicas compreendem elementos que estão disponíveis para ser utilizados pelo orador [...], trata-se de elementos preexistentes, que se apresentam como já dados, como fatos indiscutíveis, que podem assim contribuir à persuasão. Aristóteles menciona como provas extra técnicas os testemunhos orais, as confissões sob tortura, os escritos de outros elementos do mesmo gênero [...]. As provas extra técnicas se fundam [...] na sua proximidade aos fatos.

As provas técnicas são todas aquelas produzidas pelo orador como fruto do domínio das técnicas retóricas; nesse sentido, elas preexistem ao orador mas são por ele inventadas; elas compõem a imagem do próprio orador (*ethos*), a disposição do auditório em um estado emocional adequado para a aceitação das teses defendidas (*pathos*) e a organização e forma dos argumentos e raciocínios no texto proferido (*logos*). (ZOPPI-FONTANA, 2006, p. 188-189).

Podemos perceber na citação acima que as provas técnicas se subdividem em *ethos*, *pathos* e *logos*. O *ethos* é entendido como a feição afetiva corresponde à impressão que o orador dá de si próprio, por meio de seu discurso e não de seu caráter real, pois é certo que, se a pessoa é íntegra e inspira confiança, ela obterá a adesão do auditório. O *pathos* caracteriza-se também pela sua feição afetiva, mas

ao contrário do *ethos*, o *pathos* se limita à emoção que o orador consegue imprimir no auditório, elemento determinante em sua decisão contra ou a favor das razões que apresenta. Já o *logos* possui feição racional e refere-se à argumentação propriamente dita.

Com relação à segunda fase do discurso, a disposição, ela pode ser subdividida em: *exórdio*, *enunciação da tese (ou narração)*, *prova* e *epílogo*. A função do *exórdio* é tornar o auditório receptivo à atuação do orador e fornecer uma introdução geral ao discurso, tornando claro seu propósito. Já a *enunciação da tese* ou *narração*, os eventos que são expostos, aparentemente de forma objetiva, serão arrolados conforme a necessidade de defesa ou de acusação. É aqui o lugar no qual o *logos* supera o *ethos* e o *pathos*. Para que a narração seja eficaz, devem-se reunir três qualidades: a clareza, a brevidade e a credibilidade.

No tocante aos meios de *prova* utilizados, vimos que ela pode se apresentar como extra técnica e técnica. A primeira compreende provas em sentido estrito, evidências concretas tais como testemunhas ou documentos, enquanto as provas técnicas se caracterizam por serem argumentos inventados pelo orador e que podem se apresentar de três modos: a) aqueles derivados do caráter do próprio orador, que empresta sua credibilidade à causa (*ethos*); b) aqueles em que o orador procura lidar com as emoções do auditório (*pathos*) e; c) aqueles derivados da razão (*logos*).

Por fim, o *epílogo* tem por objetivo deixar no auditório uma boa impressão do orador (e uma má impressão de seu oponente) e recapitular brevemente os principais pontos do discurso.

As outras duas fases discursivas propostas por Aristóteles e mencionadas no quadro de Almeida Junior (2009) acima não serão exploradas por fugirem, em certa medida, da proposta da nossa pesquisa. A *elocução* caracteriza-se pela ornamentação textual, pelas figuras de linguagem utilizadas por um determinado orador/enunciador a fim de causar um determinado efeito em seu auditório; já a *ação* é compreendida como a linguagem corporal utilizada pelo orador, fase esta impossível de verificarmos uma vez que nos propomos a analisar enunciados verbais e verbo-visuais disponíveis nas plataformas digitais da Prefeitura de São Luís e do Governo do Estado.

É importante ressaltar que a retórica aristotélica foi mal interpretada e vista como uma ferramenta de ornamentação textual, ou seja, apenas como elocução. A

retórica aristotélica interpretada dessa maneira perde sua dimensão argumentativa e fica restringida a apenas sua função estilística.

Um dos fatores apontados por Coelho (2005 apud PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. XI) sobre um período – bastante considerável: do século V a.C. até meados do século XIX d.C. – de hiato da retórica aristotélica foi o desinteresse, por parte da filosofia, pelo legado aristotélico – a demonstração analítica ou a argumentação dialética.

Para o estudioso, o cristianismo também é um fator importante a ser destacado, um dos principais responsáveis por levar o legado aristotélico à esse largo hiato de séculos:

O que se perdeu, na evolução do pensamento filosófico, pelas mãos do cristianismo e do racionalismo, foi exatamente a equiparação, na importância, dos raciocínios analítico e dialético. Isto é, relegada ao plano dos sofismas, identificada às técnicas de persuasão sem compromisso ético, aos discursos vazios dos oradores hábeis em convencer auditórios, quaisquer que fossem as teses, a dialética não alcançou o estatuto de seriedade e consistência concedido à sua irmã, a analítica. A filosofia, com efeito, deu relevância aos métodos do conhecimento, o quanto possível rigoroso, da verdade, coisa que, decididamente, a dialética nunca foi. (COELHO, 2005 apud PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. XI).

Essa má recepção da dialética como fruto do aproveitamento dos sofistas, visando o lucro por seus trabalhos como “coachs” na arte do bem falar foi bastante criticada por alguns filósofos da antiguidade, dentre eles, Platão. Para ele, os sofistas agiam de má fé, pois na sua visão os sofistas se aproveitavam da ignorância dos cidadãos atenienses.

A crítica tecida por Platão aos sofistas ancora-se na oposição entre crença (doxa) e saber (episteme), sendo a retórica considerada uma produtora de persuasão que se preocupa unicamente com a crença – que pode ser verdadeira ou falsa – e nunca com o saber – que é sempre verdadeiro, já que não existe falso conhecimento. Segundo Pacheco (1997, p. 3), Platão acredita que exista uma verdade universal e absoluta a respeito de cada assunto, algo que é ignorado pela retórica.

Coelho (2005 apud PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. XII) salienta que a expressão *dialética*, pelos motivos expostos acima, sequer conservou o seu sentido original na modernidade e afirma que a interpretação hegeliana e marxista de dialética em nada contribuiu para que a arte de bem dialogar fosse revitalizada séculos depois.

Coelho (2005 apud PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. XII) ressalta ainda que teóricos do século XX, como o filósofo francês Michel Foucault, em sua genealogia dos saberes resgata essa essência da dialética, fundamentada nos pontos de vista, para a construção de verdades, alegando que o conhecimento acerca dos processos mentais, conhecidos por persuasão e convencimento, nasceram com os sofistas a partir de práticas de discussão e deliberação política no meio da organização democrática grega, mas que, todavia, passa a ser considerada como um saber menor e desprezado pela tradição filosófica.

O autor assevera ainda que o desprezo pela dialética por conta do cristianismo acontecia em função da ideia de que não se poderia conviver com a multiplicidade de premissas, ponto de partida da argumentação. Em síntese: não era vantajoso e lucrativo para a Igreja que os fiéis começassem a questionar a palavra de Deus, mesmo que a Bíblia seja um registro repleto de metáforas e parábolas, que são figuras de retórica.

Ainda sobre a influência do cristianismo no período de hiato da retórica aristotélica, Coelho (2005 apud PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. XIII) assevera que a verdade fundamental do conhecimento humano é revelada por Deus e por esse motivo, não há como atribuir igual importância a um raciocínio fundado em meras opiniões de homens que por mais sábios, notáveis e ilustres que sejam, estão contaminados pelo pecado original.

Já Platin (2008, p. 13) pondera que a retórica no final do século XIX foi violentamente criticada como disciplina não científica e eliminada do currículo da universidade republicana, logo em seus primeiros anos. O autor afirma que o que permaneceu na educação francesa foi apenas a história da retórica e acrescenta que essa virada aconteceu por conta do fim do Segundo Império, da derrota de 1870 e da necessidade de uma reforma intelectual e moral. Eis que surge, nesse contexto, o *saber positivo*: a história é a estrela ascendente, o método histórico é o método positivo por excelência, capaz de produzir o saber científico no campo das humanidades. O autor destaca:

Esse saber positivo é concebido como antagonista do “saber formal” cujo melhor exemplo é, sem dúvida, o “tino” retórico, reduzido à arte do artifício eloquente, que funciona de imediato, mas que não resiste à crítica mais elementar. Diante das descobertas positivas da pesquisa histórica, nenhuma posição fundada no bom senso, no consenso, na opinião, na *doxa* ou nos lugares comuns pode ser seriamente sustentada. (PLATIN, 2008, p. 13-14).

Platin (2008, p. 15) salienta que a argumentação, no paradigma clássico, estava vinculada à retórica, à dialética e à lógica, como mencionamos anteriormente e que, enquanto a argumentação estivesse vinculada aos estudos da retórica, ela estaria “do lado errado”.

Assim, no contexto pós-guerra, o autor salienta que os estudos em argumentação passam por um notável desenvolvimento, não apenas na França com as figuras de Perelman e Olbrechts-Tyteca, mas também na Inglaterra, com Toulmin e também na Alemanha.

A reintrodução do conceito de *topos* foi bastante significativo para os campos da literatura e do direito na Europa da década de 1950, assim como para os estudos em argumentação. Em síntese, Platin (2008) considera que:

Podemos considerar a hipótese de que o muito celebrado “renascimento” dos estudos de argumentação, que surge precisamente em plena guerra fria, tem algo a ver com a busca dessa “ratiopropaganda”, a construção de um modo de discurso democrático racional, como rejeição dos tipos de discurso totalitários nazistas e stalinistas. Esse projeto de constituição de uma nova reflexão sobre o *logos*, sobre a racionalidade do discurso, como uma especificação política, por meio de um conceito autônomo de argumentação [...] é fundamental para o projeto de Toulmin, Perelman e Olbrechts-Tyteca. (PLATIN, 2008, p. 21).

Dado o exposto, podemos entender que o *Tratado de Argumentação*, obra publicada pelo filósofo belga Chaïm Perelman em parceria com Lucie Olbrechts-Tyteca no ano de 1958, apresenta uma visão, dentro das teorias da argumentação, do que trata a argumentação pensada por Aristóteles atualizada para o contexto do século XX.

3.2 CONTRIBUIÇÕES PERELMANIANAS AO CAMPO DA ARGUMENTAÇÃO NO SÉCULO XX

No final da década de 1950, os estudos retóricos e argumentativos reaparecem na Europa, agora sob uma forma mais atualizada para o contexto do século XX. Se a retórica pensada por Aristóteles, como vimos no item anterior, passou por um período de hiato bastante significativo, limitando-se ao estilo, durante o século XX, Toulmin na Inglaterra e Perelman e Olbrechts-Tyteca, na Bélgica, retomam os estudos retóricos como pensados na Antiguidade, realizando os devidos ajustes para o contexto atual.

Zoppi-Fontana (2006, p. 192) salienta que ambas as teorias tinham como mérito colocar novamente na agenda do debate intelectual o tema da argumentação.

O interesse pelas técnicas de persuasão se renova, sobretudo, por conta do contexto pós-guerra, em pleno auge da guerra fria e da crítica dos métodos totalitários de propaganda de massa.

Para esta pesquisa, discutiremos a respeito do *Tratado de Argumentação*, obra de autoria de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, publicada no ano de 1958, por conta da taxonomia oferecida pelos autores com relação aos tipos de argumentos que um orador lança ao seu auditório, o que nos garantirá compreender certas nuances do discurso turístico sobre a cidade de São Luís na rede mundial de computadores.

Sobre a obra perelmaniana, Zoppi-Fontana (2006) assevera:

O *Tratado de Argumentação* se propõe como uma reflexão sobre o funcionamento da argumentação nos discursos proferidos com fins persuasivos e uma sistematização das técnicas argumentativas que contribuem para a persuasão. Neste sentido, pode ser considerado como proposta de uma teoria da argumentação. Perelman parte da distinção aristotélica entre demonstração e argumentação, restringindo o alcance do termo demonstração ao espaço dos raciocínios analíticos, isto é, aqueles desenvolvidos pela lógica formal e matemática. A argumentação abarcaria todas as outras modalidades possíveis de persuasão e estaria relacionada com a aceitabilidade e verossimilhança de conclusões defendidas. (ZOPPI-FONTANA, 2006, p. 192).

Dessa maneira, o filósofo belga recupera a essência da retórica proposta por Aristóteles e inova no campo argumentativo com a sua preocupação com o auditório – e as diferenças entre esses auditórios, que irá exigir versatilidade por parte do orador e dos argumentos que ele irá lançar sobre seu público – e também as técnicas argumentativas, que irão organizar a natureza dos argumentos, com relação à sua estrutura, em três nichos: os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que fundamentam a estrutura do real.

O *Tratado de Argumentação* caracteriza-se por ser um material extenso, diga-se de passagem, no qual Perelman e Olbrechts-Tyteca debruçam-se sobre a argumentação e sua vinculação com a velha tradição grega da retórica e também da dialética, rompendo com a concepção de razão e raciocínio herdada de Descartes.

Os tratadistas retomam a retórica e a dialética da antiguidade grega por acreditarem que a adesão dos espíritos a uma determinada tese apresentada possa acontecer por meio de argumentos e não pela violência/coerção.

Eles retomam a natureza deliberativa da argumentação se opondo à necessidade e à evidência, “pois não se delibera quando a solução é necessária e

não se argumenta contra a evidência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.1).

A ideia de argumentação no âmbito do tratado é a de convencer/persuadir por meio do discurso sem que seja necessária a violência ou a coerção. Dessa forma, o campo da argumentação ancora-se no que é verossímil, ou seja, no que é mais próximo da realidade e não do que é verdadeiro ou falso.

A obra dos tratadistas é composta por três partes, a saber:

I) **I parte: Os âmbitos da argumentação.** Nesta sessão os autores apresentarão algumas noções-chave que consolidam a *Nova Retórica*, proposta por eles, como a relação demonstração/argumentação, o contato dos espíritos, o orador e sua relação com o auditório, os tipos de auditório e muito mais.

II) **II parte: O ponto de partida da argumentação.** Sessão dividida em três capítulos – o primeiro, que trata do *acordo*, um dos pontos principais na obra de Perelman, uma vez que o resultado da argumentação/persuasão no discurso culmina no acordo, a adesão de uma tese almeja o acordo entre os espíritos; o segundo capítulo trata sobre as *escolhas dos dados* e sua adaptação com vistas à argumentação, no qual o autor fará um estudo minucioso sobre a importância dos dados arrolados sobre um determinado argumento, lançado pelo orador ao seu auditório e; no capítulo terceiro, a *apresentação dos dados e forma do discurso*, temos uma complementação do capítulo segundo.

III) **III parte: As técnicas argumentativas.** Talvez seja a sessão mais interessante ao nosso estudo, subdividida em cinco capítulos: o primeiro trata dos *argumentos quase-lógicos*; o segundo, dos *argumentos baseados na estrutura do real*; o terceiro, das ligações que *fundamentam a estrutura do real*; o quarto, das *dissociações das noções* e por último, o quinto capítulo que trata da *interação dos argumentos*.

Para esta pesquisa, nos deteremos em comentar a taxonomia proposta pelos tratadistas, ao considerarmos que todo discurso, em especial, o discurso turístico oriundo de sites oficiais, como o da Prefeitura e do Governo do Estado, possuem uma dimensão argumentativa por natureza, uma vez que visam a adesão de um público à sua tese: vir conhecer a cidade de São Luís.

3.2.2 As técnicas argumentativas

Segundo os tratadistas, o discurso persuasivo produz determinados efeitos, especialmente por estar envolvido em situações bastante complexas. Por isso a necessidade em caracterizar a natureza da estrutura argumentativa.

Entretanto, os autores alertam para o fato de que a ‘separação’ proposta por eles neste ponto do tratado é uma separação de cunho didático, já que um argumento quase-lógico, por exemplo, pode assumir alguma das funções de um argumento baseado na estrutura do real.

A pretensão dos tratadistas ao tratar das técnicas argumentativas é o de analisar como se seguem diferentes esquemas de argumentos para os quais os casos particulares examinados servem apenas de ilustração (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 212).

Desse modo, os autores concebem o discurso como um ato que, como todo ato, pode ser objeto, da parte do ouvinte, de uma reflexão, uma vez que:

Enquanto o orador argumenta, o ouvinte, por sua vez, ficará inclinado a argumentar espontaneamente acerca desse discurso, a fim de tomar uma atitude a seu respeito, de determinar o crédito que lhe deve dar. O ouvinte que percebe os argumentos não só pode percebê-los à sua maneira como é autor de novos argumentos espontâneos, o mais das vezes não expressos, mas que ainda assim intervirão para modificar o resultado final da argumentação. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 213).

Dessa forma, podemos perceber a preocupação dos tratadistas em atualizar a retórica aristotélica para o contexto pós-guerra do século XX, ancorados tanto na questão do acordo – pois sem acordo entre o auditório e o orador, não há argumentação –, como também a questão das técnicas argumentativas, que se apresentam como a estrutura dos argumentos que serão lançados pelo orador ao seu auditório.

Com relação às técnicas argumentativas, propriamente ditas, os tratadistas asseveram que existem dois *esquemas argumentativos* ou *lugares de argumentação*, a saber: a) *o processo de ligação*, esquema que aproxima elementos distintos e que permite estabelecer entre esses elementos uma solidariedade que visa estrutura-las e; b) *o processo de dissociação*, caracterizado por ser uma técnica de ruptura com o objetivo de dissociar, separar, de desunir elementos considerados como um todo. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215 e 216).

As técnicas argumentativas caras a esta pesquisa situam-se no processo de ligação, são elas: os *argumentos quase-lógicos*, os *argumentos baseados na estrutura do real* e os *argumentos que fundamentam a estrutura do real*.

a) Os argumentos quase-lógicos

Segundo Almeida Junior (2009, p. 117), são aqueles que possuem ainda um vínculo com os princípios lógicos e que visam alcançar a validade partindo de seu aspecto racional, mas ao contrário dos princípios lógicos da demonstração, os argumentos quase-lógicos (e por isso o termo “quase”) podem ser contestados.

Os tratadistas asseveram que essa classe argumentativa pretende certa força de convicção, na medida em que se apresentam campos comparáveis à raciocínios formais, lógicos ou matemáticos. No entanto, quem se submete à esse tipo de análise, logo percebe as diferenças entre essas argumentações e as demonstrações formais, pois apenas um esforço de redução ou de precisão de natureza não-formal, permite dar a tais argumentos uma aparência demonstrativa, por isso a alcunha de “quase-lógicos”.

Os argumentos quase-lógicos se subdividem em: a) *os que apelam para a estrutura lógica*, como os argumentos de contradição, identidade total ou parcial e a transitividade; b) *os argumentos que apelam para relações matemáticas*, como a relação da parte com o todo, do menor para o maior e a relação de frequência

i) Contradição e incompatibilidade

A *contradição*, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 221), se caracteriza por ser uma asserção, dentro de um sistema, de uma proposição e de sua negação, ao tornar manifesta uma oposição que ele contém, tornando o sistema incoerente.

Os tratadistas acreditam que quando os enunciados são unívocos, eles tornam a contradição indiscutível, não podendo deixar de nos inclinar ante a evidência, mas que, todavia, quando tratamos dos enunciados em linguagem natural, é esperado haver ambiguidades, que podem ocasionar contradições. Para eles, a contradição lógica, discernível de um modo puramente formal, é intimamente ligada ao sistema independente de nossa vontade e das contingências, pois é inelutável no âmbito das convicções aceitas.

Nesse íterim, a *incompatibilidade* se apresenta como uma forma de contradição. Ela pode ser percebida quando na argumentação existem duas teses

contraditórias, fazendo com que o orador tenha que optar por uma das teses ou renunciar a ambas.

ii) Os procedimentos que permitem uma incompatibilidade

Uma vez entendida que a incompatibilidade significa ter que renunciar a pelo menos uma das teses apresentadas, podemos destacar três procedimentos que permitem uma incompatibilidade, são eles:

- **Lógica:** aquela responsável por resolver nossos problemas. Pode ser representada por leis e/ou regras que servem como base para uma escolha plausível;
- **Homem prático:** soluciona um problema à medida que eles se apresentam;
- **Diplomática:** quando se inventam procedimentos que ficam no meio entre duas teses contraditórias.

iii) Técnicas que visam apresentar teses como compatíveis ou incompatíveis

Dentre as técnicas apresentadas pelos tratadistas, iremos destacar a técnica de *retorsão*. Essa técnica permite mostrar quando um ato empregado para atacar uma regra é incompatível com o princípio que sustenta seu ataque. É uma técnica utilizada para defender a existência de princípios primeiros.

iv) O ridículo e seu papel na argumentação

Segundo os tratadistas, o *ridículo* é aquilo que merece ser sancionado pelo riso. Uma afirmação ridícula quando entra em conflito sem justificação, como uma opinião aceita, causa certo conflito com a lógica.

Cabe lembrar que a técnica do ridículo chama uma figura de linguagem conhecida por *ironia*. A ironia, segundo os tratadistas, deve ser entendida como “querer dizer o contrário do que se diz” e ela supõe conhecimentos complementares acerca dos fatos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 235-236).

v) Identidade e definição na argumentação

A *identificação* pode ser entendida como todo uso de conceitos, toda aplicação de uma classificação, todo recurso à indução implica uma redução de certos elementos ao que eles têm de idêntico ou intercambiável.

Já a *definição* pode ser compreendida como uma técnica que não faz parte de um sistema formal e que pretendem identificar *definiens* com *definiendum*.

vi) Analiticidade, análise e tautologia

A *analiticidade* se apresenta quando se considera a igualdade estabelecida entre expressões declaradas sinônimas. Elas dependerão, portanto, do juízo analítico.

Já a *tautologia* se apresenta quando uma análise parece indiscutível e também por não apresentar nenhuma nova informação. Segundo os tratadistas, a acusação tautológica equivale a apresentar uma afirmação como resultado de uma definição que nada nos ensina no tocante às ligações empíricas que um fenômeno pode ter com outro.

vii) Regra de justiça

Requer a aplicação de um tratamento idêntico aos seres ou a situações que são integradas numa mesma categoria. Todavia, os tratadistas alertam para o fato de que objetos tidos como idênticos sempre apresentam diferenças, por isso a busca por um ponto em comum.

viii) Argumentos de reciprocidade

Visam aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes. Esse tipo de argumento se difere da regra de justiça por ter que avaliar se as situações são realmente simétricas.

ix) Argumentos de transitividade

A *transitividade* é uma propriedade formal de certas relações que permitem passar da afirmação que existe uma relação entre os termos A e B, B e C, supondo que $A = C$.

É uma relação que permite demonstrações em forma, mas quando a transitividade é contestável esse tipo de argumentos fica com estrutura quase-lógica.

x) A inclusão da parte do todo

Esse tipo de relação dá margem a dois grupos de argumentos: a) os que se limitam a demonstrar essa inclusão das partes num todo e b) os que demonstram a divisão do todo em suas partes e as relações entre partes daí resultantes. Para os tratadistas:

Os argumentos quase-lógicos do primeiro grupo, que se limitam a confrontar o todo em com uma de suas partes, não atribuem nenhuma qualidade particular nem a certas partes, nem ao conjunto: tratam-no como igual a cada uma de suas partes; analisam-se apenas as relações que permitem uma comparação quase matemática entre o todo e suas partes. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 262).

xii) Divisão do todo em suas partes

A concepção do todo como soma de suas partes serve de fundamento para uma série de argumentos que os tratadistas chamam de *argumentos de divisão* ou de *partição*.

Eles salientam que nos *argumentos de divisão*, as partes devem poder ser relacionadas de um modo exaustivo, mas que podem ser escolhidas como se quiser e de modo muito variado.

xii) Argumentos de comparação

Utilizados quando se coteja vários objetos para avaliá-los em relação ao outro. Os tratadistas alertam para o fato de que devemos distinguir os argumentos de comparação dos argumentos de identificação ou dos argumentos por analogia já que nos argumentos de comparação, a ideia de medição dos enunciados deve estar subjacente.

xiii) Argumentação pelo sacrifício

É uma espécie de argumento de comparação que alega sacrifício, utilizada quando alguém se sujeita à certas condições para obter certo resultado. Para os tratadistas, esse tipo de argumentação está na base do sistema de trocas, escambo, venda e afins e que devemos medir o valor atribuído àquilo por que se faz sacrifício.

xiv) Probabilidades

São estatísticas ou cálculos que servem para validar uma tese.

b) Os argumentos baseados na estrutura do real

Enquanto o primeiro grupo de argumentos, os argumentos quase-lógicos, têm a pretensão a certa validade em virtude de seu aspecto racional, os argumentos fundamentados na estrutura do real, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 297), valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover.

Dessa maneira, argumentos baseados na estrutura do real, ao contrário dos quase-lógicos, não se apoiam na racionalidade da lógica e da demonstração. Eles se aproximam da experiência. Na compreensão de Almeida Junior (2009, p. 116), essa classe de argumentos é desenvolvida a partir daquilo que o auditório acredita que seja real, ou seja, estão baseados naquilo que é entendido pelo auditório por fatos, verdades e presunções.

No tocante aos argumentos baseados na estrutura do real, com relação à sua natureza, eles se classificam em: *argumentos de sucessão* – unem um determinado fenômeno à sua(s) consequência(s)/causa(s) – e *argumentos de coexistência* – que ligam pessoas às suas ações.

Os *argumentos baseados na estrutura do real de sucessão*, segundo os tratadistas, se classificam em:

i) ***O argumento por vínculo causal***

Busca uma causa correspondente à um determinado efeito. Este argumento pode se apresentar sob três formas: a) as que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, por vínculo causal; b) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que pode determiná-lo; c) as que, sendo um dado acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar.

ii) ***O argumento pragmático***

Permite apreciar uma causa consoante suas consequências e para ser aceito pelo senso comum, não necessita de nenhuma justificativa, como, por exemplo, a crença de que passar debaixo de uma escada traz azar.

iii) ***O argumento por vínculo causal como relação de um fato com sua consequência ou de um meio com um fim***

Um mesmo acontecimento será interpretado e valorizado diferentemente, por suas consequências.

iv) ***O argumento por fins e meios***

Quando existe uma interação entre os objetivos a serem perseguidos e os meios utilizados para realizá-los, como ocorre com a publicidade que desenvolve novas necessidades ou transforma necessidades antigas.

v) ***O argumento do desperdício***

Refere-se à sucessão dos acontecimentos, das situações e de uma maneira que, sem excluir necessariamente a ideia de causalidade, não a coloca em primeiro plano. Consiste em dizer que, uma vez iniciada uma ação ou uma tese, se deve ir até o fim e aceitar os sacrifícios para obter certo sucesso.

vi) ***O argumento da direção***

É um tipo de argumento mais ponderado, no qual o orador deverá saber que poderá ceder mais do que está disposto. O argumento da direção implica a

existência de etapas direcionadas a certo objetivo, o que ocorre, por exemplo, em casos de negociações.

vii) ***O argumento da superação***

Ao contrário do argumento da direção, que desperta o temor de que uma ação nos envolva num encadeamento de situações cujo desfecho se recusa, os argumentos da superação investem na possibilidade de ir sempre mais longe num certo sentido, sem que entreveja um limite nessa direção, e com isso um contínuo crescimento de valor.

Já os *argumentos baseados na estrutura do real de coexistência*, apresentam-se em:

i) ***A pessoa e seus atos***

Se nas ligações de sucessão, os termos cotejados se encontram num mesmo plano fenomênico, as ligações de coexistência unem duas realidades de nível desigual sendo uma fundamental, mais explicativa que a outra.

Esse tipo de argumento consiste em encontrar relações existentes entre as pessoas e seus atos. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 334), a construção da pessoa humana, que se vincula aos atos, é ligada a uma distinção entre o que se considera importante, natural, próprio do ser que fala, e o que se considera transitório, manifestação exterior ao sujeito.

Na argumentação, a pessoa, considerada suporte de uma série de qualidades é um ser duradouro cuja volta se agrupa toda uma série de fenômenos aos quais dá coesão e significado. Nesse tipo de técnica, avalia-se a moral e o direito de julgar a pessoa e seus atos. Em suma, a noção de responsabilidade, de mérito e de culpabilidade recai sobre a pessoa, entretanto a norma, a regra recai nos atos cometidos pela pessoa.

ii) ***Interação entre ato e pessoa***

Este tipo de argumento irá analisar a influência dos atos sobre a concepção de pessoa, a de pessoa sobre seus atos e a interação entre essas duas grandezas, não dando primazia a nenhuma delas.

Neste tipo de técnica, o ato é o responsável por construir e reconstruir a imagem da pessoa. Busca-se, aqui, uma coerência entre a pessoa e seus atos, uma “boa reputação”, uma vez que atos passados poderão influenciar atos futuros.

iii) Argumento da autoridade

São argumentos influenciados pelo prestígio. Para os tratadistas, a palavra de honra, dada por alguém como única prova de uma asserção, dependerá da opinião que se tem dessa pessoa como homem de honra.

O argumento de prestígio ou o argumento de autoridade utiliza juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese.

iv) Técnicas de ruptura e de refreamento opostas à intenção ato-pessoa

São técnicas utilizadas quando existe uma incompatibilidade entre o que julgamos da pessoa e o que pensamos do seu ato.

As *técnicas de ruptura* dizem respeito ao impedimento da reação do agente sobre o ato, considerando este último uma verdade ou a expressão de um fato. Já as *técnicas de refreamento* se caracterizam por utilizar situações extremas, visando à supressão, a restrição de uma ação.

v) O discurso como ato do orador

Segundo os tratadistas este tipo de argumento merece uma atenção especial, isto porque o discurso, para muitos, é a manifestação por excelência da pessoa.

Neste interim, o enunciado não será o mesmo quando proferido por pessoas diferentes. Há, dessa maneira, uma mudança de significado, não uma simples transferência de valores, mas uma reinterpretação num contexto novo, fornecido pelo que se sabe do autor presumido. Daí resulta a influência reconhecida do prestígio e ao poder de sugestão por ele exercido se manifesta um modo menos irracional e menos simplista do que se acreditou.

vi) Grupo e seus membros

Os membros são pensados como a manifestação do grupo, assim com o ato é a expressão da pessoa. Dessa forma, os indivíduos possuem influência sobre a imagem que temos de um grupo do qual pertencem.

Nessa espécie de argumento, o prestígio do grupo poderá favorecer (ou não) a propagação de suas ideais, costumes e modas.

vii) Outras ligações de coexistência, o ato e a essência

Assim como existe uma relação entre ato e pessoa, entre indivíduos e um grupo, existem relações toda vez que acontecimentos, objetos, seres, instituições são agrupados de forma abrangente, quando são considerados característicos de uma época, de um estilo, de um regime, de uma estrutura. Essas construções intelectuais se empenham em associar e explicar fenômenos particulares concretos,

individuais tratando-os como manifestação de uma essência que se expressa igualmente em outros acontecimentos, objetos, seres ou instituições.

viii) *Ligação simbólica*

A ideia de *símbolo*, para os tratadistas, difere da ideia de signo, uma vez que o símbolo não é puramente convencional. Todo símbolo possui um significado e um valor representativo, esse significado e valor representativo são tirados do fato de que parece existir, entre o símbolo e o que ele evoca, uma relação que os autores chamam de *participação*.

Dessa forma, o vínculo simbólico é encarado como fazendo parte do real, mas ele não se refere a uma estrutura definida do real. É preciso que símbolo e simbolizado estejam integrados numa realidade mítica ou especulativa, no qual participam um do outro.

ix) *O argumento da hierarquia dupla aplicado às ligações de sucessão e de coexistência*

As *hierarquias* são compreendidas pelos tratadistas como elementos que fazem parte do acordo, assim como os valores, e que servem de premissas ao discurso.

Ocasionalmente, o orador por se basear numa correlação entre os termos da hierarquia discutida e os de uma hierarquia aceita. Por isso o argumento da hierarquia dupla muitas vezes ser implícito, já que normalmente exprime uma ideia de proporcionalidade, direta ou indireta, ou pelo menos um vínculo entre termo e termo.

x) *Argumentos concernentes às diferenças de grau e de ordem*

Os tratadistas alertam para o fato de que mesmo que se queira estabelecer uma diferença entre a ordem e o grau, devemos pensar em distinguir (ou não) a atenção ao que poderia ter provocado, explicado, garantido ou pelo menos confirmado, o salto de uma ordem à outra. Muitas vezes os argumentos relativos às diferenças de ordem preparam ou supõem considerações sobre o fenômeno que marca o corte: a mutação, a emergência, explicarão a passagem de uma ordem para outra na cadeia evolutiva. Os tratadistas utilizam o exemplo da conversão religiosa para ilustrar esse tipo de argumento. Na conversão religiosa, o indivíduo passa da ordem da natureza para o da graça. Entretanto, alertam para o fato de que em geral, o acontecimento-chave é sempre obscuro, imprevisível e/ou irracional e

que a redução das diferenças de natureza a diferenças de grau tendem a suprimir tais elementos, a limitar o espírito que é conhecido, familiar e/ou racional.

c) As ligações que fundamentam a estrutura do real

No tocante a terceira e última classe das técnicas argumentativas pelo processo de ligação, os argumentos que fundamentam a estrutura do real, ao contrário dos que se baseiam estrutura do real, criam uma espécie de realidade alternativa ou pelo menos a completam, fazendo que entre as coisas apareçam nexos ainda não vistos, não suspeitados. Assim, produzem seus efeitos de forma semelhante à indução, procurando criar ou completar a estrutura do real.

Dessa forma, os argumentos que fundamentam a estrutura do real podem ser divididos em duas famílias: a) *o fundamento pelo caso particular* e; b) *o raciocínio por analogia*.

Com relação ao primeiro grupo, dos *argumentos fundamentados pelo caso particular*, temos:

i) A argumentação pelo exemplo

Os tratadistas destacam que as ligações fundamentadas pelo real de caso particular podem exercer papéis diversos, como generalizações, ilustrações, detecção de regularidades etc.

Com relação à *argumentação pelo exemplo*, eles acreditam que este tipo de argumento implica certo desacordo acerca da regra particular que o exemplo é chamado para fundamentar, mas que essa argumentação supõe um acordo prévio sobre a própria possibilidade de uma generalização a partir de casos particulares ou, pelo menos, sobre os efeitos de inércia.

O exemplo, na perspectiva dos tratadistas, é um detonador de uma generalização, uma descrição de um fenômeno e o responsável por levar à formulação de uma lei. Daí formularem uma outra espécie de argumento no âmbito da argumentação pelo exemplo: *a argumentação do particular ao particular*.

Nesta espécie de argumentação, utiliza-se o argumento pelo exemplo, desde que ele nos faça passar de uma conclusão particular, sem que seja enunciada nenhuma regra.

ii) A ilustração

Esse argumento difere do argumento do exemplo em razão do estatuto da regra que uma e outro servem para ancorar-se. Enquanto o exemplo é incumbido de

fundamentar a regra, a *ilustração* tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostrando o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis, aumentam-lhe a presença na consciência.

iii) Modelo e antimodelo

Quando se trata de conduta, um comportamento particular pode não servir para fundamentar ou ilustrar uma regra geral. O *argumento pelo modelo* é utilizado para pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos, já que não se deve imitar qualquer um. Para que alguém seja considerado um modelo, é necessário ter prestígio.

Já a *técnica do antimodelo* é caracterizada por condutas que deverão ser contrárias ao modelo.

iv) O ser perfeito como modelo

Os tratadistas destacam o fato de existir certos inconvenientes na argumentação quando o modelo apresenta características repreensíveis ou quando o antimodelo é digno de imitação. O ser perfeito, no ocidente, como exemplificam os tratadistas, seria Jesus Cristo.

Com relação ao segundo grupo de argumentos que fundamentam a estrutura do real, os *argumentos que relacionam o raciocínio por analogia*, temos:

i) O que é analogia

Para os autores, a analogia foi mal vista quando quiserem transformá-la num meio de prova. Para eles, ela faz parte de uma série identidade-semelhança-analogia, da qual constitui o termo de menor prestígio.

A *analogia* possibilita a formulação de uma hipótese que seria verificada por indução. Ela também se subdivide em tema e foro:

Propomos chamar de *tema* o conjunto de termos A e B, sobre os quais repousa a conclusão (inteligência da alma, evidência) e chamar de *foro* o conjunto de termos C e D, que servem para estribar o raciocínio (olhos do morcego, luz do dia)[...]. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 424).

ii) Relações entre os termos de uma analogia

Uma *analogia rica* deve apresentar quatro elementos, chamados pelos tratadistas de termos hierarquizados – A/B e C/D. O essencial com relação aos termos da analogia é que se confronte tema e foro, sendo dois elementos da analogia representantes do tema e dois do foro.

iii) Efeitos da analogia

A interação tema/foro, resultante de uma analogia, manifesta-se de duas formas: pela estruturação e pela transferência de valor que dela deriva. Assim, os efeitos da analogia contribuem para determinar um ou mais termos do tema.

iv) Como se utiliza a analogia

As analogias são elementos fundamentais na invenção e também na argumentação, especialmente por conta dos desenvolvimentos e dos prolongamentos que favorecem.

v) O estatuto da analogia

A analogia é um instrumento de argumentação instável, isso porque rejeita as conclusões. Os tratadistas asseveram que o estatuto da analogia requer o confronto tema/foro.

vi) A metáfora

Segundo a tradição grega, a metáfora é um *tropo*: uma mudança bem-sucedida da significação de uma palavra ou de uma locução.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 453) ponderam que ela é a responsável por transportar a significação própria de um nome para outra significação que só lhe convém em virtude de uma comparação que existe na mente.

A metáfora seria uma espécie de analogia condenada, resultante da fusão de um elemento foro com um elemento tema.

vii) As expressões com sentido metafórico ou metáforas adormecidas

Os tratadistas asseveram que uma metáfora jamais poderá ser desgasta, pois, uma vez desgastada, ela adquire o status de *metáfora adormecida* – perde sentido com a ideia primeira.

O despertar de uma metáfora pode ser provocado por uma mudança do contexto habitual.

No capítulo seguinte, iniciaremos uma discussão sobre alguns acontecimentos políticos, sociais e, portanto, discursivos, ocorridos na capital maranhense em meados do século XIX. Nele, discutiremos à luz das pesquisas da historiadora Lacroix (2002), bem como alguns postulados do método arqueogenealógico foucaultiano, como emergiu o mito de que a capital maranhense foi/é a única cidade/capital brasileira fundada por franceses, escavando o solo da história em busca de acontecimentos discursivos que levaram São Luís a receber tal

identificação, presente na atualidade nos enunciados que compõem o discurso turístico oficial sobre a capital maranhense no ciberespaço.

4 A CAPITAL MARANHENSE DO SÉCULO XIX: A CRIAÇÃO DO MITO DA FUNDAÇÃO FRANCESA DE SÃO LUÍS E DO EPÍTETO DE “ATHENAS BRASILEIRA”

Em perspectiva arqueogenealógica, este capítulo tem como objetivo refletir sobre a origem da capital maranhense, buscando alguns acontecimentos discursivos que ecoam na construção do discurso turístico sobre a cidade de São Luís nas páginas da Prefeitura e do Governo do Estado.

Dessa maneira, ancorados em algumas noções que compõe o método arqueogenealógico foucaultiano – discutidos no capítulo primeiro desta pesquisa – nos propomos a refletir sobre uma versão não oficial da origem da capital maranhense, baseando-nos no trabalho da historiadora Lacroix¹ (2002).

No levantamento dos enunciados que compõem o nosso *corpus*, percebemos que existem algumas regularidades discursivas que gravitam em torno de uma São Luís cuja fundação é de origem francesa. Essa realidade, no entanto, opõe-se ao fato de que a maioria das cidades brasileiras foi fundada por portugueses.

A regularidade discursiva sobre a fundação gaulesa da capital maranhense pode ser encontrada tanto na plataforma digital da Prefeitura de São Luís quanto na plataforma do Governo do Estado. Entretanto, essa identificação atribuída à capital maranhense – de ter sido a única cidade brasileira fundada pelos franceses – parece ser mais explorada pela plataforma da Prefeitura, conforme o fragmento a seguir:

São Luís foi fundada em 08 de setembro de 1612, quando uma expedição francesa comandada pelo conquistador francês Daniel de La Touche (Senhor La Ravardiere), com apoio de Maria de Médicis, parte de Saint-Malo, na Bretanha, para fundar a França Equinocial, na região dos trópicos. A cidade, que recebeu o nome de São Luís em homenagem ao rei da França, passou ao domínio português logo depois, em 1615, dando fim ao projeto de criação da chamada França Equinocial. (História da cidade. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: <http://turismosaoluis.com.br/historia_da_cidade/100>. Acesso em: 11 de novembro de 2018).

Dessa forma, se as plataformas digitais dos poderes públicos locais baseiam seus discursos turísticos, partindo, inicialmente, da origem francesa da cidade de

¹ Para tratarmos da possível fundação francesa da cidade de São Luís, selecionamos o olhar da historiadora Lacroix (2002) por acreditarmos que ela nos oferece, dentro de uma perspectiva da história nova, uma outra versão sobre a origem da capital maranhense, que vai de encontro, em certa medida, com os enunciados que compõe o discurso turístico sobre a cidade de São Luís no ciberespaço. A autora, respaldada a partir de documentos oficiais e não oficiais, nos fornece, com certa riqueza de detalhes, uma nova história sobre a origem da capital maranhense, marcada por rupturas, dispersões, silenciamentos e construções de verdades.

São Luís, como pudemos verificar a partir do fragmento acima retirado da plataforma da Prefeitura, percebemos também que existem outros atrativos turísticos explorados pelas plataformas digitais da Prefeitura e do Governo, como o acervo arquitetônico de origem portuguesa e a culinária multiétnica que a cidade dispõe.

Contudo, neste capítulo, focaremos apenas nos acontecimentos discursivos que contribuíram para que a capital maranhense fosse discursivizada, a partir do final do século XIX, como a única cidade/capital fundada por franceses no Brasil.

Segundo Soares (2002 apud LACROIX 2002, p. 12), existe na memória do ludovicense um apego quase irracional de uma origem gaulesa da capital maranhense. Para ele, esse “apego mítico” influencia a maneira pela qual o ludovicense se identifica como um habitante de uma cidade que é considerada francesa em solo brasileiro.

O autor salienta que no imaginário do ludovicense há uma crença difusa: para alguns, os franceses fundaram a cidade e Daniel de La Touche é o seu legítimo fundador, fato explicado pelas datas comemorativas, estátuas, registros históricos etc; por outro lado, há a versão de cronistas e historiadores que entendem os franceses não como heróis, mas como invasores que aqui estiveram a fim de propagar a religião cristã em terras pagãs, resultando na chamada *França Equinocial*; além desse enfoque, existe uma terceira versão, difundida na/pela elite maranhense no final do século XIX, de que São Luís é a única capital/cidade fundada pelos franceses em terras portuguesas (SOARES, 2002 apud LACROIX 2002, p. 12).

Acreditamos que ancorado numa perspectiva da história nova, Soares (2002 apud LACROIX 2002, p. 12-13) compreende que existam marcas indelévels da colonização portuguesa de São Luís, o que nos levaria à seguinte pergunta: por que então silenciar as contribuições lusitanas na colonização e origem da cidade, atribuindo uma origem francesa para São Luís? O próprio autor se questiona: “o que terá ocorrido na memória histórica da cidade para que os franceses deixassem de ser considerados ‘invasores’ e passassem a ser vistos como fundadores?” (SOARES, 2002 apud LACROIX 2002, p. 12-13).

Soares (2002 apud LACROIX 2002, p. 13) pondera que essa memória cristalizou-se por meio de vários mecanismos e por algumas razões, acabou criando no imaginário dos ludovicenses algo que ele chama de “ideologia da singularidade”. Essa marca atribuída à São Luís pode ter emergido a partir de um momento

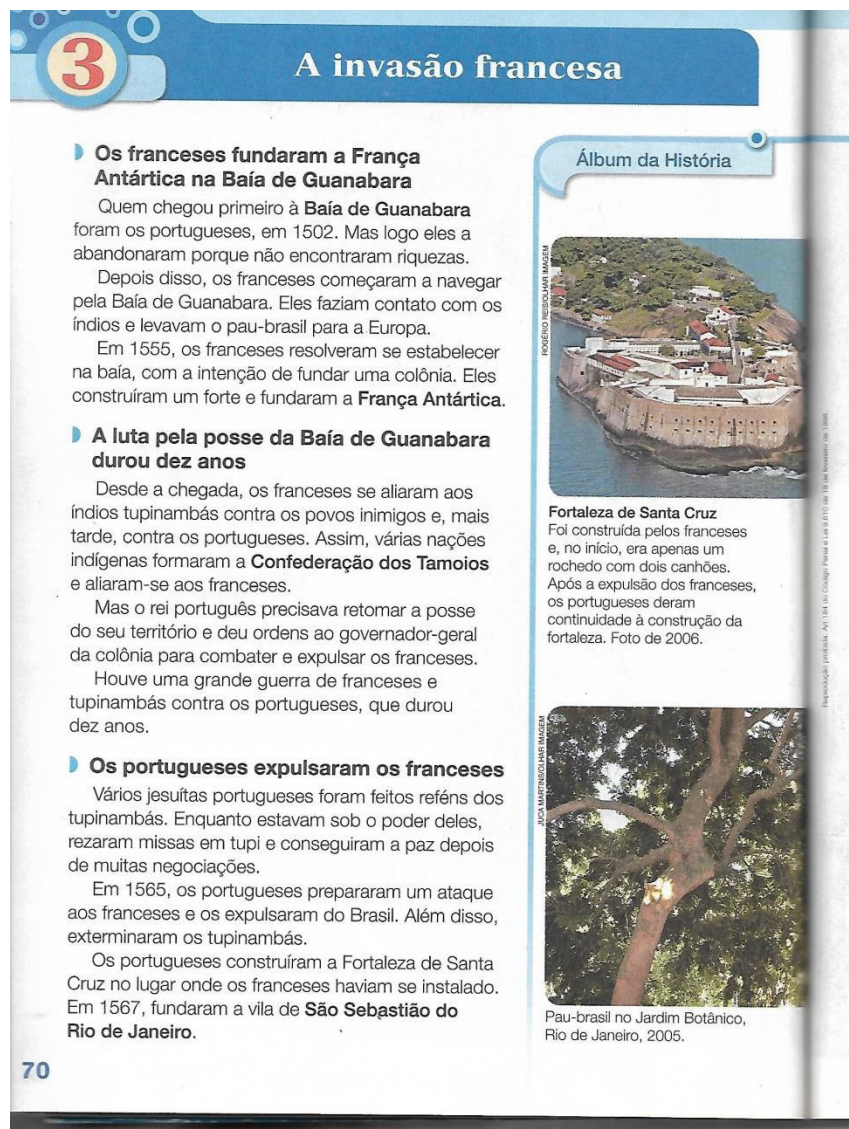
delicado em que a capital maranhense se encontrava durante as últimas décadas do século XIX. A decadência da exportação de produtos agroextrativistas, juntamente com a abolição da escravatura – principal mão-de-obra da época – foi, na visão do autor, um fator decisivo no apego ao mito de fundação gaulesa da cidade, ganhando força desde o final do século XIX e disseminada até os dias atuais, como poderemos verificar no momento da análise do nosso *corpus*.

O autor destaca que essa ideologia da singularidade foi produzida na ambiência dos grupos dominantes decadentistas e difundida à sociedade como um todo. Trata-se, segundo Soares (2002 apud LACROIX 2002, p. 13-14), de um sentimento de “orgulho” exacerbado da diferença do Maranhão e da figura do maranhense, impresso no modo de ver a história e, principalmente, nas expressões locais da cultura, no contexto da história e da sociedade brasileiras.

Podemos inferir que, desde o século XIX, por razões diversas, a capital maranhense se inscreve em uma luta por identidade(s) que a singularizem das demais cidades/capitais nordestinas e também das outras cidades do país.

Dessa maneira, Soares (2002 apud LACROIX 2002, p. 15) compreende que a história de São Luís apresenta duas versões: uma mítica, surgida entre os séculos XIX-XX, como uma tábua de salvação num período crítico na economia local e outra pautada numa história tradicional, na qual as cidades brasileiras são/foram todas colonizadas e fundadas pelos portugueses, como podemos verificar em livros didáticos:

Figura 3 – Livro didático utilizado pela Prefeitura de São Luís na educação básica



Fonte: COSTA JUNIOR, 2007, p. 70.

Como podemos perceber no tópico “os portugueses expulsaram os franceses”, os registros históricos que são difundidos nas escolas de ensino básico brasileiras é que desde o ano de 1565, há exatos 47 anos antes da “fundação francesa da capital maranhense”, já não existia mais nenhum francês em terras brasileiras, o que nos levaria a aceitar a versão de que devemos aos portugueses a fundação da cidade de São Luís e não aos franceses, vistos nessa perspectiva como invasores.

Um outro ponto importante a ser destacado é que a imagem acima (figura 3) foi retirada de um dos livros didáticos adotados pelas escolas de ensino fundamental subsidiadas pela Prefeitura de São Luís, não havendo menção alguma da invasão dos franceses em outras localidades que não seja na cidade do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, as noções foucaultianas da fase genealógica são caras a esta pesquisa a partir do momento que compreendemos que os sujeitos sociais, conforme salientado no capítulo dedicado à AD francesa de matiz foucaultiana, constroem certas verdades. No caso da cidade de São Luís, existe uma versão de sua fundação, que parte de uma elite intelectual e financeira, de que a capital maranhense é a única cidade/capital brasileira fundada por franceses, mas no momento em que nos deparamos com um material didático ancorado numa perspectiva tradicional de história, como o trazido acima, somos levados a considerar que existem outras verdades além da “oficial”, presente na atualidade, disseminada em plataformas da Prefeitura e do Governo.

O filósofo francês Michel Foucault propõe em sua *Arqueologia do Saber*, que os historiadores ajustassem seus modos de enxergar um determinado objeto, sugerindo que não se conceba mais a história como uma disciplina – no sentido de que ela dita certas normas e que regula corpos e comportamentos – mas que a conceba como uma ciência, ou seja, que se trabalhe com uma perspectiva da história nova.

Na esteira do pensamento foucaultiano, Burke (2011, p. 10) salienta que a *história nova* tornou-se uma expressão popular na França graças a *La Nouvelle Historie*, título de um dos ensaios do medievalista francês Jacques Le Goff. De difícil conceitualização, o autor sugere que é mais produtivo indicar aquilo que a história nova não é, porém sintetiza o espírito da ‘nova’ ciência em:

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional [...]. Poderíamos [...] chamar este paradigma de a visão do senso comum da história [...] para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de se fazer história, em vez de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado. (BURKE, 2011, p. 10).

A história nova é, portanto, um acontecimento no campo das ciências humanas, uma ruptura com a maneira de se fazer história até então e também de selecionar aquilo que pode e merece ser lembrado na história de um determinado grupo social.

Desse modo, Foucault, no campo discursivo, observa que a história é marcada por rupturas que, ao contrário do entendimento da história tradicional, não pode ser entendida em linearidade, pois ela é dispersa e não deve narrar apenas a versão dos grandes personagens, mas também outras histórias tidas como 'vistas de baixo'.

Enfatizando tal aspecto, Sharpe (2011, p. 44) critica a história tradicional, por ela ser encarada com a única verdade sobre um objeto, sempre prevalecendo a versão de quem possui maior poder ou prestígio, e que, graças às contribuições dos marxistas, passou-se a pensar também na história das pessoas comuns, sobretudo com o crescimento do movimento trabalhista.

Dessa maneira, o autor explica que a história tradicional de uma comunidade seleciona aquilo que merece ser ecoado e guardado na memória de um grupo e cita o exemplo da vitória dos ingleses na Batalha de Waterloo, contada pelo viés do general e não dos soldados, valorizando apenas a versão de quem possui maior prestígio social:

Em 18 de junho de 1815, houve uma batalha próximo à aldeia belga de Waterloo. Como sabem todos aqueles que estudaram a história britânica, o resultado daquela batalha foi um exército aliado, comandado pelo Duque Wellington [...] que derrotou um exército francês, comandado por Napoleão Bonaparte, sendo assim decididos os destinos da Europa. Nos dias que se seguiram à batalha, um daqueles que ajudou a determinar o destino de um continente, o soldado William Wheeler [...] escreveu várias cartas a sua esposa [...].

Wheeler [...] forneceu a sua esposa uma descrição da Batalha de Waterloo, a partir do violento final: a experiência de suportar o fogo da artilharia francesa, seu regimento destruindo um corpo de couraceiros inimigos com um rajada de tiros, o espetáculo de corpos queimados de soldados britânicos [...]. Os livros de história nos contam que Wellington venceu a batalha de Waterloo. De certa maneira, William Wheeler e milhares, como ele, também venceram. (SHARPE, 2011, p. 39-40).

Na esteira do pensamento foucaultiano, Sharpe (2011) tece uma forte crítica ao modo de se fazer história ancorado no paradigma tradicional. Na perspectiva da história nova, um mesmo acontecimento discursivo pode e deve ser visto por vieses diferentes. Neste caso, o autor traz o exemplo das cartas escritas pelo soldado William como um documento, ainda que seja "não oficial", já que este registro não conta dos livros de história tradicional, nos fornece um detalhamento tão rico quanto o que está posto nos materiais didáticos ancorados numa perspectiva tradicionalista.

No tocante à história da fundação da cidade de São Luís, percebemos que a versão do livro didático mencionado anteriormente (figura 3) é a de que os franceses

já não mais circulavam no Brasil durante o século XVII, uma vez que os portugueses os expulsaram 47 anos antes da fundação da capital maranhense em 1612.

Todavia, a elite intelectual da capital maranhense, no final do século XIX, forja uma origem francesa para a cidade de São Luís, numa tentativa de salvação do orgulho do maranhense, que outrora participava de saraus e da efervescência da cidade, mas que na virada do século XIX para o século XX, se vê perdido em meio a uma crise econômica pós-abolição da escravidão.

Temos então a noção de história nova fortemente vinculada à noção de *acontecimento discursivo*, que nas palavras do filósofo francês:

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. (FOUCAULT, 2008, p. 22).

Dessa maneira, Gregolin (2004, p. 76) pondera que podemos conceber o acontecimento discursivo como um conjunto finito de enunciados efetivamente produzidos, em sua irrupção de acontecimento, a fim de compreender as condições que possibilitaram a sua emergência em um certo momento histórico.

Assim, a ideia de uma origem francesa é pensada como um acontecimento discursivo, pois a partir dessa identificação atribuída à capital maranhense podemos perceber que outros eventos ocorreram no contexto social ludovicense durante o século XIX, como a decadência agroexportadora da cidade.

A historiadora Lacroix (2002), a partir de escritos de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, revela que alguns acontecimentos históricos foram silenciados da história oficial da capital maranhense, o que nos auxilia a compreender a maneira em como o discurso turístico sobre São Luís tomou a feição que possui na atualidade.

Segundo a autora, há registros que comprovam uma falta de iniciativa por parte dos franceses para a formação de uma cidade. Lacroix (2002, p. 23-24) acredita que a majestosa procissão dos nobres e outros componentes da expedição, com seus fardões e estandartes por ocasião da segunda Missa celebrada em Upaon-Açu, pareceu mais uma exibição de força dos recém-chegados, solenidade significativa de posse das terras oficialmente consideradas portuguesas, naquele momento sob o domínio da Coroa francesa.

Podemos inferir que, dado o contexto político e social das primeiras décadas do século XVII, assim como a falta de uma construção sólida, que marcasse de fato a presença dos franceses em terras maranhenses, além da falta de financiamento por parte da Coroa francesa, não houve mobilizações, de nenhuma parte, para a instalação de uma colônia francesa no Brasil.

Lacroix (2002, p. 24) pondera que nem mesmo nos registros dos historiadores mais antigos do Maranhão foram achados indícios de uma possível fundação francesa. Ela revela ainda que tal discurso emergiu num período de decadência econômica que culminou num marasmo social. A fundação francesa da cidade, para ela, está fortemente relacionada ao inconformismo e ao ressentimento que acompanhou o declínio da elite ludovicense. Para a autora:

O maranhense tratou de cultivar o seu orgulho, buscando mecanismos de defesa que obnubilasse seu desencanto. Passou a louvar o passado, mostrando para o resto do Brasil aquela província diferente, de povo educado, instruído, culto, sempre atento à questão vernacular, sementeira de poetas e literatos. Para confirmar essa singularidade, trasladou a fundação de São Luís das mãos portuguesas para os franceses, inversamente à história das outras cidades brasileiras. (LACROIX, 2002, p. 24 e 25).

É interessante salientarmos que a elite maranhense, num momento de perda de poderio econômico e de *status*, não tratou apenas de modificar a origem da capital maranhense de portuguesa à francesa, mas também em várias outras maneiras de singularizar a cidade que, futuramente, se concretizariam em epítetos como o de “cidade fundada pelos franceses”, “o melhor português falado no Brasil” e “Atenas Brasileira”. Notemos também que os discursos que promovem São Luís desde sempre a consideraram uma cidade histórica e em certa medida elitista, desconsiderando (ou deixando em segundo plano), identificações que não são/estão relacionadas à cultura do europeu.

No tocante à vinda dos franceses às terras brasileiras, a autora salienta que desde o final do século XV, revoltados com a política do Vaticano de exclusividade à Portugal e à Espanha das terras que viessem a ser ou que já tivessem sido descobertas, a monarquia francesa apoiava francamente os saques praticados por seus piratas. Lacroix (2002, p. 95) assegura que essa atividade lucrativa – a pirataria – não descartava a esperança da formação de colônias francesas no sul do continente americano.

As inúteis reclamações de D. João III à França o levaram a mandar policiar o litoral brasileiro entre os anos de 1516-1519 e 1526-1528. Mesmo com as várias

tentativas de Cristóvão Jacques de varrer intrusos, afundando navios e prendendo tripulantes, os piratas franceses também capturavam navios portugueses e por todos esses eventos, ambas as nações sofreram baixas.

Segundo a autora, os piratas franceses percorreram as costas brasileiras dos fins do século XV ao século XVIII. Ela revela ainda que houve duas invasões francesas em solo brasileiro que merecem destaque: a primeira ocorrida no ano de 1555 e outra em 1612.

Lacroix (2002, p. 100) assevera que a primeira invasão francesa em solo brasileiro aconteceu numa ilha do Rio de Janeiro e foi comandada por Nicolau Durand Villegaignon. Nesta ocasião, os franceses construíram um arraial e um forte, sendo expulsos por Estácio de Sá, que ao desembarcar na enseada entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão, logo fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Com a ajuda da esquadra auxiliar, Estácio de Sá investiu contra os inimigos localizados nas atuais praia do Flamengo e na Ilha do Governador, fazendo com que franceses e tamoios buscassem refúgio em Cabo Frio.

Já a segunda invasão francesa significativa aconteceu em terras maranhenses, como pondera a autora:

Embora os piratas operassem mais entre Paraíba e Sergipe, em fins do século XVI já pensavam num estabelecimento definitivo mais ao norte. Charles des Vaux, um aventureiro Touraine, naufragou nas costas maranhenses e lá ficara com os índios durante doze anos, tempo suficiente para aprender a língua, os costumes e exercer certa liderança entre os tupinambás. Voltando para a França, falou da opulência da terra e convenceu Henrique IV a promover uma colonização regular no Maranhão, porta do Brasil Setentrional. Com a morte do rei, Maria de Médici, rainha regente, em 1612, autorizou uma expedição sob o comando de Daniel de La Touche, associado a Nicolau Harley e François de Rassily, muitos colonos, nobres e quatro capuchinhos. Alojaram-se em casas de palha, fundaram um forte de São Luís e iniciaram o reconhecimento da região. (LACROIX, 2002, p. 100-101).

Na ocasião da segunda invasão francesa em terras brasileiras, mais especificamente em solo maranhense, a autora revela que o Maranhão era uma região promissora e habitada por nativos amigos, o que contribuiu no interesse de Jacques Riffault e Charles des Vaux de fundarem uma colônia. Os dois desbravadores conseguiram que Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, François de Rassily e Nicolau de Harley, apoiados por Maria de Médici, formassem uma empresa mais lucrativa que as vantagens obtidas por uma simples feitoria.

É em 19 de março de 1612 que essa frota parte de Cancale, na França, chegando ao golfo maranhense em 26 de junho do mesmo ano. Na ocasião, fundearam numa ilha menor e enviaram des Vaux até Upaon-Açu (ou Ilha Grande, em português) para conferenciar com os indígenas, que os receberam pacificamente, fazendo com que a frota francesa passasse para a Ilha Grande.

Transferidos para o Upaon-Açu, nativos e franceses logo iniciaram a feitura de palhoças para a acomodação dos integrantes da esquadra e começaram também os trabalhos necessários para a realização da cerimônia religiosa, costumeira à chegada em terra desabitada.

Os franceses escolheram um lugar estratégico, com visão para os dois braços dos rios que circundam a Ilha e adaptaram vinte peças de artilharia que trouxeram no rochedo a que deram o nome de Forte de *Saint-Louis*, em homenagem a Luís XIII.

Todavia, Lacroix (2002, p. 32) acredita que os franceses, apesar do reconhecimento e do interesse em fundar uma colônia ao Norte do Brasil, não se ocuparam com nenhuma construção sólida definitiva, seja pela insegurança da propriedade da terra, seja porque era muito prematuro escolher naquele momento a sede da França Equinocial.

O fim de um projeto para fundação da França Equinocial parece ganhar contornos no ano seguinte ao da chegada dos franceses em solo maranhense. Em junho de 1613, em exploração pelo Amazonas, Daniel de La Touche retorna às pressas depois da notícia do aparecimento na Ilha Grande, ao lado do Itapari, da nau portuguesa *Santa Catarina*, com vinte e cinco soldados e sete indígenas. Os recém-chegados desembarcaram no porto de Cahur, atearam fogo num armazém e deixaram um letreiro avisando da chegada do capitão Martin Soares Moreno, por ordem do Rei da Espanha e Portugal.

Ao perceberem o perigo ibérico, os franceses trataram de melhorar suas defesas e solicitaram reforços à Coroa francesa, porém, não foram atendidos a contento e muito menos a tempo, por conta dos interesses dinásticos do casamento do rei-menino Luís XIII com a infanta espanhola D. Ana d'Áustria, contratado desde 22 de agosto de 1612.

Somente em abril do ano seguinte que Rassily pode reunir recursos para enviar ao Maranhão, o que não adiantou muito já que a ameaça lusitana estava muito viva na comitiva francesa que aqui havia se instalado. Em novembro de 1614

acontece um confronto entre franceses e portugueses em terras maranhenses, a *Batalha de Guaxenduba*, que culminou na derrota dos franceses, apesar dos recursos disponibilizados por Rassily tardiamente.

Segundo Lacroix (2002, p. 36-37), a vitória material e moral dos portugueses abateu de tal forma os franceses, convictos de sua superioridade, que não se dispuseram a mais nenhuma reação bélica. A autora salienta que houve um acordo entre as duas nações:

Através de um *Tratado de Paz* foi decidido o envio de embaixadores à Europa, transferindo a decisão da questão da propriedade da terra aos respectivos mandatários. Para a França, partiram Gregório Fragoso e M. Du Pratz e para Portugal, Diogo Campos e Maillart. Em Portugal, a comitiva destacada para os entendimentos junto à Coroa lusitana foi mal recebida pelo Vice-Rei, que desconheceu as credenciais de Maillart, desaprovou o armistício e, de acordo com as instruções da Corte de Madrid, determinou o regresso de Diogo de Campos para a expulsão definitiva dos piratas franceses. (LACROIX, 2002, p. 36-37).

Dessa maneira, podemos inferir que o projeto de uma França Equinocial em solo maranhense foi abortado por conta dos desdobramentos desse Tratado de Paz, uma vez que não era do interesse da Coroa francesa se indispor com a Coroa espanhola, já que Luís XIII iria contrair matrimônio com uma das filhas do rei da Espanha, aproximando assim as duas monarquias. Sem o apoio da Coroa francesa, os súditos dos Bourbon abandonaram o projeto de fundar uma colônia francesa ao Norte do Brasil.

Dado o contexto político das primeiras décadas do século XVII, Jerônimo de Albuquerque, a mando do Governador Geral Gaspar de Sousa, envia um *ultimatum* a La Ravardière para abandonar a Ilha Grande no prazo de cinco meses, obrigando o povo francês a deixar a artilharia já existente em terras maranhenses como uma forma de indenização. Assim, o Forte de Saint-Louis, como toda a região, foram reintegrados aos lusitanos em 31 de julho de 1615.

Apesar do material didático trazido (figura 3) silenciar essa segunda invasão francesa em solo brasileiro, revelando assim o poder dos livros didáticos que, numa perspectiva da história tradicional, ainda ecoam vozes/discursos pertencentes a uma elite, existe outra versão sobre a história da origem da capital maranhense.

É importante salientar que os franceses, insatisfeitos com o privilégio que a Igreja Católica tratava Portugal e Espanha, como grandes incentivadoras da fé cristã em terras pagãs, viram-se obrigados a atuarem como piratas para poder deixar suas marcas em terras brasileiras, o que, como pudemos verificar, não aconteceu.

Um outro ponto importante a ser destacado é que os franceses desejavam construir um legado ao Norte do país, mas não necessariamente em São Luís. Talvez a Guiana Francesa tenha sido/é a França Equinocial dos franceses e não São Luís, a França Equinocial dos maranhenses.

Entretanto, é indiscutível a tentativa dos franceses em estabelecer uma colônia ao Norte do Brasil. Lacroix (2002) traz em seu estudo um fragmento de um documento disponível em uma carta de Maria de Médici, escrita de Fontainebleau em 1611, dando seu aval a La Ravardière:

que minha vontade era em que todos os sítios e lugares dos países que ireis conquistar para neles implantar uma colônia francesa e também a fé do nosso Senhor, não permitais exercício de nenhuma religião que não seja Católica Apostólica Romana [...]. (LACROIX, 2002, p. 107).

Além do aval cedido a La Ravardière, no qual podemos notar que em primeiro plano vem o estabelecimento de uma colônia francesa em terras pagãs e em segundo plano a expansão da fé cristã, palavras da própria Maria de Médici, alguns historiadores acreditam que este gesto da rainha seja uma manobra política, que visava assegurar sua defesa junto ao Papa, sob a alegação de que a França também se integrava à cruzada de expansão do Cristianismo entre os povos primitivos do Novo Mundo.

Contudo, Lacroix (2002, p. 109) acredita, pautada em alguns documentos escritos por religiosos e outros servidores da Coroa francesa, que as únicas duas ações para a realização de um projeto da França Equinocial se resumem em: reconhecimento do território e reconhecimento dos habitantes da ilha de Upaon-Açu.

A autora revela ainda que a empresa francesa no Maranhão foi um projeto abortado, uma vez que as duas primeiras tarefas preparatórias ao estabelecimento de uma Colônia foram interceptadas pela chegada dos portugueses:

Sem o traçado de uma cidade, sem o investimento em construções perenes, inclusive do Forte, talvez pelo caráter da ocupação *de facto*, confirma-se a invasão francesa. A correspondência enviada à França denota também grande instabilidade dos súditos em relação à continuidade do apoio de S. Majestade. Faltava certeza da disposição de Maria de Médici em enfrentar o Papa e a Coroa portuguesa pela manutenção de uma colônia no Norte do Brasil [...]. (LACROIX, 2002, p. 112).

Um outro fator que contribuiu para a não instalação de uma colônia francesa em território maranhense foi a falta de investimento da Coroa francesa, como já mencionamos anteriormente, para a criação de uma “França Equinocial”, já que não há um item sequer referente ao ordenamento ou funcionamento de municipalidade.

Segundo Lacroix (2002), tal pensamento pode ser validado conforme o pedido de indenização de dois mil ducados feitos por La Ravardière:

[...] forte e toda a artilharia, munições de guerra, navios e outras coisas postas em 160 léguas de costa por 50 léguas dentro do rio para o amazonas e dez meses de despesas no sustendo dos capitães e sua gente, curar feridas e enfermidades [...]. (LACROIX, 2002, p. 114).

Tal pedido de indenização corrobora, segundo a autora, com a ideia de inexistência de quaisquer gastos referentes à organização de uma cidade. Ao que tudo indica, além do mito francês, nem mesmo a comemoração do aniversário de fundação da cidade – 08 de setembro – passou ilesa de uma construção discursiva oriunda de uma elite:

Provavelmente por isso [falta de investimento da Coroa francesa], no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX, os franceses foram considerados os primeiros invasores. Em todos os dezesseis volumes dos almanaques impressos por Bellarmino de Mattos editados entre 1853 e 1881, com interrupções, ainda existentes na Biblioteca Pública do Estado, o 8 de setembro é lembrado unicamente como o *dia de guarda* em honra à natividade de Nossa Senhora. Nos itens *Épocas Nacionais e Províncias e Dias de Grande Gala e Dias de Pequena Gala*, não há referências aos franceses como fundadores. Em contrapartida, o dia 21 de Novembro era lembrado como a data do ANIVERSÁRIO DA RECONQUISTA DO MARANHÃO. (LACROIX, 2002, p. 114).

Dado o exposto, a origem da capital maranhense parece estar envolta num nevoeiro de mistérios: de um lado temos a história tradicional e livros didáticos que revelam a hegemonia portuguesa com relação ao descobrimento e colonização do Brasil e; de outro lado, há uma história nova, marcada por rupturas e dispersões, apresentada por Lacroix (2002), que nos assegura que havia franceses no Brasil ainda no século XVII e que uma elite maranhense, desde sempre, tem recorrido a mecanismos de poder para singularizar a capital maranhense, concebendo-a como única capital de fundação francesa no Brasil.

Desse modo, a proposta arqueológica foucaultiana nos auxilia na busca de uma outra versão sobre a origem da capital maranhense. Ancorados nos estudos de Lacroix (2002), podemos verificar que na história sobre a origem da capital maranhense existem categorias, como a descontinuidade, a ruptura e a história nova que nos permitem compreender como um determinado saber surgiu e se manteve em uma dada sociedade. Em nosso estudo, buscamos compreender como emergiram os enunciados que discursivizaram a cidade de São Luís como sinônimo de uma França Equinocial e os impactos dessa identificação de única cidade/capital francesa no Brasil no discurso de vertente turística sobre a cidade no espaço virtual.

No item a seguir trataremos do legado português deixado na organização, arquitetura e ornamentação dos prédios que compõem o Centro Histórico ludovicense. Nesse item, verificaremos como os enunciados que versam sobre a capital maranhense transformam-se de uma capital fundada por franceses para uma cidade colonizada por portugueses, o que acarretará, durante o século XX, no grande mote turístico sobre São Luís: o de Patrimônio Cultural da Humanidade.

4.1 LA MIGNONNE DU BRÉSIL: A ÚNICA CIDADE BRASILEIRA FUNDADA POR FRANCESES E COLONIZADA POR PORTUGUESES

Apesar de alguns materiais, pautados na perspectiva tradicional de se fazer história, silenciarem uma segunda invasão francesa em terras brasileiras, mais especificamente no Maranhão, como vimos no item anterior, a historiadora Lacroix (2002), numa perspectiva da história nova sobre a fundação da capital maranhense nos fornece outro panorama com relação às origens de São Luís.

Para ela, mesmo num curto espaço de tempo em terras maranhenses e de não deixarem marcas concretas na paisagem da cidade, não podemos negar as influências que o povo francês deixou em nossa terra.

Lacroix (2002, p. 39) assevera que nos três anos que os franceses estiveram no Maranhão – de 26 de julho de 1612 a 31 de julho de 1615 – os únicos sinais de ocupação francesa foram: o local onde aportaram e posteriormente escolhido pelos lusitanos para construir a cidade de São Luís; as improvisadas capelas, continuadas pelos missionários portugueses e tornadas núcleos religiosos que perduram até os dias atuais e o nome do Forte de São Luís, mantido pelos portugueses para nominar a capital do Estado do Maranhão.

A autora sustenta a tese de que não houve nenhum movimento para construir uma colônia francesa em terras maranhenses, nem mesmo com as “leis e ordenações” implantadas por La Ravardière na colônia, pois não se referem a nenhuma medida com vistas à organização jurídica ou urbanização de Upaon-Açu.

Ao que tudo indica, devemos o conjunto arquitetônico e a organização política da cidade aos portugueses, já que nos três anos de ‘estadia’ dos franceses no Maranhão, nunca houve preocupação em deixar marcas concretas ou de fundar uma colônia. Sobre tal aspecto, Lacroix (2002) tece uma dura crítica:

[...] o ludovicense faz questão de passar de geração para geração a fundação francesa de São Luís pelos franceses e não por portugueses, como aconteceu com a maioria das cidades brasileiras. A fundação de uma

cidade não se resume à celebração de uma Missa, procissão, *Te Deum Laudamus*, sermão e bênção da Cruz. (LACROIX, 2002, p. 40).

A autora revela que os primeiros organizadores da história local não consideravam os súditos de Bourbon como fundadores da capital maranhense. Segundo ela, os franceses são nos *Annaes Históricos* vistos como invasores, são discursivizados como “usurpadores do domínio português” (LACROIX, 2002, p. 41).

Isso nos revela, na esteira do pensamento foucaultiano, que existe uma forte relação entre saber-poder, traduzido no discurso que circulava à época. Ao compreendermos que é impossível separar um discurso de seu contexto histórico, social e político, podemos perceber uma inclinação da elite financeira e intelectual ludovicense do século XIX em forjar uma origem francesa para a capital maranhense. Em sentido arqueogenealógico, podemos entender que os enunciados que colocam São Luís como única capital/cidade brasileira colonizada por franceses funcionam como conjunto de enunciados polêmicos e estratégicos que integram as malhas do poder e que perpassam todas as relações entre os sujeitos.

É nesse interim de erudição, requinte e ambientação cultural ludovicense que surgem dois grupos literários que conseguem destaque em nível nacional. O primeiro grupo atua entre os anos de 1832-1868, enquanto o segundo grupo, atua entre 1870-1890. É a partir desses dois grupos literários que surge uma outra identificação atribuída à capital maranhense: a de Atenas Brasileira.

A autora destaca que no período de efervescência econômica e cultural – 1850 a 1870 –, a sociedade maranhense estimulou o luxo, a sofisticação, alterou o comportamento da elite, emergindo assim uma mentalidade de superioridade da terra e do homem maranhense, e indicando uma tentativa vigorosa de afastamento do legado lusitano. É nesse ambiente que surge a ideia de uma elite diferente e mais aristocrática em comparação com as do resto do país.

Com relação à elite cultural formada no século XIX, a autora assevera que ela foi geradora de um verdadeiro complexo cultural, singular num momento de emergência de autonomia política e administrativa do Brasil, com destaque a poetas, romancistas e jornalistas do gabarito de Odorico Mendes, João Lisboa, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, Maria Firmina e muitos outros que formaram uma plêiade capaz de influenciar a mentalidade senhorial de uma elite preconceituosa que forja um sentimento aristocrático, priorizando, inicialmente, a superioridade da terra e posteriormente do homem maranhense.

Na segunda geração de intelectuais maranhenses temos as figuras de Aluísio de Azevedo, Celso Magalhães, Coelho Neto, Graça Aranha, Nina Rodrigues, Raimundo Correa e outros que puderam confirmar os fundamentos da reverência à excepcionalidade maranhense e do Maranhão.

Formada a “Atenas Brasileira”, Lacroix (2002, p. 75) pondera que o maranhense ganha o estatuto de ateniense, generalizando o que era mais imaginário que real, dissimulando a divisão concreta e efetiva daquela sociedade elitista e preconceituosa.

Dessa maneira, além de forjar um passado de origem francesa, os “snobes” maranhenses, no auge econômico do Estado, formam também um grupo seletivo de poetas e intelectuais para fundar uma segunda identificação, a de Atenas brasileira. A autoestima elevada do ludovicense, como podemos depreender, desde sempre cria realidades alternativas para ganhar destaque e notoriedade na esfera turística.

A autora pondera que esse sentimento de superioridade e de singularidade com relação às outras províncias fez com que o maranhense buscasse diferenças até na sua origem, atitude essa confirmada quando a capital maranhense passa a ser discursivizada como fundada pelos franceses, apesar das indeléveis marcas lusitanas:

[...] constaram do planejamento da cidade duas praças convergentes de ruas alinhadas em quadras regulares, bem ao estilo ibérico. Esse plano-piloto do centro urbano de São Luís, deixado pelo Engenheiro-Mor Francisco Frias e Mesquita, foi se estendendo e se consolidando no decorrer de três séculos, sem, contudo, a urbe perder as características do estilo colonial português, ou seja, aquela concepção arquitetônica tradicional de ruas estreitas, para que os sobrados fornecessem sombra aos transeuntes, ruas com espaço de encontro, negócio, ócio e sociabilidade difusa. (LACROIX, 2002, p. 80).

Como podemos depreender na citação acima, o Centro Histórico da capital maranhense, um dos principais motes do discurso turístico sobre a cidade de São Luís na atualidade, desde sempre foi idealizado pelos portugueses e feito à imagem e semelhança da arquitetura lusitana típica da época.

É interessante perceber como séculos depois uma elite intelectual é capaz de silenciar a importância do povo português para a arquitetura/compleição da cidade, forjando um passado cuja origem remonta aos franceses.

Dessa forma, podemos acreditar que há um paradoxo presente no discurso turístico sobre São Luís na atualidade: se por um lado devemos o acervo arquitetônico do Centro Histórico da capital maranhense aos portugueses, assim

como o planejamento da cidade, culminando na obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, no ano de 1997, por que nos orgulhamos de uma origem francesa que, como apresentamos ao longo deste capítulo, não passou de uma manipulação de uma elite para preservar na memória dos locais os tempos áureos vividos por ela (a elite)?

Lacroix (2002, p. 80-81), sobre as edificações da São Luís colonial, destaca que elas são genuinamente lusitanas, conservadas e multiplicadas na época imperial e republicana do país, que conta justamente com o período de bonança e influência francesa. Ela revela que os sobradões com seus mirantes, sobrados, sobradinhos, moradas inteiras, meias moradas e portas e janelas, revestidos ou não de azulejos, com suas sacadas a ferro, beirais e outros elementos complementares são exatamente iguais ao centro de Lisboa.

A autora destaca que até na toponímia da cidade há maior influência lusitana do que francesa:

Até hoje são guardados os nomes das primeiras ruas, conservando o encanto muito especial das suas origens. Esses nomes diferenciam São Luís das outras capitais brasileiras, por lembrarem suas raízes lusitanas. Não há resquícios franceses na toponímia da Capital do Maranhão. As ruas dos Afogados, do Alecrim, da Alegria, da Amargura, Direita, da Estrela, das Flores, Formosa, do Giz, Grande, das Hortas, da Inveja, de Nazaré, da Palma, da Paz, de São Pantaleão, do Pespontão, de Sant'Ana, da Saúde, do Sol, do Trapiche, dentre outras; as praças do Comércio, da Alegria, do largo da Força Velha, dos Remédios; os bairros do Anil, Desterro, da Madre Deus, do Mamoim, dos Remédios, do Sacavém; [...] os becos da Baronesa, da Bosta, dos Barqueiros, Catarina Mina, Escuro, Feliz, do Precipício, do Prego, da Prensa, do Quebra Costas; [...] os sítios do Bom Fim, do Boqueirão, do Belmonte, do Tamancão, do Vinhais, o cais da Sagração, do Palácio, do Portinho, todo esse conjunto de ruas, praças, bairros, largos, becos, travessas, fontes, quintas e sítios representam as marcas dos fundadores e continuadores da construção da cidade de São Luís. (LACROIX, 2002, p. 81-82).

Como podemos perceber, se compararmos a história e a origem da cidade de São Luís – ao contrário do que discursivizam as plataformas da Prefeitura e do Governo do Estado, criando uma espécie de “realidade alternativa”, baseados no mito de fundação francesa da cidade –, ela (a cidade) não possui nada de especial, nada de singular, já que também possui a mesma história e origem das demais cidades coloniais brasileiras. Entretanto, conforme salienta Lacroix (2002, p. 81-82), o que singulariza a capital maranhense das demais cidades do país não é sua “origem” francesa e sim a toponímia tipicamente lusitana, conservada até os dias atuais.

Assim, antes mesmo da influência francesa nos costumes e “life style” dos maranhenses durante o século XIX, visto como o “século do galicismo”, além da arquitetura, da toponímia, os costumes do maranhense seguiam o modelo lusitano de viver:

A importação de azeitonas portuguesas, azeite doce de Lisboa, alho, alcatrão, cebola, canela, bacalhau português, dentre outros produtos, nos faz crer que, nos seus primeiros anos, o colono de São Luís estava muito preso ao cardápio lusitano, antes do Maranhão receber as grandes levas de escravos e, conseqüentemente, sofrer as fortes influências da culinária africana (LACROIX, 2002, p. 83).

Dessa forma, podemos considerar que a capital maranhense, desde a sua “descoberta”, possui influências lusitanas com relação à arquitetura, à organização política, à toponímia da cidade, mas que, depois do século do galicismo, que coincide com uma crise econômica e identitária no Estado, uma elite intelectual e abastada forja um passado cuja origem remonta aos franceses que, segundo Lacroix (2002), nunca existiu.

A França Equinocial de que tanto os ludovicenses se orgulham, parece existir apenas no imaginário da elite maranhense do século XIX e que parece continuar na atualidade, materializada no discurso turístico sobre São Luís na rede mundial de computadores a partir das plataformas digitais da Prefeitura e do Governo.

Acreditamos que essa identificação forjada pela elite ludovicense decadente durante o século XIX ainda seja lembrada, explorada e ecoada nas plataformas digitais da Prefeitura e do Governo do Estado por ser mais um fator que singulariza a capital maranhense. Ao que parece, tudo o que “vem de fora” parece atrair o turista brasileiro. Dessa forma, nada melhor do que enunciar um destino – em nosso caso, a cidade de São Luís – como única cidade/capital fundada por franceses no Brasil e, simultaneamente, como única cidade/capital que possui o maior acervo arquitetônico lusitano da América Latina.

Sobre a hegemonia lusitana na arquitetura e organização política de São Luís, Lacroix (2002) assevera:

Os fundadores da decantada França Equinocial não deixaram seus usos, costumes nem quaisquer influências no Maranhão. Devido às condições ambientais, os franceses que aqui moraram nos séculos XVI e XVII e os que ficaram, depois de sua expulsão pelos portugueses, mais se coadunaram aos hábitos nativos, prevalecentes em seus traços culturais. Como já frisamos, somente foram conservados os marcos iniciais da parte urbana da Ilha, alguns núcleos religiosos e o nome do Forte de São Luís, nomenclatura essa estendida pelos portugueses à capital do Maranhão. (LACROIX, 2002, p. 85).

Assim, as influências gaulesas parecem ter chegado ao Maranhão num período áureo, economicamente falando, quando o Estado não era apenas a quarta maior economia do país, mas também pelo fato de possuir relações comerciais diretas com países europeus, dentre eles, a maior potência econômica e cultural da época: a França.

Lacroix (2002, p. 85) questiona o que de fato levou os maranhenses a criar uma fundação francesa para a cidade de São Luís e especialmente, o porquê de se conservar na memória coletiva do ludovicense essa fundação gaulesa da capital, mesmo sabendo que os franceses passaram apenas três anos em terras maranhenses.

A autora salienta que na cidade do Rio de Janeiro, no local onde houve a primeira invasão francesa no Brasil, os cariocas, ao contrário dos ludovicenses, atribuem suas origens à Estácio de Sá – e consequentemente aos lusitanos –, apagando da memória coletiva a invasão francesa sofrida durante o século XVI:

[...] Em 1555, mais de seiscentos franceses, na maioria calvinistas, aportaram no Brasil, ocasião em que Villegagnon estabeleceu a França Antártica, sendo expulso em 1560. E o carioca apagou de sua lembrança as pegadas francesas naquelas plagas, fazendo questão de ressaltar que o Rio de Janeiro foi fundado por Estácio de Sá, apesar de sua chegada ter ocorrido pouco mais de dois anos após Villegagnon ter erguido a fortificação da ilha que hoje tem seu nome. (LACROIX, 2002, p. 86).

Dessa maneira, o questionamento de como e por que o maranhense insiste na ideia de fundação francesa de São Luís permanece em aberto, mesmo que o Centro Histórico da cidade tenha sido construído pelos lusitanos, à imagem e semelhança do Centro da capital portuguesa, o mesmo Centro Histórico que foi reconhecido pela UNESCO, em 1997, como um Patrimônio Cultural da Humanidade.

Lacroix (2002, p. 86) chega à uma conclusão parcial de que, além das questões da crise econômica vivida pelos maranhenses no século XIX, o silenciamento dos feitos lusitanos em detrimento dos feitos franceses parece existir por conta da conservação do nome do Forte de São Luís pelos portugueses, após a expulsão dos franceses.

A conservação do nome do Forte e que, posteriormente, nomearia a Ilha Grande/Upaon-Açu de São Luís, na perspectiva de alguns estudiosos, é o suficiente para assegurar a importância e as marcas deixadas pelos franceses em detrimento de todo o planejamento urbano e jurídico-administrativo realizado pelos portugueses.

Lacroix (2002, p. 86-87) questiona o porquê, na concepção de alguns intelectuais do fim da época imperial e do período republicano, as palhoças francesas foram mais perenes que o casario de pedra e cal dos lusos.

A resposta mais plausível para tal questionamento, na visão da autora, é a de que a elite intelectual recém-formada no Maranhão e recém-chegada da Europa, no auge da efervescência de alguns ideais europeus, após formarem grupos seletos que contribuiriam para a formação de um cognome de *Atenas Brasileira*, necessitou de uma ideia de singularidade quando se viram em meio a uma crise financeira, de onde não era mais possível sustentar o luxo e o *glamour* de até então:

[...] Das duas últimas décadas do século XIX em diante, quando a economia apresentou sintomas de decadência, um sentimento saudosista de bons tempos resultou na construção de uma aura grega no homem e, em especial, em torno dos intelectuais que viveram naquela sociedade, considerada também ilustrada e requintada. Essa elaboração serviu como um alento, mecanismo da decadência, passando-se a viver das lembranças de um “glorioso” passado. (LACROIX, 2002, p. 88).

Dessa maneira, podemos inferir que os sujeitos sociais, em especial, aqueles que compunham a elite maranhense da época, veem nesse “passado glorioso”, salientado pela autora, uma maneira de se singularizar das demais cidades coloniais portuguesas no Brasil, silenciando essa origem lusitana e criando um mito de que São Luís é a França Equinocial.

Acreditamos ainda que em perspectiva argumentativa, a criação do mito de uma fundação francesa atribuída à origem da capital maranhense cria tanto no imaginário dos locais, quanto no dos turistas-internautas, um argumento da família dos argumentos baseados na estrutura do real de sucessão do tipo de vínculo causal que, a partir de um dado acontecimento – a fundação gaulesa da capital maranhense – tende a evidenciar o efeito que dele deve resultar. Em nosso caso, a criação do mito de fundação francesa de São Luís, ainda presente do discurso turístico sobre a capital maranhense no ciberespaço, é um dos atrativos no qual tanto Prefeitura quanto o Governo do Estado se valem no momento de tentar persuadir e convencer os turistas-internautas.

No próximo capítulo, veremos os movimentos necessários para fazer com que a capital maranhense ganhasse destaque e notoriedade nacional/internacional ao receber do título de *Patrimônio Cultural da Humanidade* no final do século XX. Se durante o século XIX São Luís era discursivizada como uma *Atenas Brasileira*, que

suas origens remontam à França, em 1997 ela passa a ser sinônimo de preservação da memória cultural da humanidade.

5 A SÃO LUÍS DOS SÉCULOS XX E XXI: DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE À CAPITAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

No capítulo anterior nos detivemos em apresentar, a partir de uma perspectiva arqueológica proposta pelo francês Michel Foucault, uma outra versão da história/origem da capital maranhense, ancorados nas pesquisas de Lacroix (2002), para quem o mito de que São Luís foi fundada pelos franceses durante o século XVII foi uma criação de uma elite intelectual formada durante o século XIX.

Nesta sessão, nos deteremos em abordar algumas identificações atribuídas à capital maranhense durante os séculos XX e XXI. Nosso objetivo é entender como e onde surgiu uma preocupação com o patrimônio no âmbito nacional/local e em que medida o reconhecimento de São Luís pela UNESCO, no ano de 1997, contribuiu/contribui para o discurso turístico da Prefeitura e Governo do Estado, bem como para a discursivização de São Luís como sinônimo de Diversidade Cultural nas primeiras décadas do século XXI.

Em sua tese de doutoramento, Cutrim (2011) debruça-se sobre os movimentos sociais e discursivos que contribuíram para que a capital maranhense recebesse o título da UNESCO de *Patrimônio Cultural da Humanidade* no ano de 1997, revelando os movimentos políticos iniciados desde a década de 1970 para que a cidade recebesse tal título quase trinta anos depois.

Segundo a autora, as políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís – assim como aconteceu em algumas cidades históricas brasileiras como Olinda, Ouro Preto e Salvador, por exemplo – começam a discursivizar a capital maranhense como um lugar responsável por preservar e perpetuar a história do Brasil na memória coletiva do nosso povo.

Cutrim (2011, p. 6) pondera que além das políticas de preservação operarem como elementos de mediação de uma memória referente a um local e um tempo, contribuindo para recriar o tempo presente, preservar um Centro Histórico, como no caso da cidade de São Luís, também seria uma medida rentável para o Estado e para o município.

Assim, podemos inferir que além da preocupação com a memória dos sujeitos sociais locais, com a preservação da história e das origens do ludovicense, preservar o acervo arquitetônico da cidade é sinônimo de movimentação econômica, que ao seu turno, existe por conta do turismo.

A noção de patrimônio, conforme Cutrim (2011), está vinculada com as concepções de sujeito na modernidade e também com a noção de cidade. Para que possamos compreender como a capital maranhense recebeu a alcunha de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997, será necessário fazer um breve apanhado do trabalho da autora.

Segundo ela, o conceito de *patrimônio*, como um bem que deve ser preservado, sofre modificações de acordo com as transformações sociais. Cutrim (2011, p. 16) acredita que o patrimônio, na atualidade, pode ser entendido como um meio de transmissão de tradições culturais, um veículo de identidade e que por isso os grupos e as nações devem manter, cultivar, renovar seu patrimônio para codificar suas referências.

É a partir dessa noção de patrimônio, tido como uma espécie de arquivo que salvaguarda a história de uma determinada comunidade, que emerge, na modernidade, o interesse em preservar a memória de algumas cidades brasileiras a partir da ideia de recuperação do passado sob a égide do presente.

Para Cutrim (2011, p. 50), a noção do conceito de patrimônio emergiu, inicialmente, no âmbito privado e no direito de propriedade, ligando-se intimamente à visão de mundo e aos interesses aristocráticos da elite patriarcal romana. Durante este período, a autora salienta que o patrimônio era tido como um conjunto de bens a ser preservado por uma comunidade e que o termo latino *patrimonium* significava, entre os antigos romanos, tudo o que pertencia ao pai, *pater familias* (pai de família), inclusive a mulher, os filhos, os escravos, os animais e os bens móveis e imóveis.

O Cristianismo também possui um papel importante na evolução do conceito de patrimônio, visto como algo que deveria ser preservado por uma dada comunidade e transmitida para as próximas gerações. A autora destaca que a propagação do Cristianismo e a soberania da Igreja, a partir da Antiguidade Tardia e, em especial, na Idade Média, foi acrescentando o aspecto religioso ao caráter aristocrático do patrimônio, tonalidade que lhe dava uma forte dimensão simbólica e coletiva. Elementos materiais e espirituais de valor não só para a elite clerical, mas também para pessoas comuns, como o culto aos santos, rituais religiosos coletivos e a valorização de relíquias, adquiriram importância e passaram a ser entendidos como propriedade.

Já durante o Renascimento e todo processo de ruptura com a Idade Média, a autora assevera:

[...] considerada polemicamente como idade das trevas, outra mudança no conceito de patrimônio ocorreu devido a fatores como o desenvolvimento de uma tradição antropocêntrica em oposição ao teocentrismo medieval. O antropocentrismo, no entanto, trazia em suas bases a valorização da antiguidade greco-romana, prestigiada apenas por uma elite letrada, que continuava a valorizar aspectos aristocráticos da noção de patrimônio. Por obra dos chamados humanistas, duas importantes inovações aconteceram durante o Renascimento: a primeira delas diz respeito à preocupação com a coleta e a catalogação de tudo o que resultou dos antigos – moedas, inscrições em pedra, vasos de cerâmica, estátuas, ruínas de edifícios, surgindo, assim, os colecionadores de antiguidades, os quais ainda existem atualmente. A segunda refere-se à invenção da imprensa, fato que permitiu a multiplicação das edições de obras antigas, tanto em língua original (grego ou latim) como em traduções [...]. (CUTRIM, 2011, p. 50).

Dessa maneira, percebemos que está no DNA do patrimônio a valorização daquilo que uma elite (intelectual ou financeira) acredita ser importante para as futuras gerações, sejam elas a sua própria família, como na Roma Antiga, ou o patrimônio representado por meio de bens culturais pertencentes a toda humanidade, como pudemos observar alguns movimentos da elite intelectual e letrada renascentista.

Para Cutrim (2011, p. 50), as sociedades modernas são acometidas por uma cisão significativa, tendo o aspecto aristocrático embutido no conceito de patrimônio: o surgimento dos Estados nacionais e o fim dos antigos regimes monárquicos de direito divino, que tinham como base a identificação da nação com a casa real.

Assim, se até o Renascimento o patrimônio era limitado a um pequeno grupo seleto, é durante a modernidade, especialmente a partir da noção de *nação* e de tudo aquilo que ela implica – como a história, a língua, a cultura, as manifestações culturais, culinária etc – que o patrimônio volta-se não mais para o particular e sim para o coletivo, para a humanidade.

A autora destaca que a França durante o século XVIII foi uma das grandes responsáveis por essa guinada na noção de patrimônio, uma vez que o país saía de um regime monárquico para o regime republicano:

[...] no país francês, inicialmente, um novo conceito de patrimônio, ligado a um estado nacional e não mais ao antigo regime, que se aliava a uma ordem privada e aristocrática.

A criação da República exigiu a consolidação do ideal de cidadania para todos seus habitantes, para os homens, principalmente, pois as mulheres foram mantidas excluídas desse e de muitos outros direitos sociais e políticos. Nesse processo, teve papel fundamental a escola laica e pública, utilizada como meio de difusão de valores, costumes e língua comuns.

Assim, propagou-se um conceito de patrimônio que se estendia a todo um povo, com uma língua única, cultura e único território, emergindo daí o conceito de patrimônio nacional. (CUTRIM, 2011, p. 51).

Dessa forma, a noção moderna de patrimônio engloba não apenas o que é palpável, como o caso dos casarões e azulejos portugueses do Centro Histórico de São Luís, mas também engloba outros aspectos históricos e culturais como danças, culinária, música, dentre outros.

É importante salientar que desde a gênese do patrimônio existe uma espécie de mecânica do poder que influencia de maneira direta quem possui o poder de dizer o que pode e o que deve ser preservado para que as gerações futuras possam compreender suas raízes e construir memórias.

Ousamos acreditar que os bens preservados durante a modernidade seguem uma perspectiva endossada pela história tradicional de assegurar que as elites, em especial, as de origem europeia, sobrevivam durante muito tempo na memória coletiva da raça humana.

A UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, órgão criado em novembro de 1945, tem por objetivo garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações.

Ressaltamos que é durante o período que sucede a II Guerra Mundial, momento este em que boa parte da Europa ficou destruída por conta desse conflito bélico de grande magnitude, que surge a necessidade em se preservar alguns bens palpáveis tendo como argumento principal a conexão dos sujeitos com seu passado.

A UNESCO é criada nesse contexto com a missão de ser uma mediadora entre boa parte das nações que compõe o Globo e a responsável por analisar e decidir quais bens podem e merecem ser preservados, atribuindo assim juízos de valor para o que deve e o que pode ter alguma relevância cultural para toda a humanidade.

Assim, o órgão em questão, no que se refere à preservação de bens culturais relevantes à humanidade, entende por patrimônio:

[...] o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.

O que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados. (O Patrimônio: legado do passado ao futuro. Site da UNESCO, 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2018).

Podemos inferir que a noção de patrimônio trazida pelo órgão em questão possui um vínculo com a noção de patrimônio da antiguidade romana, entretanto, os bens que merecem ser preservados não pertencem a uma determinada família ou comunidade, são bens relevantes a todos os povos que compõem o Globo, independentemente do território em que estejam situados.

Nesse sentido, a UNESCO elabora critérios de preservação para que determinados bens culturais relevantes a toda comunidade humana continuem a existir. Na sessão intitulada “critérios de seleção”, disponível na plataforma digital da organização, temos:

Para serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, os sítios devem satisfazer alguns critérios de seleção.

Os bens culturais devem:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
- ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
- iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
- iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
- v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
- vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais). (Critérios de seleção. Site da UNESCO, 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2018).

Dessa maneira, a capital maranhense parece se encaixar na maioria dos critérios elaborados pela UNESCO. Contudo, o item quatro parece ser o argumento que melhor traduz São Luís como uma candidata a vir a se tornar um patrimônio de relevância internacional: um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade.

São Luís, como veremos mais detalhadamente durante a análise do nosso *corpus*, é discursivizada na rede mundial de computadores, na atualidade, como um destino turístico no qual existe um dos maiores acervos arquitetônicos de origem lusitana no Brasil.

Tal argumento não contribui apenas na promoção da cidade como um destino turístico singular, mas evoca uma história, tanto na perspectiva tradicional quanto na perspectiva da história nova, de que São Luís foi uma das colônias portuguesas durante o período das grandes navegações e que por tal motivo a cidade possui um passado e um legado de extrema relevância para a humanidade.

Na sessão intitulada “Procedimento para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial”, há uma espécie de funil que delimita ainda mais os critérios dispostos na sessão “critérios de seleção”, cujo objetivo é o de candidatar certa localidade como um patrimônio cultural em potencial:

Como cada país deve proceder para incluir seus sítios na Lista do Patrimônio Mundial:

- 1) O Estado-Parte:
Prepara uma lista tentativa de propriedades culturais e naturais em seu território que considera possuir um “excepcional valor universal”. Selecciona as propriedades para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Um país se torna Estado-Parte ao assinar a Convenção do Patrimônio Mundial e comprometendo-se a proteger o seu patrimônio cultural e natural.
- 2) O Centro do Patrimônio Mundial:
Verifica se a solicitação de inclusão está completa. Estabelecido em 1992, o Centro do Patrimônio Mundial é o ponto focal e coordenador, dentro da UNESCO, de todos os assuntos relativos ao Patrimônio Mundial.
- 3) O ICOMOS e/ou o IUCN:
Enviam especialistas para visitar os sítios, avaliar a sua proteção e gerenciamento. Preparam um relatório técnico. Avaliam se a propriedade possui “excepcional valor universal”. Duas organizações não-governamentais funcionam como órgãos consultivos: O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Mundial para a Natureza (IUCN).
- 4) O Bureau do Patrimônio Mundial:
Examina a avaliação. Faz uma recomendação para a inscrição ou Solicita informações adicionais para o Estado-Parte. Um pequeno órgão executivo composto por 7 membros do Comitê do Patrimônio Mundial, o Bureau do Patrimônio Mundial prepara o trabalho do Comitê.
- 5) O Comitê do Patrimônio Mundial:
Toma a decisão final de inscrever o sítio na Lista do Patrimônio Mundial ou Adia a decisão, aguardando informações mais aprofundadas ou Recusa a inscrição. (Procedimento para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial. Site da UNESCO, 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2018).

De posse dos critérios necessários para se candidatar junto a UNESCO como um dos destinos que possui bens materiais que poderiam ser considerados relevantes para toda a humanidade, os poderes públicos locais se unem, ainda durante a década de 1970, para iniciar os movimentos necessários para tornar a

capital maranhense uma das cidades tombadas como Patrimônio Mundial da Humanidade.

É importante destacar que o reconhecimento da UNESCO para a obtenção de tal título não seria interessante apenas para o turismo local, o ludovicense que outrora se orgulhava em residir numa colônia francesa, agora teria o ego massageado pelo reconhecimento em nível internacional.

Cutrim (2011, p. 61) pondera que a preocupação com a memória nacional surge desde o período colonial. Contudo, é a partir da Semana de Arte Moderna, ocorrida no ano de 1922, a partir do estabelecimento do Estado Novo, que o país inicia algumas mobilizações para preservar a memória nacional.

Nesse contexto de preservação e busca de “brasilidade”, para que a memória do povo seja mantida viva, são elaborados vários mecanismos de preservação, como leis, decretos e textos que determinam de que maneira as reminiscências de uma comunidade podem ser usufruídas e conservadas.

A noção de patrimônio, neste momento, abrange todo um conjunto de bens culturais, sejam eles “históricos”, “artísticos” ou “arquitetônicos” (CUTRIM, 2011, p. 61). A autora acredita que as políticas de preservação no Brasil ganham destaque, sobretudo, após os acordos internacionais dispostos em cartas patrimoniais, editadas ao longo do século XX e início do século XXI.

Para Cutrim (2011, p. 61), as Cartas de Atenas e de Veneza, os primeiros e talvez os mais importantes documentos que visam à preservação de bens culturais relevantes a toda humanidade, são responsáveis, respectivamente, pela identificação, proteção e preservação do patrimônio tangível ou material (os bens móveis e imóveis) e também pela identificação, proteção e preservação do patrimônio intangível ou imaterial.

É importante destacar que tais documentos, em âmbito nacional, são os grandes responsáveis por orientar os conceitos de patrimônio, que nas palavras da autora:

[...] um, ligado à ideia de patrimônio de “pedra e cal” (ou material), imperou até início do século XX. Outro, que surge em meados do século XXI, liga a noção de patrimônio a valores simbólicos, momento em que é construído o conceito de patrimônio imaterial. (CUTRIM, 2011, p. 61).

Em suma, no Brasil as políticas federais de preservação ganham notoriedade e relevância a partir da década de 1930, momento de afirmação da nacionalidade

brasileira, impulsionado, sobretudo, pelo Movimento Modernista da década de 1920. Entretanto, como destaca Cutrim (2011), os bens selecionados no país pertencem, nesse contexto, a uma elite intelectual e/ou erudita:

[...] A busca pela preservação de alguns bens representativos, que visava proteger elementos da cultura erudita e popular, centrava-se em elementos que poderiam ser dignos de representar a chamada cultura nacional. As políticas alusivas à questão é um capítulo ligado à perspectiva modernista, que determinou um “passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ iluminista no trópico dependente”. (CUTRIM, 2011, p. 76).

Vale ressaltar que no contexto histórico e político brasileiro da década de 1930, um período “entre guerras”, a preocupação do Brasil ainda era o de preservar alguns elementos pertencentes à elite. Neste momento, há uma preocupação com a autoafirmação da identidade nacional, endossada, sobretudo, pelo movimento artístico modernista.

Cutrim (2011, p. 77) destaca que os primeiros Estados interessados numa legislação de preservação dos bens culturais foram Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Para ela, é a partir da abertura dada pela Constituição de 1934, que acontece os primeiros movimentos para a viabilização da primeira legislação federal de preservação, através do Decreto-Lei nº 25 de 1937, vigente ainda na atualidade.

Segundo a autora, a legislação brasileira, além da proteção cultural, visava também:

[...] à proteção dos “monumentos naturais, assim como os setores e paisagens em que se fazia necessária a conservação e a proteção pela beleza paisagística com que tenham sido dotados pela natureza ou modificados pela ação humana”, assim diz o artigo 1º do 2º parágrafo do Decreto Lei nº. 25 de 1937. Observa-se, neste caso, que predominam as preocupações estéticas mais que as históricas ou urbanísticas. Essa legislação resultou no tombamento de algumas cidades entre 1938 e 1939. São, então, transformadas em cidades-monumento: Mariana, Diamantina, Congonhas e São João Del Rey, todas em Minas Gerais, que representam, retrospectivamente, um período de prosperidade para o Brasil: o “ciclo do ouro”, e tinham em comum o fato de estarem praticamente inertes na dinâmica social e econômica na época do tombamento. (CUTRIM, 2011, p. 78).

Notemos que ainda na década de 1930 há um interesse em patrimonializar, em âmbito nacional, algumas cidades-monumentos mineiras, por representarem um período em que o país ainda era colônia portuguesa.

Apesar de contraditório, já que a proposta era de uma busca da identidade local, de traços que trouxessem “brasilidade”, o patrimônio no âmbito nacional,

caracterizado, neste período, por algumas cidades mineiras, tem como objetivo conectar os sujeitos ao seu passado. Neste caso, o tombamento e o reconhecimento local nos conecta ao nosso passado de colônia de um país europeu.

Cutrim (2011, p. 80) salienta que é a partir da Carta de Veneza – publicada em maio de 1964 – que acontece um “despertar” dos cientistas brasileiros para a necessidade de sair do ostracismo e integrar-se nas políticas mundiais de preservação, buscando o contato com organismos internacionais que pudessem lhe oferecer subsídios para um trabalho técnico mais aperfeiçoado.

Com esse despertar, já na década de 1960, mais especificamente no ano de 1966, o Brasil solicita à UNESCO a realização de uma visita técnica a fim de avaliar o estado de conservação em que se encontrava o patrimônio cultural e, principalmente, os centros históricos do Brasil.

Cutrim (2011, p. 80) revela que o chefe da missão, o inspetor-chefe dos monumentos franceses, Michel Parent, além de avaliar cuidadosamente os monumentos brasileiros, levantou uma questão, até então, desconsiderada por nós: o potencial turístico dos centros históricos no país.

É a partir do olhar do outro, mais especificamente, do inspetor-chefe dos monumentos franceses, que o interesse pelo patrimônio é renovado. No contexto histórico e político brasileiro da década de 1960, o patrimônio que merecia ser preservado e restaurado encontrava-se nos centros históricos de algumas cidades brasileiras.

No âmbito local, Cutrim (2011, p. 62) pondera que as políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís possuem influências das mesmas políticas que visam à preservação do patrimônio no âmbito nacional. Ela lembra que essas ações sobre a edificação do patrimônio têm início na década de 1930, mais especificamente em 1937 com a instituição do Estado Novo no Brasil.

Para a autora, o Estado Novo foi um importante movimento social e político para dar início às políticas de preservação durante o regime político centralizado e autoritário, estabelecido no governo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, cujas metas eram promover grandes manifestações patrióticas, cívicas/nacionalistas e incentivos, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, aos apelos patrióticos na imprensa, como também na educação, via livros didáticos.

É neste período que surge a primeira lei voltada para a preservação do patrimônio no Brasil – a Lei nº. 25 – e criado o primeiro órgão no âmbito nacional

voltado para a preservação do patrimônio nacional, o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nesse contexto – de Estado Novo no Brasil e da II Guerra Mundial chegando ao final –, uma das marcas do governo Vargas era a proteção de monumentos de valor excepcional, com especial destaque para as obras do Barroco, movimento artístico do século XVIII, considerado a grande marca de “brasilidade”.

Contudo, a autora salienta que as leis que irão compor as políticas de Preservação da cidade de São Luís são elaboradas apenas na década de 1970, momento este em que o SPHAN transforma-se em IPHAN e passa a preocupar-se especialmente com a revitalização de algumas cidades históricas, conforme as observações realizadas na ocasião da visita técnica de Michel Parent ao Brasil.

As Políticas de Preservação do Centro Histórico da cidade de São Luís, segundo Cutrim (2011, p. 101), são compostas por quatro documentos: a Lei 3.999, de 05/12/78; o Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís (PPRCH) e seus Subprogramas de fins, a Lei nº. 5.082, de 1990; e a Lei municipal 79, de 1993. Para ela, a seleção desses documentos configurara um quadro das políticas que constituíram oficialmente o regime de preservação do Centro Histórico da cidade de São Luís, de 1978 a 1993, período anterior à culminância do processo que elevou São Luís à categoria de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

Contudo, como o objetivo desta pesquisa é realizar uma análise discursivo-argumentativa dos enunciados que compõem o discurso turístico sobre a capital maranhense disposto nas plataformas digitais da Prefeitura e do Governo do Estado, acreditamos ser interessante trazermos algumas passagens, alguns elementos da história da cidade que, em certa medida, contribuíram para a configuração do discurso turístico sobre São Luís na atualidade.

Dessa maneira, faremos um recorte a respeito dos documentos que implementaram as Políticas de Preservação do Centro Histórico da cidade de São Luís, nos detendo em discutir alguns pontos referentes ao Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís (PPRCH), dando ênfase às alianças políticas e outros movimentos que contribuíram para o reconhecimento da capital maranhense no ano de 1997 pela UNESCO.

O PPRCH começa a ser pensado na gestão do então governador do Maranhão, João Castelo, no ano de 1979. Segundo a autora, um dos motes da

campanha de João Castelo era a preocupação com a preservação do Centro Histórico ludovicense.

De acordo com Cutrim (2011, p. 124), durante o ano de 1979, o governador João Castelo promove o I Encontro Nacional da Praia Grande, com o apoio do IPHAN, para debater a proposta elaborada pelo arquiteto John Ginsgier, entre 1977–1979.

Segundo a autora, a Convenção da Praia Grande, como ficou conhecido este encontro, aconteceu durante o mês de agosto do mesmo ano e contava com a participação de alguns parceiros, como: A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), a Fundação de Cultura (FUNC), a Companhia Elétrica do Maranhão (CEMAR), Empresa de Telecomunicações do Maranhão (TELMA), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Prefeitura Municipal, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), Sociedade dos Amigos do Centro.

Dentre os pontos abordados durante a Convenção da Praia Grande, a autora destaca:

- ❖ Objetivos:
 - Preservação do Patrimônio Arquitetônico;
 - Dinamização sócio-econômica.
- ❖ Políticas:
 - Preservar o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural que determinem as diferentes expectativas em relação à sua área;
 - Manter a diversificação das atividades existentes na área;
 - Dar prioridade as intervenções destinadas a beneficiar a população local;
 - Assegurar a participação, inclusive decisória dos usuários, moradores, proprietários e instituições da área, aliada ao comprometimento da administração pública;
 - Integrar o projeto no âmbito do centro histórico da cidade como um todo;
 - Desencorajar a especulação imobiliária;
 - Incentivar atividades turísticas de pequeno e médio porte;
 - Integrar as atividades turísticas numa estratégia estadual;
 - Assegurar o comprometimento da administração pública;
 - Reforçar as diretrizes através do contencioso fiscal. (CUTRIM, 2011, p. 124).

Cutrim (2011, p. 125) assevera que a proposta elaborada durante o encontro traz as vozes da UNESCO, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Carta de Veneza, por enfatizar o aspecto social por meio de melhorias da infraestrutura da área, assim como incentivo a atividades que gerassem emprego e

renda, ressaltando que muitas propostas são oriundas ou baseadas no relatório de Viana de Lima.

Em suma, podemos perceber que o resultado da Convenção da Praia Grande visa à preservação do acervo arquitetônico de origem lusitana disposto no Centro Histórico de São Luís, mas esse patrimônio arquitetônico não seria preservado apenas para manter na memória coletiva dos ludovicenses o nosso passado: a conservação e restauração do Centro Histórico de São Luís seria benéfica para as receitas locais, já que iria propiciar geração de emprego e renda.

Dessa forma, podemos inferir que os acordos nos âmbitos nacional, estatal e municipal visam, em certa medida, a conservação do Centro Histórico ludovicense como uma ferramenta de perpetuação da história do nosso povo. Contudo, nos parece que o mote turístico/econômico parece ser o elemento de maior preocupação dos poderes públicos.

Entretanto, Cutrim (2011, p. 125) observa que a principal recomendação gerada a partir da Convenção da Praia Grande foi a criação de um grupo de trabalho que seria responsável pelo desenvolvimento e pela implementação do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, instituído a partir do Decreto Estadual nº 7.345 (16/11/79).

Segundo a autora, o governo de João Castelo preocupava-se em fazer

[...] articulações em prol da preservação da memória, tentando ajustar-se aos moldes da política federal para este setor. Em seu discurso, na Convenção da Praia Grande, o governador pontuou que o referido projeto estava sintonizado com o plano de Governo Estadual e da União “de preservar o que se convencionou chamar de memória nacional”. (CUTRIM, 2011, p. 125).

Por mais que a proposta do governo de Castelo objetivasse promover o desenvolvimento global, com intuito de atingir o homem maranhense em sua totalidade, como pondera Cutrim (2011, p. 125), é perceptível o apelo turístico e econômico que subjaz todos esses movimentos e alianças para restaurar o Centro Histórico da capital maranhense.

A primeira fase do PPRCH inicia-se em 1980, com abertura de representações do IPHAN em alguns Estados brasileiros. Em São Luís, a autora destaca que o órgão começou a enfraquecer-se pela falta de parcerias com entidades locais. A primeira fase dos trabalhos iniciou-se em 1980 e estendeu-se até 1982, quando o funcionamento é interrompido por falta de recursos.

A autora salienta que a meta era buscar um conhecimento mais aprofundado da questão patrimonial para tratar de restaurá-la e conservá-la de forma acentuada.

Com o enfraquecimento do Programa de Preservação de Cidades Históricas, outras fontes de recursos são necessárias para custear a restauração do Centro. É somente em 1981 que acontece o lançamento oficial do PPRCH, fruto de cerca de dois anos de trabalho, principalmente de pesquisa a partir do I Encontro da Praia Grande ocorrido em 1979.

Cutrim (2011, p. 126) destaca que na década de 1980, com as mudanças que ocorriam na política estadual, o antigo Projeto Praia Grande passou a ser denominado *Projeto Reviver*. Ela pondera ainda que o bairro da Praia Grande, que até meados do século XX era uma referência comercial e econômica, onde residia à elite maranhense, já não era mais a mesma, sobretudo após a construção da ponte José Sarney na década de 1970, dando azo aos bairros nobres da cidade.

A autora observa que por conta desses e de outros fatores, o Centro Histórico perde habitantes, estabelecimentos comerciais e prestígio, adquirindo uma outra identidade: a de lugar do abandono, do descaso. A Praia Grande, então, entra em processo de decadência e o Projeto Reviver é pensado como um mecanismo para rejuvenescê-la.

Dessa forma, medidas precisaram ser tomadas, como a criação da Zona Tombada Estadual, que estabelecia medidas de proteção para uma área urbana de cerca de 160 hectares, reunindo cerca de 2.500 imóveis.

O PPRCH é, para Cutrim (2011, p.128), um programa que marca a valorização da diversidade, do respeito às diferenças culturais da região, ao mesmo tempo em que propõe atividades que gerem lucros para a área, promovendo, dessa forma, um espaço sustentável.

Cutrim (2011, p. 133) destaca que os subprogramas do PPRCH são os responsáveis por traçar o rumo que deverá ser seguido a partir da próxima fase do projeto mor. A governadora da época, Roseana Sarney, elabora um dossiê no ano de 1996, seguindo as diretrizes propostas pela UNESCO, no qual ela apresenta a essa organização internacional os argumentos necessários para a inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

A primeira fase do PPRCH, como assevera Cutrim (2011, p. 135), compreende a gestão de João Castelo e o seu sucessor, Ivar Saldanha, e pode ser

considerada a fase mais morna para tornar o Centro Histórico de São Luís como um polo turístico capaz de gerar emprego e renda.

Já no ano de 1987, são retomados os trabalhos pelo SPHAN, buscando um melhor conhecimento para embasar as suas medidas de conservação. A autora destaca que após a revisão do PPRCH, são iniciadas obras com o intento de continuar o Projeto Praia Grande, na gestão de Eptácio Cafeteira (1987-1990), que solicita verbas ao então presidente José Sarney, com o intuito de dar continuidade ao já iniciado Projeto Praia Grande.

O pedido de ajuda ao governo federal é atendido, o que possibilita o PPRCH entrar na sua segunda fase, agora com um apoio de cerca de 3 milhões de cruzados novos. Segundo Cutrim (2011, p. 135), o governo estadual dispôs de cerca de 200 milhões de cruzados novos ou 25 milhões de dólares, durante os anos de 1980 e 1987.

Para iniciar essa revitalização do Centro Histórico de São Luís, agora cunhado de *Reviver*, o governador Cafeteira transforma essa localidade em uma área administrativa. Segundo a autora:

O governador Cafeteira, para reforçar a revitalização socioeconômica do Centro Histórico, determinou a aquisição de 26 imóveis para instalação de órgãos estaduais. Talvez, naquele momento, a aquisição de prédios para o governo, com o fim de preservá-los, fosse a medida mais acertada, mas a longo prazo mostrou-se totalmente insuficiente para um projeto de revitalização. (CUTRIM, 2011, p. 136).

Apesar dos investimentos, dos pedidos de apoio para trazer de volta o prestígio que o Centro de São Luís possuía durante os tempos áureos, tanto econômicos quanto intelectuais – século XVIII e XIX – a área eleita para compreender o Projeto Reviver ainda não possuía o necessário para caminhar sozinha e começar a render lucros para as unidades administrativas regionais.

Cutrim (2011, p. 136) ressalta que em 1989 é modificado a nomenclatura de “Projeto Praia Grande” para “Projeto Reviver”, o que impactou fortemente a população da época, já que muitos confundem ou mesmo nem sabem quando se referir ao Projeto Reviver ou quando estão se referindo aos bairros do Desterro, Portinho ou Praia Grande.

Segundo a autora, alguns investimentos foram realizados nessa segunda fase do PPRCH, são eles:

No total foram realizadas obras estruturais com o intuito principal de dar nova visibilidade à área, foram envolvidas 15 quadras e 200 imóveis com a recuperação da rede de água, esgoto e drenagem. O sistema de iluminação

pública foi totalmente reformulado passando a ser subterrâneo, ficando expostos lampiões conforme constava em documentação fotográfica dos finais do século XIX e início do XX. (CUTRIM, 2011, p. 136).

Cutrim (2011, p. 136) destaca que apesar das modificações realizadas no centro Histórico, tais como ruas calçadas, casarões recuperados, prédios públicos, restaurantes e lanchonetes, apesar de todos esses esforços não é atingido um ponto fundamental: o Projeto Reviver não possui vida. A autora afirma que não havia uma grande circulação de pessoas, pois todos que ali passam permaneciam por pouco tempo, os serviços intrínsecos ao cotidiano de um bairro como segurança, farmácias e supermercados não existiam na parte reformada de forma mais significativa.

A autora acredita que o aparente fracasso do Projeto Reviver é fruto das políticas de preservação que, apesar de idealizarem um espaço com vistas a abrigar o antigo e o novo, não voltam suas atenções aos moradores dos bairros, que permaneceram “isolados” dos serviços mais diretos, tais como padaria, farmácia, supermercados etc. Ela destaca ainda que mesmo a idealização de políticas de moradia (que transformaria antigos casarões em apartamentos) não foi suficiente para a “ocupação” do Reviver, uma vez que não havia o oferecimento de tais serviços básicos e essências à população que continua residindo no espaço.

Sobre o aparente fracasso do Projeto Reviver, que possuía uma certa infraestrutura na sua segunda fase mas que ainda não conseguia caminhar sozinho, a autora pondera:

As políticas de preservação pensaram no lugar a ser recuperado como aquele que traria de volta a atmosfera de outrora, com seus antigos casarões coloniais reformados e ocupados com fins de preservação/conservação – seja abrigando secretarias públicas, seja funcionando como bares, restaurantes, lanchonetes. Esse propósito está, no entanto, mais voltado para uma política de turismo, em que os atrativos devem contemplar os que têm passagem rápida – os turistas – e não os que permanecem, os residentes, ou seja, os moradores da Praia Grande. Assim é que as atividades que tornariam o espaço ocupado permanentemente (o que é comum a um bairro residencial, tais como serviços de farmácia, supermercado, açougue, padarias, dentre outros) e que dão vida às atividades diárias, inexistem. Isso pode ser percebido até a atualidade. (CUTRIM, 2011, p. 137).

Podemos inferir que desde a segunda fase do PPRCH já havia mobilizações que priorizaram o turismo na área, uma vez que já existiam prédios públicos, ruas recuperadas, lanchonetes etc; entretanto, os serviços essenciais para que a população ludovicense pudesse usufruir da localidade durante no período de baixa estação, não foi um fator pensado pelas esferas do poder público envolvidas na revitalização do Centro Histórico de São Luís.

Cutrim (2011, p. 137) revela que os moradores da parte antiga do Centro continuaram com as mesmas condições de vida de outrora, ou seja, foi pensado somente no Centro Histórico como um mote turístico e não nos sujeitos que vivem na capital maranhense. Ao que tudo indica, a recuperação do Centro Histórico de São Luís foi desde sempre pensada para ser uma vitrine para apreciação turística e não como um lugar no qual o nativo ludovicense pudesse se conectar com o seu passado.

Com relação ao PPRCH, vimos que a primeira fase – e a mais tímida, por falta de maiores incentivos – durou de 1981 a 1987, caracterizada pelas obras da Feira da Praia Grande, albergue, Beco da Prensa, Praça da Praia Grande e obras de urbanização em geral. Já a segunda etapa do projeto dura um pouco menos que a primeira, ocorrendo entre os anos de 1987 e 1990 e tem como marco a implantação do Projeto Praia Grande/Reviver, com milhões de dólares em investimentos para recuperação do bairro da Praia Grande.

A terceira etapa de implementação do PPRCH ocorre entre os anos 1991 e 1994, com a restauração do Teatro Artur Azevedo e a recuperação de fábricas antigas, como a Cãnhamo, que hoje abriga o Centro de Produção Artesanal do Maranhão (CEPRAMA), e o Rio Anil, onde funciona uma escola de ensino fundamental e médio (CINTRA).

A quarta etapa ocorre entre os anos de 1995 e 1996, com a promoção da 47ª Reunião Anual da SBPC, que iria atrair um grande público tanto nacional quanto internacional, possibilitando uma maior visibilidade do Projeto Reviver, agora já recuperado.

A última fase do PPRCH inicia-se em 1996 e estende-se até 1999, seguindo o Dossiê encomendado pela governadora Roseana Sarney. Cutrim (2011, p. 146) pondera que as obras realizadas nesta última fase são bem pontuais, voltadas para locais isolados do Centro Histórico e alguns fora dele.

Com relação ao turismo local e também no Nordeste brasileiro, a autora destaca que a região nordeste emergiu de uma série de dispositivos enunciativos que o transformaram em lugar de grandes atrativos para o mundo. Nas palavras da autora:

O Nordeste foi processualmente se estabelecendo como região por meio de discursos oriundos dos mais distintos setores, como a imprensa, a literatura, a arte e a mídia. O Nordeste só passou a existir em meados da década de 1910, e com ele a percepção dos nordestinos. (CUTRIM, 2011, p. 148).

Com essa “descoberta” do Nordeste brasileiro, endossado, especialmente por conta das recuperações dos centros de outras cidades nordestinas, como em Salvador e Olinda, é criando o Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR).

Cutrim (2011, p. 148) revela que durante o governo de Roseana Sarney um dos seus principais objetivos era o de assegurar os recursos provenientes do PRODETUR e do Subprograma de Habitação, no Centro Histórico, para, a partir daí, gerar ações.

Dessa forma, o turismo pode ser considerado como a principal motivação dos investimentos nas cidades históricas. A autora destaca que o governo não deixa claro os objetivos e coloca o turismo apenas como uma das metas a serem realizadas através dos recursos do PRODETUR, sendo eles:

- A – as formas tradicionais de geração de emprego e renda, através do incentivo a pesca artesanal e a produção de embarcações do Maranhão.
- B – o aumento da qualidade ambiental e de vida dos trabalhadores e das populações residentes nas áreas de intervenção.
- C – a maior oferta de pescado de qualidade e preços regulados, visando ao aumento dos efeitos de proteína animal e de calorias compatíveis com as tradições culturais da culinária maranhense.
- D – o incentivo às atividades de turismo cultural e de lazer, vocação inequívoca do Centro Histórico de São Luís, que já passou a receber um contingente expressivo de visitantes nacionais e internacionais a partir do processo de revitalização iniciado em 1980 (SILVA, 1996, apud CUTRIM, 2011, p. 149).

Assim, a preservação do Centro Histórico em nível federal e estadual contribuiu significativamente para que São Luís recebesse o título de Patrimônio Cultural da Humanidade no ano de 1997. A primeira referência a este respeito, segundo a autora, foi encontrada no Decreto Estadual nº 11.067, de 22 de março de 1989, que dispõe sobre a criação do Projeto Reviver e é dito que foi solicitado, naquela gestão, à UNESCO: “o devido reconhecimento dos Centros Históricos de São Luís e Alcântara como Patrimônio Cultural da Humanidade pela importância que os mesmos representam no cenário internacional” (CUTRIM, 2011, p. 150).

A campanha para o reconhecimento de São Luís como um Patrimônio Cultural da Humanidade é iniciada em maio de 1996, quando a governadora Roseana Sarney apresenta oficialmente à UNESCO um dossiê com argumentos e imagens que comprovariam a relevância cultural da capital maranhense para a humanidade.

Sobre o dossiê, Cutrim (2011) assevera:

[...] é um documento elaborado por uma equipe de técnicos (sobretudo engenheiros e arquitetos) e teve como coordenador executivo o arquiteto Philippe Andrès. A supervisão foi realizada pelo então Secretário de Estado, Eliézer Moreira Filho, no período do governo Roseana Sarney. O documento tem 114 páginas e inclui apresentação, cronologia das tratativas do processo junto à UNESCO, delimitação do núcleo principal do acervo; localização precisa do Centro Histórico; estado de preservação e conservação e uma justificativa de inscrição na lista do patrimônio, entre outros itens. (CUTRIM, 2011, p. 150).

De acordo com Cutrim (2011, p. 151), é em 23 de maio de 1996 que a governadora Roseana Sarney envia ofício ao Diretor Geral da UNESCO, Dr. Frederico Mayor, apresentando oficialmente o pleito de inclusão do Centro Histórico da cidade na lista do Patrimônio Mundial, acompanhado de relatório e dossiê fotográfico.

No item, a seguir, discutiremos alguns efeitos causados no discurso turístico sobre a cidade de São Luís após receber o título de Patrimônio Mundial da Humanidade em 1997.

5.1 O DISCURSO TURÍSTICO SOBRE SÃO LUÍS APÓS O RECONHECIMENTO DA UNESCO E O ATUAL MOTE TURÍSTICO: A CAPITAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

O discurso turístico sobre a capital maranhense disposto na rede mundial de computadores, a partir das plataformas digitais da Prefeitura Municipal de São Luís e do Governo do Estado, parecem ancorar seu discurso em um tripé: a de única capital/cidade fundada pelos franceses no Brasil, a de Patrimônio Cultural da Humanidade e, recentemente, de cidade Capital da Diversidade Cultural.

No capítulo anterior, vimos que a cidade de São Luís, numa perspectiva da história nova, não é e nunca foi uma capital/cidade fundada pelos franceses. Essa identificação atribuída à São Luís de ter sido uma colônia francesa no Brasil não passou de uma estratégia de marketing misturada com uma mensagem no ego do ludovicense, criada por uma elite financeira e intelectual existente no século XIX, como uma tentativa de manter um certos *status* dos tempos de economia próspera no Estado.

No item passado, discutimos a respeito dos movimentos e alianças realizados pelos poderes federal, estatal e municipal para fazer com que a UNESCO

reconhecesse a capital maranhense como uma das “cidades-memórias” ou cidades históricas dignas e aptas a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Em sua tese de doutoramento, Carvalho (2009, p. 8) compreende que existe uma simultaneidade de identidades atribuídas à São Luís e que todas elas são conectadas a partir do conceito de patrimônio cultural, edificado por várias práticas discursivas.

A autora destaca que as identidades atribuídas à São Luís se caracterizam por: *Athenas Brasileira*, *Manchester do Norte*, *Jamaica Brasileira* e *Capital da Diversidade Cultural*. A regularidade discursiva encontrada por ela que interliga toda essa gama de identidades é justamente a noção de patrimônio. Para ela, o patrimônio cultural, à luz da pós-modernidade, adquire contornos que alcançam dimensões mais amplas, materializando-se no imaterial, em mecanismos de preservação que envolvem a cultura e a memória.

Entretanto, a recuperação e a preservação de certos monumentos, como vimos em Cutrim (2011), não acontece de maneira aleatória: existem esferas representativas do poder que viabilizam (ou não) que um determinado monumento ou sítio arqueológico seja reconhecido como um patrimônio de relevância para toda a humanidade.

Nesse interim, acreditamos que logo após a crise econômica que se instalou no Maranhão durante o século XIX, feriu não apenas o orgulho da elite econômica e letrada maranhense, como possibilitou a emergência de duas identidades: a de única capital fundada por franceses no Brasil (França Equinocial) e a de Athenas Brasileira.

Acreditamos que a partir desse acontecimento discursivo – a crise econômica do século XIX – houve uma série de efeitos secundários, contribuindo, mesmo que de maneira inconsciente, para o reconhecimento da capital maranhense como Patrimônio Mundial da Humanidade em 1997.

Entendemos que essas identificações de França Equinocial e de Athenas Brasileira, especialmente esta última, foram tentativas de massagear o ego no maranhense de maneira que ele pudesse voltar a ser destaque nacional, mesmo que, numa perspectiva da história nova, se tenha inventado essa origem gaulesa da cidade e que tenham existido outras cidades brasileiras com o mesmo cognome de “Atenas brasileira”.

O patrimônio, atualizado para o contexto do século XX e XXI, possibilita à capital maranhense voltar a ser destaque no Brasil e também no mundo, graças ao título conferido pela UNESCO em 1997 e a dissolução de fronteiras com a popularização da internet.

Dessa forma, o patrimônio, como assevera Carvalho (2009, p. 14), pode ser considerado como o fio condutor das identidades atribuídas à São Luís, pois é a partir dele que há um despertar para o turismo, colocando o Maranhão como um dos destinos brasileiros e nordestinos de destaque.

Segundo a autora, essas identidades atribuídas à capital maranhense – Athenas brasileira, Manchester do Norte, Jamaica Brasileira e de Capital da Diversidade – são identificações que também marcam momentos/etapas da história de São Luís. Assim,

na longa duração histórica (séculos XVIII-XXI) certos acontecimentos discursivos foram tramando a relação entre patrimônio/identidades: a formação do grupo de intelectuais maranhenses (Athenas Brasileira); a industrialização e modernização (Manchester do Norte); a chegada dos meios de comunicação de massas, o Turismo (Jamaica Brasileira) e a pós-modernidade (São Luís da diversidade). (CARVALHO, 2009, p. 14).

É importante lembrarmos que sob a ótica da genealogia foucaultiana, essas identidades salientadas pela autora não acontecem de maneira contínua e/ou linear. Essas identidades atribuídas à capital maranhense, juntamente com a noção de patrimônio, não se apagam, elas se sobrepõem umas às outras.

Dessa maneira, podemos inferir que dentro de um mesmo espaço físico uma ou mais identidades podem coexistir, se complementar ou se digladiarem. Sob tal aspecto, Michel Foucault no texto *Outros Espaços*, pondera que o “espaço de fora” é o espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história e esse mesmo espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo. (FOUCAULT, 2001, p. 414).

Esse espaço de fora, segundo Foucault (2001, p. 414-415), é caracterizado pela sua heterogeneidade e pode se apresentar de duas formas: pelas suas *utopias* e pelas suas *heterotopias*. As primeiras caracterizam-se como posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral análoga direta ou inversa. Esse tipo de espaço tem como essência o irreal.

Já as heterotopias são espaços inversos às utopias: enquanto as primeiras imaginam um determinado espaço, como por exemplo, o cenário descrito por Lewis Carroll em *Alice no país das maravilhas*, as heterotopias possuem uma ligação forte com o real, como a capital maranhense: ela é um espaço real no qual circulam utopias como “Cidade dos Azulejos”, “Jamaica Brasileira”, “Atenas Brasileira”, “Ilha do amor”, entre outras.

Contudo, o filósofo francês acredita que exista uma linha tênue entre as utopias e as heterotopias, um espaço que habita entre esses dois espaços, uma experiência mista na qual ele denomina de *espelho*:

[...] O espelho, afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo lá onde eu não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe, lá onde não estou, uma espécie de sombra que me dá a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite me olhar lá onde estou ausente: utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e que tem, no lugar que ocupo, uma espécie de efeito retroativo: é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe. [...] o espelho funciona como uma heterotopia no sentido em que ele torna esse lugar que ocupo, no momento em que me olho no espelho, ao mesmo tempo absolutamente real, em relação com todo o espaço que o envolve, e absolutamente irreal, já que ela é obrigada, para ser percebida, a passar por aquele ponto virtual que está lá longe. (FOUCAULT, 2001, p. 414-415).

Dessa forma, ao aceitarmos a proposta foucaultiana do espaço de fora, podemos conceber a São Luís do discurso turístico dos sites da Prefeitura e Governo do Estado como um espaço utópico e heterotópico, simultaneamente: são atribuídas à capital maranhense certas características, certas identidades que funcionam como utopias, ao mesmo tempo em que essas utopias são utilizadas para discursivizar um espaço que existe na realidade.

Carvalho (2009, p. 14), em sua pesquisa, preocupa-se em entender como e onde surgiram enunciados que discursivizam a capital maranhense como sinônimo de diversidade cultural, elemento importante para a compreensão dos argumentos/enunciados que compõem o nosso *corpus*.

Contudo, abordaremos de maneira breve três dessas identificações – a de Manchester do Norte, a de Jamaica Brasileira e a de Capital da Diversidade Cultural – uma vez que o nosso objetivo é o de realizar uma análise discursivo-argumentativa das plataformas digitais da Prefeitura de São Luís e do Governo do Estado. Todavia, para realizar essa análise, será necessário entender como e onde surgiram essas

identidades de Manchester do Norte, Jamaica Brasileira e a mais atual, de Capital da Diversidade Cultural.

Carvalho (2009, p. 15) acredita que o discurso de preservação de algumas cidades históricas no Brasil, nas últimas décadas, vem passando por um processo de transformação de significados, dentro de uma segmentação mercadológica, que considera a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais, resultando muitas vezes em uma realocização estética do passado.

Isso significa que a capital maranhense teve investimentos do poder público e de empresas aliadas não apenas com o objetivo de preservar a memória local, mas também de entrar numa lógica capitalista sob a alegação de geração de emprego e renda para a região.

A autora pondera que esse processo está pautado em um tipo de discurso: o do patrimônio cultural, cujo teor é o de transformar em mercadoria o espaço – especialmente o público – pela construção de efeitos de sentido da necessidade de “preservar sustentavelmente” (CARVALHO, 2009, p. 15).

Entretanto, antes de receber o título concedido pela UNESCO em 1997, a capital maranhense passou por dois momentos de sua história que contribuíram de maneira direta para a obtenção do título: a modernização da cidade (Manchester do Norte) e a abertura da cidade ao turismo (Jamaica Brasileira).

A identidade de Manchester do Norte emerge quase ao mesmo tempo em que a identidade de Atenas Brasileira aparece. Conforme o capítulo anterior, a capital maranhense viveu não apenas um apogeu econômico, pautado na cultura de produtos agroextrativistas como o algodão e a cana-de-açúcar, mas também vivenciou um apogeu intelectual durante o século XIX.

Segundo Carvalho (2009, p. 47), após esse momento de intensa produção literária, São Luís experimenta uma outra identidade: a de Manchester do Norte.

A alcunha de Manchester, segundo a autora, é atribuída à capital maranhense por conta da cidade inglesa de mesmo nome que teve um papel primordial para o início da Revolução Industrial e também porque em Manchester foi utilizada a primeira máquina a vapor no desenvolvimento da indústria têxtil, em 1789.

No contexto da Revolução Industrial, uma elite intelectual maranhense recém-chegada da Europa, influenciada pelos ideais europeus, obriga, em certa medida,

que o Maranhão acompanhe os movimentos de modernização assim como o restante do mundo.

Se a mão-de-obra escrava era a principal força de trabalho no cultivo dos produtos agroextrativistas responsáveis por colocar o Maranhão como uma das grandes potências econômicas brasileiras do século XIX, mesmo com o ego abalado por conta da crise econômica que assolou o Estado nesse contexto da Revolução Industrial, o maranhense de vê obrigado a acompanhar a nova ordem discursiva que gravita em torno desse movimento mundial. Sob tal aspecto, Carvalho (2009) pondera:

A decadência das lavouras de açúcar e algodão e a Lei Áurea vão favorecer o estabelecimento de um parque fabril no Maranhão, resultante da reunião de capitais da aristocracia rural e da burguesia comercial. Após a desilusão com a lavoura, a indústria têxtil se apresentou como uma grande esperança. “Sonhou-se transformar São Luís numa Manchester” (VIVEIROS, 1954, p. 7). Nas palavras de Matos (2002), a capital tenta substituir – ou talvez adicionar – a designação de **Athenas Brasileira** pela de **Manchester do Norte**. (CARVALHO, 2009, p. 47, grifo da autora).

Dessa forma, o maranhense busca rapidamente adequar-se aos novos tempos, agora sob a égide da modernização/industrialização. A autora destaca ainda que

[...] o epíteto Manchester do Norte [atribuído] à capital maranhense configura-se a partir da implantação de indústrias, reflexo da necessidade de novos empreendimentos que sustentassem a economia do Estado. No ano de 1895, o Maranhão registrava dezessete fábricas pertencentes a sociedades anônimas e dez pertencentes a particulares, assim divididas: 10 trabalhavam com fiação e tecidos de algodão, 01 com fiação de algodão, 01 com fiação de tecido de cânhamo, 01 com fiação de tecido de lã, 01 com fiação de meias, 01 indústria de fósforos, 01 de chumbo e pregos, 01 de calçados, 01 de produtos cerâmicos, 04 de pilar arroz, 02 de pilar arroz e fazer sabão, 01 de sabão e 02 de açúcar e aguardente. (CARVALHO, 2009, p. 47).

Tais informações sobre o processo de industrialização são relevantes à pesquisa pelo fato de modificarem a paisagem da capital maranhense em nome do “progresso”. A autora revela que prédios foram construídos, como o caso do atual CEPRAMA, que hoje é um centro de cultura e venda de artesanato local, mas que, em contrapartida, a paisagem local sofreu perdas, como o caso da demolição da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, demolida no ano de 1960 em nome da modernização, dando azo ao atual Edifício Caiçara.

Segundo a autora, neste contexto entre os séculos XIX e XX, São Luís entra em uma nova ordem discursiva, agora regida pelo ideal de modernização:

Republicana e industrial, a capital maranhense vai se moldando aos ideais progressistas. Tem início uma “campanha” em favor do novo perfil que a

cidade irá adquirir. A capital começa a ser tematizada e racionalizada como uma tentativa de se auto afirmar: tematizada pelo discurso de valorização da origem francesa, faz conviver num só momento o passado glorioso e o futuro republicano, progressista; racionalizada pela investigação dos problemas de adequação às novas necessidades do progresso decorrente da industrialização, tenta solucionar os “problemas” e “defeitos” da cidade herdada do urbanismo militar português [...]. (CARVALHO, 2009, p. 48).

Como podemos perceber, a modernização da capital maranhense não acontece de maneira aleatória ou espontânea: é preciso integrar-se aos primeiros movimentos do fenômeno da globalização e também à lógica do capital. A cidade se moderniza com graça, uma vez que ainda é considerada como a única capital francesa no Brasil. Entretanto, nesse contexto do século XIX e início do século XX, a cidade pensada e construída pelos lusitanos precisa ser “atualizada” para atender às novas necessidades do homem moderno, como vias para utilização de automóveis, por exemplo.

Sob tal aspecto, a autora destaca que o acervo arquitetônico lusitano ainda não era visto como sinônimo de patrimônio e sim de atraso:

[...] o traçado do espaço de São Luís era definido por uma malha geométrica e regular, que constituía “o elemento primordial do espaço urbano”. A cidade se estendeu em direção ao interior da ilha e manteve esse modelo urbano nos séculos XVIII e XIX.

Esse modelo de traçado colonial, adotado em São Luís e em várias cidades brasileiras, vai ser contestado pelo discurso médico sanitário, que sobrevém com os ideais de modernização urbana inaugurados com o capitalismo e a industrialização [...].

Em São Luís, alguns grupos da elite comercial, industrial e intelectualizada da cidade, dispostos a se desvencilhar da imagem de cidade colonial, considerada pela modernidade sinônimo de velho, de atraso, investiram na produção de uma nova imagem que refletisse os projetos de modernização do país, a partir de símbolos representativos das tecnologias, civilização e progresso. (CARVALHO, 2009, p. 50).

Em suma, apesar do conceito de patrimônio interligar quatro identidades atribuídas à São Luís – Athenas Brasileira, Manchester do Norte, Jamaica Brasileira e Capital da Diversidade Cultural –, entre os séculos XIX e XX o potencial econômico e turístico dos centros históricos brasileiros ainda não havia sido cogitado. Assim, em nome do progresso, são realizadas modificações na capital maranhense que até este momento, não valorizada o seu passado de colônia lusitana justamente por representar um “atraso”.

Contudo, apesar da crise econômica do século XIX, apesar de não valorizar, ainda, o seu Centro Histórico; a capital maranhense, por conta da modernização, mais especificamente por conta do crescimento industrial na cidade, assiste a um

crescimento populacional que irá modificar sua paisagem, dando azo às primeiras vilas operárias:

Em São Luís, o crescimento populacional, decorrente do desenvolvimento das indústrias têxteis, promoveu uma nova forma de organização [...]. Se até aquele momento a cidade era organizada espacialmente, segundo os princípios da arquitetura colonial portuguesa (dividida em cidade alta – que abrigava a parte habitacional e administrativa – e cidade baixa – onde funcionavam as áreas comercial e portuária), o início do século XX vai registrar uma suburbanização, decorrente da expansão urbana.

As fábricas, instaladas no entorno do centro comercial da cidade, promoveram o nascimento dos primeiros bairros proletários, nos arredores desses núcleos industriais. Em torno da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil surgiu o bairro do Anil, em torno da Companhia Fabril Maranhense surgiu o bairro Fabril; o bairro Madre Deus nasceu nos arredores da Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo. (CARVALHO, 2009, p. 54).

Dado o exposto, podemos perceber uma mudança nos discursos sobre a capital maranhense que, na virada do século XX para o XXI, necessitou de políticas de preservação para recuperar um passado áureo de seu Centro Histórico: durante o apogeu econômico do século XIX, o Centro Histórico era visto como um centro comercial onde residia à elite; a partir da crise econômica e instalação da indústria na cidade, a “nobreza” da cidade troca de lugar, fazendo emergir bairros proletários e vilas operárias nesse espaço que outrora residia à elite maranhense.

Contudo, vale ressaltar que a identidade de Manchester do Norte não possui raízes profundas na memória coletiva do maranhense por conta da falta de interesse/apoio da elite intelectual da época. Ao contrário da identidade de Athenas Brasileira, a de Manchester do Norte parece não ter obtido tanto êxito. Sob tal aspecto, Carvalho (2009) pondera que

[...] mesmo não sendo reatualizado explicitamente, não se pode dizer que tenha sido eliminado da memória coletiva e que não prossiga, na história, produzindo efeitos. Uma das marcas mais importantes desse momento foram as mudanças que a industrialização e a modernidade produziram no conceito de patrimônio e que fizeram emergir o corpo como protagonista. Nesse sentido, os mecanismos de poder, que mobilizaram saberes (como o saber médico) e produziram a higienização como elemento da urbanização, mudaram a face dos lugares e determinaram novos modos de convivência com a cidade e se prolongam até os dias de hoje. (CARVALHO, 2009, p. 74).

Dessa maneira, acreditamos que a história da capital apresenta descontinuidades e rupturas. Os discursos sobre São Luís transformam-se de acordo com os interesses vigentes em cada etapa da história da cidade: a São Luís do século XVIII-XIX: Centro Histórico sinônimo de morada da elite financeira e intelectual da cidade; a São Luís do século XIX: Centro Histórico habitado pelos

proletários; a São Luís do século XX: Centro Histórico como sinônimo de Patrimônio Mundial da Humanidade.

Essa espécie de linha do tempo – que em certa medida contraria a noção de história nova proposta pelo filósofo francês Michel Foucault – é meramente ilustrativa para que o leitor acompanhe os argumentos arrolados nesta sessão cujo objetivo é fazer com que o leitor compreenda como a cidade passou a discursivizada como Patrimônio Mundial da Humanidade para uma São Luís Capital da Diversidade Cultural, uma vez que as identidades trazidas neste capítulo parecem se sobrepor umas às outras, jamais apagadas, como pondera Carvalho (2009).

Dessa forma, vimos que São Luís vivenciou um período de exportação bastante significativo durante o século XIX, colocando o Estado como a quarta potência econômica do país e que após esse apogeu econômico, a capital enfrentou uma crise econômica agravada pelas consequências da industrialização, modernização e abolição da escravidão.

Desse conjunto de fatores da virada do século XIX para o XX, surge a identidade de uma São Luís fundada por franceses e, simultaneamente, de uma São Luís Athenas Brasileira, tendo em vista a elite intelectual recém-chegada da Europa que havia se formado na capital.

Com a modernização e os primeiros efeitos do processo de globalização, o maranhense se vê obrigado a entrar numa nova ordem discursiva referente à industrialização. Contudo, nesse movimento de modernização/industrialização, os sujeitos se vêm dentro de uma nova fase da humanidade: a *pós-modernização*. Segundo Carvalho (2009), a pós-modernização pode ser entendida como

[...] uma época histórica imprecisa que abrange a sociedade pós-industrial, pós-fordista ou mesmo pós-capitalista, em que o consumo passou à frente da produção, tornando a luta de classe – constituída por uma sociedade dividida entre trabalhadores e capitalistas – um conceito ultrapassado. (CARVALHO, 2009, p. 76).

Carvalho (2009, p. 76) destaca ainda que a partir da pós-modernidade, os sujeitos passam a ser identificados por meio de pequenos grupos, com identidades particulares e que por esse motivo, a consequência da condição pós-moderna é a incerteza e a ambivalência. Assim, a cultura não apresenta mais uma explicação adequada do mundo que nos permita construir ou ordenar nossas vidas.

Num mundo onde as fronteiras identitárias começam a ruir e também a se misturar, os sujeitos sociais passam a se identificar com o(s) costume(s) de outras

comunidades e não mais somente com sua comunidade de origem. O conceito de patrimônio, nesse contexto, também acompanha esse capítulo da história da humanidade que é a pós-modernidade.

Segundo Carvalho (2009, p. 82), na pós-modernidade, a ideia de patrimônio passa a abranger dimensões mais amplas, distanciando-se de conceitos aristocráticos, materializando-se no imaterial, por meio de mecanismos de preservação, que envolvem a cultura e a memória.

Dessa maneira, com a ideia de pós-modernidade e também sob o argumento de preservação de certos bens que possuem uma determinada relevância para a humanidade, emergem instâncias, como a UNESCO, que visam à preservação de certos bens.

Desse modo, após a capital maranhense ter entrado numa ordem discursiva, pautada nos ideais do pós-moderno, surgem leis e decretos, no âmbito nacional, que visam preservar certas localidades como patrimônios que remetem a certos traços de “brasilidade” e no decorrer do século XX, bens patrimoniais que são interessantes a toda humanidade.

Após algumas modificações paisagísticas na capital maranhense em nome da modernização da cidade; após observação de Michel Parent para o potencial turístico de algumas cidades-memória brasileiras, dentre elas, São Luís; após as leis de preservação patrimoniais no país terem ganhado mais corpo, surge então uma outra ordem discursiva – que se estende até os dias atuais – ancorada no turismo.

A ordem discursiva sob a égide do turismo pondera que certas localidades sejam preservadas e também capazes de gerar emprego e renda para aquela determinada localidade.

Em se tratando da capital maranhense, São Luís entra nessa ordem discursiva pós-moderna, que visa à preservação da memória local por meio da conservação/revitalização do conjunto arquitetônico português e elege seu Centro Histórico como o local de preservação da memória local e também como um espaço lucrativo, economicamente falando.

Carvalho (2009, p.89) pondera que ao aceitarmos, na era pós-moderna, o patrimônio cultural como imaterial, material, monumento, edificação, formas de expressão, fazeres e saberes de um povo, o patrimônio torna-se a representação e o resgate de uma cultura, herança, legado presente no cotidiano como vínculo de fortalecimento de uma identidade coletiva.

Nesse interim, São Luís precisa novamente se destacar das demais cidades brasileiras e especialmente das cidades nordestinas. Como o país possui outras cidades coloniais, outros monumentos de pedra e cal, e, aproveitando que o patrimônio na pós-modernidade abrange também o imaterial, emerge uma nova identidade para capital maranhense: a de Jamaica Brasileira.

Ainda influenciada pelos ideais pós-modernos, pelo turismo/capitalismo, a capital maranhense passa a ser discursivizada como a capital brasileira do *Reggae*.

Podemos inferir que é a partir da identificação de Jamaica Brasileira que a capital maranhense começa a ser discursivizada como sinônimo de diversidade cultural. No contexto do século XX, onde o patrimônio corresponde ao material e ao imaterial, simultaneamente, trazer um elemento que remeta à cultura do negro coexistindo no mesmo espaço que séculos antes fora arquitetado por europeus, torna São Luís singularizada se comparada ao restante do país, o que contribui para o turismo local.

Sob tal aspecto, Carvalho (2009) acredita que São Luís seja um espaço heterotópico por excelência:

O Centro Histórico de São Luís pode ser considerado uma heterotopia na medida em que carrega as marcas de um passado lusitano, que entre os séculos XVII e XIX inscreveu com seus azulejos, sobrados e casarões uma memória nesse local. A visita a esse lugar é uma viagem no tempo, pois percorrendo as estreitas ruas de paralelepípedos do Centro Histórico de São Luís temos a sensação de estarmos em outro século, outro espaço, o que nos leva também à impressão de assumirmos outras identidades, porque um jogo de tempo se instaura ao avançarmos as calçadas de pedra de cantaria, os becos estreitos que descem e sobem pelas ladeiras da cidade [...]. Nesse espaço real, a memória de tempos passados nos transporta para um espaço mágico/encantado, de onde surgem identidades jamais identificadas. (CARVALHO, 2009, p. 115).

Assim, a identidade de Jamaica Brasileira emerge no contexto do século XX-XXI, num período em que a ordem discursiva sobre o patrimônio não abarcava somente os bens materiais e referentes a uma parcela privilegiada na sociedade, como podemos verificar na citação acima.

É graças aos ideais pós-modernos que a humanidade, como pondera a autora, é levada pela necessidade de se inserir em novos padrões, atendendo, a uma demanda mais contemporânea.

No âmbito local, a autora acredita que a sociedade maranhense pós-moderna se torna receptiva e começa a aceitar novos ícones identitários, de origem popular,

da periferia da cidade, as quais adquirem dimensões simbólicas importantes em uma lógica capitalista.

Em suma, é a partir do reconhecimento da capital maranhense como Patrimônio Cultural da Humanidade, quase na virada do século XX para o XXI, juntamente com a mudança na concepção de patrimônio – bem materiais e imateriais – que é possível discursivizar a capital maranhense de outras formas, fazendo com que novas identidades sejam atribuídas à capital, o que configura uma certa “democracia” no que diz respeito ao capital: por se tratar de uma cidade histórica e turística, São Luís passa a ter rotas turísticas que atendem a bolsos e gostos mais modestos.

Se outrora São Luís era discursivizada como um destino mais requintado, por ser a única capital fundada por franceses no Brasil, por exemplo, a partir do século XXI a nova ordem discursiva está ancorada no turismo: o poder do capital traz para o centro das questões turísticas a parcela da sociedade que estava até então à margem. Sob tal aspecto, Carvalho (2009) destaca:

A sincronização de diferentes identidades, em São Luís, configura a necessidade de agregar na capital maranhense todos os gostos, tempos, formas, crenças, comportamentos, numa atitude típica do homem pós-moderno. Esse traço identitário relaciona-se ao que Michel Foucault denomina heterotopia. (CARVALHO, 2009, p. 112).

Dessa maneira, percebemos que o discurso turístico sobre a capital maranhense engatinha para discursivizar São Luís como um destino turístico sinônimo de diversidade cultural. Conforme a citação acima, a capital maranhense torna-se um espaço heterotópico por excelência ao abranger, dentro de um mesmo espaço físico real, várias identidades que ora se confrontam, ora se sobrepõe, mas que no final, tornam a capital maranhense singularizada por apresentar um mosaico cultural diversificado, se comparado às outras cidades nordestinas.

Daí o espaço citadino não se apresentar como uma estrutura fechada em si, mas como um lugar onde se convergem nossas vivências, nossas paixões, nossos sonhos. Esse espaço, para Carvalho (2009, p.114), é sempre gerador de múltiplas significações, articulador de memórias; a manipulação do espaço tem força intensa.

O espaço, como pondera Cutrim (2011, p. 47), pode ser considerado um signo justamente pelo fato de que os sujeitos que habitam nele, que vivem nesse lugar, subjetivam e discursivizam tal espaço a partir de suas experiências e pontos de vista. A capital maranhense torna-se um símbolo de diversidade cultural no

momento em que é discursivizada como um espaço no qual a cultura do europeu, do africano e do indígena se fundem.

De olho em suas receitas, os poderes públicos, como as prefeituras e governos estaduais, montam seus discursos turísticos a partir de algumas multiplicidades de identificações atribuídas a um determinado destino, assim como acontece com a Prefeitura de São Luís e também o Governo do Estado, que tentam persuadir o turista-internauta apresentando uma capital sinônimo de diversidade cultural.

Após o tombamento pela UNESCO no ano de 1997, a capital maranhense começa a ser discursivizada local e nacionalmente como um espaço sinônimo de cultura, cujo patrimônio material/imaterial nele contido é de interesse a toda comunidade humana. A partir de tal argumento, percebemos no começo dos anos 2000 um investimento forte em cima da identidade de “Cidade dos Azulejos”:

Figura 4 – Semáforo de São Luís



Fonte: <http://www.1000dias.com/fotos/sao-luis/?slide=1>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

Após o reconhecimento pela UNESCO, a capital maranhense tem como principal mote turístico o acervo arquitetônico de seu Centro Histórico, deixado pelos portugueses durante o tempo em que fomos colônia. Os azulejos, como podemos perceber na figura 4, tornam a capital maranhense reconhecida como “Cidade dos Azulejos” graças ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Contudo, a cidade não poderia manter seu discurso turístico pautado unicamente em seu acervo arquitetônico de origem portuguesa. Como é possível perceber ao longo desta pesquisa, a capital maranhense parece sempre clamar por singularidades, que acabam se transformando em identidades.

Ao aceitarmos a ideia de que a cidade é uma rede de interdiscursos, em que habitam formações discursivas distintas, construtoras de subjetividades dos

moradores e visitantes, podemos inferir que os sujeitos, ao entrarem em contato com as diversas heterotopias encontradas na cidade, resgatam em suas memórias a sua posição-sujeito acerca destes espaços e formulam “discursos” a partir do que esse espaço sugere: não se trata mais de um indivíduo, mas de um sujeito inscrito em uma história; a cidade é uma heterotopia porque produz sentidos e identidades (CARVALHO, 2009).

Nesse interim surge a identidade de uma São Luís Jamaica Brasileira, que no entender de Carvalho (2009), torna a capital maranhense como

Um espaço da fantasia, da sedução, do lazer. Nesse espaço, o cotidiano fica em suspenso. É preciso destacar que o reggae, hoje em dia, reúne, como todo espaço democrático, grupos de vários segmentos sociais – universitários, lavadores de carro, empregadas domésticas, mecânicos, vigilantes, empresários, artistas, intelectuais, e outros. (CARVALHO, 2009, p. 116).

A autora sugere que a emergência da identidade de Jamaica brasileira atribuída à São Luís relaciona-se nas tramas do pós-moderno, momento em que o Centro Histórico concentra uma diversidade de lugares heterotópicos, como os bares de reggae, por exemplo, que são frequentados por muitas tribos que se encontram para apreciar os reggaes de todas as gerações.

Contudo, apesar do reggae ter chegado ao Maranhão em meados da década de 1970 como um estilo musical estrangeiro cujas letras apresentam tons de resistência, é somente no contexto do pós-moderno que a cidade abraça essa identidade. Segundo Carvalho (2009):

[...] Vale lembrar que, quando o ritmo chegou ao Maranhão, veio destituído de sua filosofia de música de resistência. Assim, pelo fato de as pessoas desconhecerem essa filosofia, o *reggae* adquiriu uma nova configuração em terras maranhenses. Diante deste fato há quem questione a nova identidade que o reggae adquiriu em São Luís, pois para alguns a configuração não foi dada pelo povo, ela resultou de manobras de um poder que silenciou o caráter político da manifestação em São Luís. (CARVALHO, 2009, p. 118).

A autora sugere que o reggae no Maranhão, no contexto do século XXI, quando começam a emergir discursos sobre a diversidade cultural, torna-se um produto turístico, perdendo a essência do estilo para atender a uma lógica do capital.

Carvalho (2009, p. 118) pondera que a ressignificação do ritmo acontece pela tentativa de aproximá-lo da realidade maranhense. O reggae, na capital maranhense, recebe o nome de *melô*, e as pessoas tentam transformar seu significado, já que a maioria não entende o idioma inglês.

Entretanto, o ritmo expande-se primeiramente nas classes menos favorecidas e, posteriormente, passa a receber uma nova simbologia e representação para

adequar-se aos ambientes elitizados, sendo difundido e (re)significado pela mídia (CARVALHO, 2009).

O papel dos meios de comunicação de massa, como o rádio contribuíram significativamente para a concretização e difusão da identidade de Jamaica Brasileira. A autora salienta que programas de TV e de rádio AM e FM, em horário nobre, fazem funcionar constantemente essa identidade.

Contudo, para os maranhenses que se vangloriam de seu passado como França Equinocial e também como Atenas Brasileira, a identidade de Jamaica Brasileira é pouco interessante. Sob tal aspecto, Carvalho (2009) pondera:

A identidade de São Luís como Jamaica Brasileira opõe-se à representação de São Luís como Atenas Brasileira, à medida que agrega sujeitos que estavam à margem da ideia de Atenas. Banidos dessa identidade, os negros, os pobres, os não escolarizados encontram na identidade jamaicana abrigo. Uns veem nesse emblema a decadência de um passado de glórias, que se sustentava em valores intelectuais; outros a condenam por perceberem nela o funcionamento de uma memória de escravidão; outros alegam que a estranheza vem da ideia do culto às drogas, muitas vezes associadas à imagem de Bob Marley. Essa polifonia nos mostra que as identidades são produzidas e agenciadas, na modernidade líquida, por processos múltiplos de difusão e circulação de discursos. (CARVALHO, 2009, p. 120).

Dessa forma, existe uma mecânica de poder a respeito da identidade de Jamaica Brasileira que apresenta três faces: uma face conservadora, voltada para uma elite intelectual/econômica vivente no século XXI; uma face de resistência e representatividade, caracterizada pela parcela social localizada à margem; e uma face capitalista, que não vê problema algum em lucrar com o capital dos até então “excluídos”.

Assim, presenciamos uma aliança, mesmo que de maneira inconsciente, entre a parcela da população maranhense consumidora de reggae com os poderes públicos, já que tanto a Prefeitura quanto o Governo do Estado discursivizam em suas plataformas digitais a capital maranhense como Jamaica Brasileira, como podemos conferir nos dois fragmentos abaixo:

1) Esse passeio pelas ruas de São Luís passa por locais no Centro Histórico que tenham identificação com o estilo musical que deu a São Luís o título de “Jamaica Brasileira”. Um guia especializado conduz os visitantes aos lugares que foram representativos para a história do reggae, com apresentação de grupo de dança do ritmo. (Roteiro Reggae. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: <<http://turismoaoluis.com.br/reviva/22>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

2) Gênero musical com origens jamaicanas, o reggae popularizou-se no Maranhão na década de 70, através dos programas de rádios caribenhas que eram ouvidas no Maranhão. Apresenta um ritmo dançante e suave,

com uma batida bem característica e contagiante. Entre os adeptos ao movimento em São Luís e outras cidade do litoral maranhense, o Reggae Root's é o de maior preferência, pois aqui é dançado em grupo através de coreografias ou agarradinho. Na capital, existem vários clubes de reggae e bares especializados prontos a receber novos e antigos amantes do ritmo. (Reggae. Site do Governo do Estado, 2018. Disponível em: <<http://www.sectur.ma.gov.br/turismo-cultural/#.W3Tq4pMnblU>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Contudo, Carvalho (2009) pondera que em nome do progresso contínuo, a capital maranhense ganha novos espaços, como o caso da Praça Maria Aragão, que mexe na paisagem da cidade e que também torna-se um espaço de difusão da cultura local. Para ela,

[...] na sociedade contemporânea, o “consumo cultural” torna-se uma saída para o desenvolvimento urbano. Nessa concepção, São Luís é reinventada a partir da ressignificação de formas do passado, produzindo um conceito de urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na difusão de aparelhamentos culturais. A capital torna-se a cidade da “festa mercadoria”. (CARVALHO, 2009, p. 123).

A autora destaca ainda que essa nova-velha cidade agencia a história e a tradição dos lugares. Por meio das revitalizações urbanas, busca-se destaque no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo.

Pelo conjunto de fatores elencados nesta sessão, podemos perceber uma certa mobilização para tornar a capital maranhense como um espaço voltado para a atividade turística. Carvalho (2009, p. 123) acredita que a identidade de uma São Luís da Diversidade Cultural surge no limiar do século XXI.

É no ano de 2009 que essa identidade de Capital da Diversidade é consagrada na eleição da cidade como a *Capital Brasileira da Cultura 2009*. Sobre este capítulo da história recente da capital, a autora pondera:

São Luís venceu a eleição com uma diferença: ela não é apenas uma cidade, ela é uma capital, o que marca sua singularidade nesse processo. Os órgãos do poder se apropriam desse título e passam a fazer funcionar essa memória, por meio de vários mecanismos enunciativos na cidade. (CARVALHO, 2009, p. 124).

Dessa maneira, podemos inferir que o novo reconhecimento da capital maranhense – como Capital Brasileira da Cultura no ano de 2009 – é fruto de uma miscelânea de identidades construídas desde o século XIX, o que torna, de fato, uma cidade sinônimo de diversidade cultural pelas utopias que habitam esse espaço heterotópico que é a cidade de São Luís.

Assim, nosso intuito em trazer algumas identificações atribuídas à capital maranhense no capítulo atual e também no anterior foi o de por em relevo alguns

momentos históricos importantes para a constituição da capital maranhense enquanto cidade, bem como um produto a ser consumido, dentro de uma perspectiva capitalista, em voga na pós-modernidade. Dessa forma, nos últimos dois capítulos discutimos a respeito do mito de fundação francesa da cidade, sobre modernização da mesma (Manchester do Norte), sobre a emergência da preservação do patrimônio material e imaterial local, sobre a identificação de Jamaica Brasileira e por fim, a identificação de uma cidade/capital sinônimo de diversidade cultural. Tais momentos históricos serão acionados durante o próximo capítulo, nos auxiliando na compreensão da constituição do discurso turístico sobre São Luís no espaço virtual a partir das plataformas digitais da Prefeitura e do Governo do Estado.

Para isso, é necessário que o leitor tenha em mente que estas duas instâncias de poder possuem interesses que obedecem a uma lógica do capital e que tais instâncias visam persuadir/convencer o turista-internauta a “consumir” a capital maranhense, criando, assim, algumas verdades (em sentido foucaultiano) e silenciando alguns acontecimentos importantes, como veremos na sequência.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS *CORPORA*

No percurso desenhado para esta pesquisa, tecemos algumas discussões sobre os pilares teóricos mobilizados para o presente estudo em capítulos anteriores. Dessa forma, durante primeiro capítulo discutimos alguns postulados da Análise do Discurso (AD) francesa de matiz foucaultiana, em especial, algumas categorias que compõem o método arqueogenealógico, como *história nova*, *dispersão*, *ruptura*, *enunciado*, *discurso* e outros, categorias essas que serão acionadas neste capítulo dedicado à análise do *corpus*; assim como no capítulo segundo articulamos algumas discussões a respeito das contribuições aristotélicas na Nova Retórica proposta pelo filósofo belga do direito, Chaïm Perelman, em parceria com Lucie Olbrechts-Tyteca, especialmente no tocante à taxonomia argumentativa proposta pelos tratadistas.

Com relação aos capítulos terceiro e quarto, tecemos algumas discussões sobre alguns acontecimentos históricos ocorridos na capital maranhense desde o século XIX ao século XXI, no intuito de destacar a influência de algumas dessas passagens históricas no discurso de vertente turística que enuncia a cidade de São Luís no espaço virtual, a partir do olhar das plataformas digitais da Prefeitura Municipal de São Luís e do Governo do Estado do Maranhão.

É importante reiterar que os enunciados que serão analisados discursivo-argumentativamente são oriundos da rede mundial de computadores e por esse motivo, em certa medida, estamos adentrando um campo da linguagem conhecido como “linguagem na internet”.

Dessa forma, os sujeitos que enunciam sobre a capital maranhense no ciberespaço precisam ser bastante persuasivos e convincentes – além de possuir um ethos discursivo bastante credível – para fazer com que o seu público do outro lado da tela do computador ou *smartphone* se interesse pela capital maranhense e pelos atrativos naturais e culturais que a cidade tem a oferecer.

Por esse motivo, para este estudo, adotaremos a perspectiva de Recuero (2009, p. 15) no tocante à noção de redes sociais, ao compreendermos que as plataformas digitais que compõem o *corpus* da nossa pesquisa podem ser consideradas *redes sociais na internet*, uma vez que formam uma rede (no sentido de uma trama) que conecta uma rede de pessoas. Ou seja, toda ferramenta de troca de informações disponível na internet é/pode ser considerada uma rede social

digital, uma vez que conecta vários sujeitos sociais em qualquer parte do Globo, desde que tenham acesso à rede mundial de computadores.

Nesse contexto, os enunciados oriundos das plataformas digitais/redes sociais digitais oficiais da Prefeitura de São Luís e do Governo do Estado do Maranhão seguem a noção foucaultiana de enunciado, para quem um enunciado não deve ser confundido com uma frase, com algo limitado ao verbal, ao linguístico.

O enunciado, na perspectiva foucaultiana, apresenta uma função enunciativa que reside na exterioridade da linguagem, sendo a responsável pela compreensão de que o enunciado implica explicitar certas condições de produção, certas regras de controle e o campo em que esse enunciado se realiza (FERNANDES, 2012).

Dessa maneira, ponderamos que os enunciados constituintes de um discurso oficial que promove a cidade de São Luís no ciberespaço possuem uma determinada função enunciativa que, ao seu turno, possui laços estreitos com o universo extra verbal, cujas condições de produção e efeitos de sentido irão contribuir (ou não) para que um turista-internauta em potencial venha experimentar a capital maranhense e todos os seus atrativos turísticos.

A noção de enunciado foucaultiana não se limita, portanto, ao linguístico, ao verbal e por isso ela permeia toda a nossa análise, uma vez que o nosso *corpus* é composto por enunciados verbais e verbo-visuais que giram em torno de algum aspecto da diversidade cultural encontrada na capital maranhense.

É importante destacar também que a noção de rede utilizada por Recuero (2009) se assemelha muito à noção de discurso que adotamos nesta pesquisa, pois ambas propõem a subjetividade dos sujeitos em interlocução numa espécie de trama que os interliga (a rede). Acreditamos também que as redes sociais na internet funcionam como uma espécie de suporte textual², pois dependendo da rede social digital, certos enunciados são adaptados a um determinado padrão.

Por se tratarem de sites, na perspectiva de Recuero (2009, p. 175), as plataformas digitais supracitadas se assemelham a um *weblog*, uma ferramenta digital na qual em sua estrutura estão pequenos textos dispostos em ordem cronológica inversa, com a possibilidade de interação entre os sujeitos por meio de comentários, além da presença de elementos visuais como imagens.

² A noção de suporte textual adotada neste estudo está ancorada nos postulados de Marcuschi (2003, p. 11) para quem um suporte textual de um gênero textual pode ser entendido como um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação para um gênero materializado como texto.

Assim, optamos por verificar no discurso da plataforma digital da Prefeitura de São Luís e também na plataforma do Governo do Estado como a capital maranhense é discursivizada no espaço virtual. A escolha em trabalhar com as plataformas em questão aconteceu por acreditarmos que o discurso que promove São Luís no espaço virtual pode ser considerado como um discurso oficial, uma vez que não é qualquer sujeito que discursiviza a capital maranhense, mas esferas do poder.

Dessa maneira, o discurso que promove a capital maranhense na internet não está inscrito apenas na esfera política, mas também na esfera turística, afinal, quem estaria mais apto a discursivizar a capital maranhense do que os poderes locais?

Portanto, nossa pesquisa tem como objetivo principal analisar como essas instâncias do poder local agenciam informações sobre a cidade de São Luís no intuito de atrair turistas-internautas para essa região. Dessa forma, buscamos realizar uma análise discursivo-argumentativa dos enunciados que compõem um discurso turístico sobre a cidade de São Luís nas plataformas digitais da Prefeitura e também do Governo, por acreditarmos que existe uma dupla função discursiva nessas esferas do discurso político que o aproxima do discurso turístico: a) são criadas vontades de verdade sobre a capital maranhense, no intuito de promovê-la como um destino único entre as cidades nordestinas e também brasileiras e; b) existem argumentos que subjazem aos enunciados das referidas plataformas no intuito de convencer/persuadir o turista-internauta a conhecer (ou mesmo voltar) à cidade de São Luís.

A metodologia adotada para este estudo é de base qualitativa e também está ancorada no *método arqueogenealógico* proposto por Michel Foucault, uma vez que analisamos diferentes enunciados e acontecimentos discursivos sobre a história da cidade de São Luís que, em certa medida, influenciam no discurso que promove a capital maranhense nas plataformas digitais dos poderes locais. A arqueogenealogia foucaultiana estará presente em nossas análises, enquanto teoria, ao compreendermos que a história da cidade de São Luís apresenta não apenas a versão oficial, mas também uma versão não oficial, diferente dos livros de história em perspectiva tradicional.

Nesse contexto, algumas noções como de *dispersão*, *ruptura* e *história nova* (arqueológicas), assim como a relação *saber-poder* (genealógica) serão elementos-chave para que possamos compreender camadas mais profundas dos argumentos

lançados pelas plataformas digitais das instâncias de poder supracitadas no intuito de promover a capital maranhense no espaço virtual.

Já a arqueogenealogia foucaultiana enquanto metodologia faz-se presente em nossa pesquisa em momentos pontuais: a) na seleção/delimitação do *corpus*, onde selecionamos alguns enunciados a partir de regularidades discursivas e; b) na organização dos enunciados selecionados para análise em três formações discursivas, entendidas pelo filósofo francês como um elo discursivo.

Do ponto de vista teórico, adotaremos a taxonomia argumentativa proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) para compreendermos as relações de persuasão/convencimento utilizados pela Prefeitura e Governo do Estado em suas plataformas digitais, no intuito de promover o turismo na capital maranhense.

É válido ressaltar que o nosso estudo ancora-se em duas perspectivas discursivas que à primeira vista parecem se contrapor mas que, em nosso olhar, são perspectivas que se complementam. Em nossa leitura, acreditamos que a *verossimilhança* apresentada em um determinado discurso pelo seu orador, como vimos durante o segundo capítulo deste estudo, funciona como um elemento que na perspectiva foucaultiana pode ser entendida como uma *vontade de verdade*, enquanto na perspectiva perelmaniana podemos concebê-la (a verossimilhança) como a própria argumentação, no sentido em que ela (a argumentação) é constituída pelo convencimento aliado à persuasão.

Nesse interim, nos propomos realizar uma análise discursivo-argumentativa a partir de enunciados dispostos nas plataformas digitais da Prefeitura de São Luís e também na plataforma do Governo do Estado, por acreditarmos que nessas plataformas políticas existe um grande diálogo com o discurso turístico que visa apresentar a capital maranhense como um produto a ser consumido, seguindo uma lógica capitalista e que, para isso, se valem de argumentos que “criam” uma cidade próxima a do cotidiano dos ludovicenses na expectativa de convencer/persuadir o turista-internauta a visitar (ou mesmo voltar) São Luís.

Assim, considerando que pela arqueologia as regularidades discursivas permitem depreender a unidade discursiva em uma dispersão de enunciados, os enunciados selecionados para esta análise foram elencados considerando-se três formações discursivas³ (FD's), a saber: a) a do *patrimônio material*, cujos

³ Ver definição na página 22.

enunciados gravitam em torno do acervo arquitetônico disponível no Centro Histórico de São Luís, ou seja, é o patrimônio de pedra e cal, de fato; b) a FD do *patrimônio imaterial*, caracterizada pelos enunciados que versam, sobretudo, sobre o São João de São Luís e suas manifestações culturais mais populares e; c) a FD sobre a *diversidade cultural*, uma espécie de fusão das duas primeiras FDs, que visa à inclusão do maior número de turistas-internautas, independentemente do poder aquisitivo e etnia.

Por esse critério, chegamos a um total de 24 enunciados verbais e verbo-visuais, sendo que 17 desses enunciados foram extraídos da plataforma da Prefeitura Municipal de São Luís e outros 07 enunciados oriundos da plataforma do Governo do Estado do Maranhão.

É importante esclarecer que a maioria dos enunciados selecionados para a análise deste estudo são oriundos da plataforma da Prefeitura Municipal de São Luís pelo fato dela ser a principal interessada em vender a capital maranhense como um destino/produto a ser consumido no ambiente virtual. A plataforma do Governo do Estado do Maranhão é mais abrangente no sentido de que o Governo não visa promover apenas a cidade de São Luís, mas outros destinos maranhenses como Alcântara, Barreirinhas (Lençóis Maranhenses), Morros, entre outros.

Cabe destacar que os enunciados que compõem o *corpus* da nossa pesquisa foram retirados das plataformas digitais da Prefeitura e do Governo do Estado durante o primeiro semestre de 2018, assim que as aulas no mestrado foram iniciadas. É importante ressaltar que o site da Prefeitura de São Luís disponibiliza um hiperlink dentro do seu site oficial para tratar, exclusivamente, do turismo na capital maranhense.

Contudo, a Prefeitura de São Luís, até o início do segundo semestre de 2019 – momento em que realizamos as análises da pesquisa – não acrescentou nenhuma nova informação em seu site oficial. Já a plataforma do Governo do Estado do Maranhão, no presente ano, disponibilizou um hiperlink em sua plataforma oficial para tratar da programação do São João oficial 2019, destinado a tratar sobre as atrações culturais que iriam compor a festividade em todo o Estado.

6.1 A FORMAÇÃO DISCURSIVA EM TORNO DO PATRIMÔNIO MATERIAL

Nesta sessão, nos propomos a analisar alguns enunciados retirados tanto da plataforma digital da Prefeitura de São Luís, quanto do Governo do Estado, que

versam sobre o patrimônio material, especialmente no tocante às construções e azulejos herdados dos portugueses.

Lembramos que uma *formação discursiva*, em perspectiva foucaultiana, funciona como uma espécie de elo discursivo, que une determinados enunciados por conta de uma característica (regularidade) que possuem em comum. Neste caso, trata-se de enunciados verbais e verbo-visuais que tenham relação com o patrimônio palpável, com o patrimônio material.

É importante salientarmos também que a ideia de patrimônio adotada nesta pesquisa segue a ideia proposta pela UNESCO: de ser um legado recebido pelos nossos ancestrais, capaz de nos conectar com o nosso passado, nos auxiliando a compreender nossa identidade enquanto sujeitos sociais e históricos.

Contudo, existem diferenças entre o *patrimônio cultural* e o *patrimônio imaterial*. O primeiro se apresenta como um agente de preservação da memória, identidade e criatividade dos povos e das riquezas naturais, representado por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico (UNESCO, 2017). Já o patrimônio imaterial, se caracteriza por não se apresentar como algo sólido, assim como o patrimônio cultural material, mas por ser representado pelas práticas e domínios da vida social que se manifestam na forma de saberes, ofícios, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas (IPHAN, 2014).

Dessa forma, os enunciados selecionados nesta sessão serão analisados à luz da AD francesa de matiz foucaultiana e também da taxonomia argumentativa proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Esses enunciados pertencerão à FD destinada ao patrimônio material, por se enquadrar como bens tombados e reconhecidos pela UNESCO.

O primeiro enunciado retirado da plataforma da digital da Prefeitura de São Luís, diz respeito a esse patrimônio material e também a uma das identificações que são o carro-chefe do discurso turístico da referida plataforma, o “Patrimônio da Humanidade”:

Figura 5 – O Patrimônio da Humanidade segundo o site da Prefeitura de São Luís



Fonte: <http://turismosaoluis.com.br/>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

Na figura 5, temos um enunciado verbo-visual no qual a Prefeitura de São Luís elege como um dos pilares do seu discurso turístico a identificação de uma cidade “Patrimônio da Humanidade”. Tal identificação não se refere apenas aos azulejos lusitanos, como no prédio à direita da imagem, onde funciona o Museu de Artes Visuais, localizado na Rua Portugal. O enunciado em questão evoca na memória e no pathos⁴ do turista-internauta, mesmo que de maneira implícita, uma outra identificação atribuída à São Luís: a de “Cidade dos Azulejos”.

Neste interim, podemos compreender que este enunciado verbo-visual possui uma dimensão altamente persuasiva, pois a plataforma da Prefeitura não visa apresentar a cidade de São Luís somente como um destino, ela cria uma espécie de desejo para que o turista-internauta sinta-se tentado a conhecer (e a consumir) a capital maranhense para poder experimentar essa arquitetura lusitana que contribuiu para que a cidade recebesse o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997.

Na figura 5 aparece ainda uma outra identificação que complementa essa heterotopia⁵ que é a capital maranhense: a de França Equinocial. Nesse enunciado, a identificação de França Equinocial parece ser silenciada, pelo menos momentaneamente, uma vez que os franceses, como afirma Lacroix (2002) em sua

⁴ Ver definição na página 44.

⁵ Ver definição na página 108.

pesquisa, não deixaram nada palpável na cidade, o que nos leva a inferir que somos tributários, no que diz respeito à arquitetura e ao projeto da cidade, aos portugueses.

Contudo, a imagem que aparece na tela inicial da referida plataforma (figura 5), parece ser um pouco obsoleta. Nela é possível observarmos um silenciado sobre o atual estado de conservação do Centro Histórico de São Luís, como poderemos verificar no enunciado abaixo:

Figura 6 – Imagem de transeuntes durante o São João de São Luís 2019



Fonte: <<https://oquartopoder.com/maranhao/mosaico-de-bandeirinhas-enfeita-o-ceu-do-centro-historico-de-sao-luis/>>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

Em perspectiva argumentativa, a figura 6 apresenta-se uma prova extra técnica⁶, uma vez que nela é possível observarmos o atual estado de conservação do Centro Histórico ludovicense e por se tratar de uma prova que não foi inventada pelo orador, em nosso caso, pela plataforma da Prefeitura. A figura 6 foi retirada de uma outra plataforma digital, não oficial (se comparada à plataforma da Prefeitura ou do Governo), no intuito de mostrarmos como são criadas vontades de verdade para a promoção do turismo na capital maranhense.

⁶ Ver definição na página 44.

Se compararmos a figura 5 com a figura 6, é possível verificar na imagem divulgada pelo site da Prefeitura (figura 5) um certo orgulho em apresentar ao turista-internauta uma cidade Patrimônio da Humanidade. Em contrapartida, a imagem da figura 6, capturada recentemente, vide a decoração junina deste ano, não condiz com a atual realidade da mesma localidade, cujos prédios tombados pelo IPHAN e reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO parecem estar em situação de abandono, com alguns azulejos quebrados ou retirados por vândalos, pintura precária, problemas no calçamento do Centro Histórico, dentre vários outros problemas de infraestrutura.

Neste contexto, podemos observar que existe uma vontade de verdade criada pela plataforma da Prefeitura, pautada numa verossimilhança, no intuito de convencer o turista-internauta a visitar a capital maranhense, famosa pela sua arquitetura lusitana. Ao representar o patrimônio material de São Luís na figura 5, a plataforma da Prefeitura nos permite ter a sensação de que São Luís é uma cidade que zela pelo seu patrimônio cultural, que há fortes investimentos para que o Centro Histórico ludovicense continue de pé e conservado. Contudo, enquanto nativos da capital maranhense, sabemos que a realidade vivenciada por nós difere bastante da apresentada ao turista-internauta.

Lembramos que a nossa proposta não é a de apontar possíveis falhas nas atuais gestões tanto da Prefeitura quanto do Governo do Estado, mas verificar que existe, mesmo que por meio de imagens (que na perspectiva foucaultiana podem ser consideradas enunciados), silenciamentos e construções de verdade que visam a adesão do turista-internauta à tese principal que é a de que vale a pena conhecer a cidade de São Luís, uma vez que a capital maranhense é apresentada pelos poderes públicos locais como um destino turístico singularizado.

Se ao acessarmos o site da Prefeitura de São Luís nos deparamos com uma imagem do Centro Histórico ludovicense bem conservado, que relembra não apenas o passado da cidade, mas também o seu tombamento no ano de 1997, é possível perceber também que existe um argumento na forma de imagem que manipula o turista-internauta: uma verdade construída a partir de um Centro Histórico bem conservado e movimentado, que não representa a realidade que presenciamos diariamente.

Isso revela não apenas um procedimento argumentativo como mecanismo externo de exclusão, em perspectiva genealógica – vontade de verdade –, revela

também uma mecânica de poder capaz de influenciar o turista-internauta em potencial. A partir da imagem da figura 5 é evocada no turista-internauta uma identificação de uma cidade reconhecida pela UNESCO como um patrimônio cultural da humanidade, mas não apenas isso, é suscitado no turista-internauta um sentimento (pathos) de que ao visitar São Luís, ele poderá vivenciar passeios numa cidade histórica e reconhecida pelos seus monumentos de pedra e cal por uma instância de credibilidade e renome internacional: a UNESCO.

Entretanto, numa perspectiva argumentativa, a figura 5 representa um argumento baseado na estrutura do real de sucessão do tipo de vínculo causal, uma vez que esse tipo de argumento busca uma causa correspondente a um determinado efeito. Neste caso, os prédios mostrados na figura 5 funcionam como uma ilustração de um acontecimento – o tombamento do Centro Histórico de São Luís/reconhecimento da UNESCO – a uma identificação atribuída à cidade: um Patrimônio da Humanidade.

Mais uma vez reiteramos que não é nossa intenção atacar determinada instância de poder, mas de perceber como são agenciadas certas informações nessas plataformas tidas por nós como oficiais e perceber algumas descontinuidades, alguns silenciamentos e vontades de verdade no momento de discursivizar a capital maranhense no ciberespaço como um produto a ser consumido.

Além do argumento de vínculo causal, ainda na família dos argumentos baseados na estrutura do real de sucessão, podemos inferir que a figura 5 representa um argumento pragmático, por se apresentar como um argumento que parte de uma instância de credibilidade (a Prefeitura Municipal) e que é aceito pelo senso comum como uma verdade incontestável. Por se tratar de um enunciado disposto na plataforma da Prefeitura, os turistas-internautas são inclinados a acreditar, dada a credibilidade dessa instância, que o Centro Histórico da cidade é igual ao da imagem.

Tal fato nos leva a acreditar, dentro dos argumentos baseados na estrutura do real, na família dos argumentos de coexistência, que se trata de um argumento de autoridade, uma vez que a figura 5 se apresenta como um argumento influenciado pelo prestígio conferido à Prefeitura Municipal, o que complementa o sentido do argumento pragmático: a prefeitura da cidade é dotada de certo prestígio, afinal, trata-se de um site oficial e não de uma fonte não confiável, na qual a própria

Prefeitura funciona como uma autoridade, atuando de maneira persuasiva no desejo dos turistas-internautas em conhecer a capital maranhense.

Ainda na plataforma da Prefeitura, na sessão intitulada “História da Cidade”, temos o seguinte enunciado verbal:

São Luís foi fundada em 08 de setembro de 1612, quando uma expedição francesa comandada pelo conquistador francês Daniel de La Touche (Senhor La Ravardiere), com apoio de Maria de Médicis, parte de Saint-Malo, na Bretanha, para fundar a França Equinocial, na região dos trópicos. A cidade, que recebeu o nome de São Luís em homenagem ao rei da França, passou ao domínio português logo depois, em 1615, dando fim ao projeto de criação da chamada França Equinocial. (História da Cidade. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: <http://turismosaoluis.com.br/historia_da_cidade/100>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Neste fragmento, temos novamente uma construção de verdade adotada pela referida instância, de que a capital maranhense teria sido fundada por franceses. Como vimos durante o capítulo 3, a capital maranhense recebe tal identificação em meados do século XIX, momento em que a cidade enfrenta uma crise econômica no contexto da abolição da escravidão no Brasil.

Desse modo, entendemos, numa perspectiva da nova história sobre a fundação de São Luís discursivizada por Lacroix (2002), que essa ideologia da singularidade criada a partir do mito de uma fundação francesa da cidade é uma medida desesperada para amenizar o orgulho ferido do maranhense que agora já não é mais a quarta economia do país.

Ainda no mesmo fragmento, é possível perceber, novamente, uma vontade de verdade criada pela Prefeitura da cidade, uma vez que a expedição comandada por La Touche teria recebido o apoio de Maria de Médicis que, como vimos no capítulo 3, não iria colocar a França em conflito com Portugal e Espanha, sobretudo com a Espanha, já que o Luís XIII iria contrair matrimônio com a infanta espanhola D. Ana d'Áustria. Uma aliança entre os reinos da França e Portugal seria mais interessante do que o desejo da França em fundar uma colônia na região dos trópicos.

Além dessa ruptura na história tradicional da cidade, em que apresentamos algumas descontinuidades que são silenciadas ou apagadas, compreendemos que talvez a única informação que se aproxime da realidade, a informação que seja mais verossímil, seja a que diz respeito ao nome da cidade, que os portugueses conservaram uma vez que, como mostrou Lacroix (2002), nunca houve uma França Equinocial.

Ainda na mesma sessão, temos um segundo enunciado que versa sobre o patrimônio material:

A história de São Luís está escrita nas ruas, nas calçadas de pedras, nas fachadas azulejadas e nos casarões coloniais do seu Centro Histórico, formado por aproximadamente 3.500 edificações de grande valor histórico e artístico. (História da Cidade. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: <http://turismosaoluis.com.br/historia_da_cidade/100>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Como podemos perceber, a identificação de patrimônio material vem sempre atrelada à história, à gênese da capital maranhense. É a partir da história contada numa perspectiva tradicional, com alguns acréscimos e floreios, que a Prefeitura tenta atrair os turistas-internautas em potencial.

No fragmento acima é dito que a história de São Luís é “escrita nas ruas, nas calçadas de pedra, nas fachadas azulejadas e nos casarões coloniais do seu Centro Histórico”, o que remeteria ao legado lusitano deixado na cidade.

Contudo, se observarmos o primeiro fragmento verbal, da mesma sessão, em comparação com o fragmento atual, percebemos que a cidade passa de colônia francesa para uma cidade edificada pelos portugueses num piscar de olhos o que, em perspectiva argumentativa, funcionaria como um argumento quase-lógico do tipo contraditório.

Todavia, como São Luís é discursivizada com uma cidade multifacetada, a Prefeitura prefere enunciar a capital maranhense como uma cidade/capital fundada por franceses, endossando a identificação de França Equinocial, e também como uma cidade colonizada pelos portugueses, daí a identificação de Patrimônio Cultural da Humanidade conferido pela UNESCO em 1997.

No discurso turístico, que atende a uma lógica do capital, nada é perdido. Como podemos perceber, mesmo identificações que se conflitam, como o caso da França Equinocial e do Patrimônio da Humanidade, a referida plataforma “costura” um discurso capaz de fazer com que essas identidades, então conflitantes, se tornem complementares, assim, São Luís transforma-se numa capital da diversidade cultural, numa heterotopia.

Na sessão intitulada “Paisagem Natural”, temos uma concretização da ideologia da singularidade, conforme a ponderação de Lacroix (2002), quando:

Mar, dunas e praias rodeiam toda a ilha de São Luís, que associadas ao Centro Histórico, configuram uma paisagem cultural singular. Com vista privilegiada do mar e abrigando o Forte São Luís está o Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado do Maranhão, donde é possível avistar, durante

a alta da maré, o encontro do rio Bacanga (à esquerda) com o rio Anil (à direita). O local representa um dos maiores símbolos da cultura maranhense, não apenas por estar no alto do promontório onde nasceu a cidade, mas também por sua trajetória histórica, sua arquitetura e seus bens móveis e artísticos. (Paisagem natural. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: <<http://turismosaoluis.com.br/paisagem/103>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

A capital maranhense não se torna diferente das demais cidades brasileiras, também colonizadas por portugueses, somente pela sua história, mas por ter sido, no olhar da Prefeitura, fundada por franceses. Além de ter sido fundada pelos franceses, fica implícito no enunciado acima que mesmo possuindo algumas características comuns às outras cidades nordestinas, como o mar e as dunas – que não sabemos se a prefeitura se refere às Fronhas Maranhenses do município de Raposa ou às dunas do Complexo de Barreirinhas – a paisagem que o turista-internauta se deparará, caso adira aos argumentos arrolados pela Prefeitura, é uma paisagem singular, devido aos monumentos tombados pela UNESCO, pela própria história da cidade, além das características que uma cidade nordestina pode oferecer, como praias, sol e altas temperaturas.

A cidade de São Luís, nesse interim, torna-se um objeto de desejo a ser perseguido pelos turistas-internautas, uma vez que a cidade apresenta características muito cosmopolitas que dão um ar singular a esse destino. O investimento em visitar capital maranhense valerá a pena, pois onde mais um turista encontrará uma cidade fundada por franceses, colonizada por portugueses, reconhecida pela UNESCO e que apresenta características de uma cidade litorânea?

Já a plataforma do Governo do Estado parece complementar as informações da plataforma da Prefeitura. Contudo, como a plataforma do Governo visa apresentar não apenas a capital maranhense como destino turístico, mas sim vários destinos dentro do Estado, a atenção da referida plataforma recai na história da cidade e no reconhecimento da UNESCO, uma vez que outras localidades do Estado apresentam outras características peculiares, que singularizam não mais a capital maranhense e sim o Estado.

Entretanto, como o nosso foco recai sobre a cidade de São Luís, temos no site do governo Estado o seguinte enunciado retirado da sessão “Nosso Maranhão”:

Mas é também uma terra de cultura e história imponentes, herança cultural dos movimentos colonizadores europeus – francês, holandês e português. Entre fortificações, conflitos de colonos e religiosos missionários, entre as influências da Companhia do Comércio do Maranhão e do Grão Pará, e da

influência das economias da cana-de-açúcar e do algodão, os movimentos colonizadores se desenrolaram em território maranhense a partir do século XIX, marcando seu desenvolvimento e deixando um importante acervo histórico e arquitetônico como legado. (Nosso Maranhão. Site do Governo do Estado, 2018. Disponível em: <<http://www.sectur.ma.gov.br/maranhao-de-todos-nos/#.W3Tpm5MnblU>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Temos aqui uma regularidade discursiva, com relação à plataforma da Prefeitura de São Luís, que ao contrário desta, a plataforma do Governo parece querer incluir mais uma comunidade europeia na gênese da cidade: os holandeses. A chegada e a expulsão dos holandeses no território maranhense foi tão menos expressiva, se comparada com os portugueses e franceses, que não existe na memória dos ludovicenses um apego a esse povo, somente aos franceses, pela possível fundação e aos portugueses, pelo acervo arquitetônico presente no Centro Histórico por meio das políticas de preservação salientadas no capítulo 4 deste estudo.

Contudo, o fragmento apresentado a partir da plataforma do governo parece ser um pouco mais polido e criar menos laços sociais, tocando bem menos no pathos do turista-internauta e utilizando mais o logos⁷, servindo como um agente informativo da história da cidade, numa perspectiva que coaduna com as ponderações de Lacroix (2002) no que diz respeito ao Maranhão do século XIX, cuja economia era pautada no cultivo de algodão e de cana-de-açúcar.

No item a seguir, analisaremos alguns enunciados que versam sobre o patrimônio imaterial, representado pelas manifestações culturais presentes em São Luís, especialmente, no período do festejo junino.

6.2 A FORMAÇÃO DISCURSIVA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Como vimos no item anterior, o Patrimônio Cultural/Material refere-se aos bens palpáveis que merecem ser preservados em uma dada localidade por conta de sua importância histórica na memória coletiva dessa comunidade. Neste sentido, o Patrimônio Imaterial vem a ser uma representação dos bens culturais que não são palpáveis, como uma tentativa de fazer com que lendas, mitos, cantigas, brincadeiras, línguas, danças dentre outras manifestações culturais não se percam com o tempo, especialmente sob a influência da globalização, que parece diluir e misturar culturas distintas.

⁷ Ver definição na página 44.

Dessa forma, a UNESCO desde a década de 1980 vem, junto às nações que compõem o Globo, estabelecendo diálogos para que certas comunidades não percam traços identitários que digam respeito à sua cultura. No Brasil, essa política parece ter ganhado força durante a primeira década nos anos 2000:

[...] É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção imaterial da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial.

Para muitas pessoas, especialmente as minorias étnicas e os povos indígenas, o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história [...]. (Patrimônio Cultural Imaterial. Site da UNESCO, 2017. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em 28 de julho de 2019.)

Compreendida a noção de Patrimônio Imaterial, passemos a falar do patrimônio imaterial local, em especial, das manifestações populares presentes durante o período de festejo junino em todo Estado.

É impossível falar em Patrimônio Imaterial na capital maranhense e não ser direcionado ou pensar numa das maiores manifestações populares do Brasil: o *Bumba-Meu-Boi*. No site da Prefeitura de São Luís, logo ao acessarmos a plataforma, nos deparamos com um *slide* de imagens que apresentam a cultura local em três segmentos: a primeira imagem, referente ao Bumba-Meu-Boi; a segunda, referente ao patrimônio material e a terceira, à gastronomia local.

Essa sequência de imagens apresentadas ao turista-internauta visitante da plataforma digital da Prefeitura, em certa medida, funciona como um elemento persuasivo no qual há um forte apelo ao pathos do turista-internauta: primeiramente, ele é seduzido pela cultura local (o Bumba-Meu-Boi) e, posteriormente, ao patrimônio material e à gastronomia. É importante lembrarmos que a escolha das letras cursivas e também em trazer muitas cores nesses enunciados verbo-visuais funcionam como elementos persuasivos que visam convencer o turista a visitar a capital maranhense.

Nesse contexto, ao acessarmos o referido site, somos guiados a aceitar a tese de que a capital maranhense, ao lado da identificação de Patrimônio da Humanidade (figura 5), é detentora da seguinte identificação:

Figura 7 – Imagem da manifestação popular Bumba-Meu-Boi



Fonte: <http://turismosaoluis.com.br/>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

Ao nos depararmos com essa identificação – Ilha de Sotaques – somos levados diretamente aos arraiais típicos do São João do Maranhão. Falamos em São João do Maranhão, pois na cidade de São Luís, pelo menos no ano de 2019, as maiores mobilizações para que essa festa acontecesse foram idealizadas e patrocinadas pelo Governo estadual.

Isso talvez porque, dentro de uma perspectiva capitalista, seja mais rentável uma maior promoção do São João do Estado do que, exclusivamente, da capital do Maranhão. Apesar de São Luís apresentar arraiais com uma diversidade grande de atrações folclóricas, como o Bumba-meu-boi, o Tambor de Crioula, a Dança do Coco, do Lelê, Cacuriá, Quadrilhas, dentre muitas outras manifestações populares, essa diversidade parece tornar-se maior se discursivizada/promovida no âmbito estadual.

Durante a coleta de enunciados para a realização desta pesquisa, percebemos que desde o ano de 2018 o site da Prefeitura de São Luís não recebeu nenhuma atualização, ao contrário do site do Governo do Estado, que não apenas foi atualizado, como ainda disponibilizou um hiperlink, dentro do site original, exclusivamente para tratar da programação do São João 2019:

Figura 8 – Imagem da promoção do São João 2019 pelo Governo do Estado



Fonte: <http://www.ma.gov.br/saojoaodomaranhao/>. Acesso em 30 de maio de 2019.

É importante que percebamos as regularidades discursivas presentes nos enunciados verbo-visuais da figura 7 e da figura 8. A primeira, disponível na plataforma da Prefeitura, aparece logo na tela inicial do referido site, como se fosse um cartão de visitas. Na ordem do *slide* de fotos com algumas identificações atribuídas à capital maranhense, a imagem da figura 7 é a primeira a ser reproduzida, antes mesmo que a figura 5, que remete ao patrimônio material.

Em perspectiva argumentativa, existe um certo apelo ao pathos do turista-internauta que acessa o site da Prefeitura de São Luís pois a primeira identificação, o primeiro impacto, o cartão de visitas que aparece na tela inicial do computador desse internauta discursiviza a capital maranhense como uma “Ilha de Sotaques”.

Entretanto, o turista-internauta mais desavisado, pode não entender o que o enunciado “Ilha de sotaques” signifique. Para a população local, tal enunciado remete tanto aos cinco sotaques de Bumba-Meu-Boi presentes no Maranhão, como representa a pluralidade de manifestações culturais existentes na capital maranhense.

É válido lembrar que a brincadeira de Bumba-Meu-Boi não acontece exclusivamente no Maranhão e nem unicamente na capital maranhense. Contudo, São Luís por meio de discursos como esse de sua Prefeitura e de estratégias argumentativas que visam à adesão dos turistas-internautas por meio de propagandas do São João local, apropriou-se da manifestação cultural de tal maneira que o Maranhão, ao lado do epíteto de “Cidade dos Azulejos”, é reconhecido fora do Estado como a “Terra do Bumba-Meu-Boi”.

É importante observarmos, dentro de uma mecânica do poder, o alcance que os poderes locais – Prefeitura e Governo – possuem, pois ao discursivizar a capital maranhense como uma Ilha de Sotaques, o turista-internauta se sente atraído a vir experimentar essa outra vertente da capital maranhense, não mais voltada unicamente ao patrimônio material ou à sua história.

O apelo ao patrimônio imaterial, em especial, ao Bumba-Meu-Boi, que é visto com maior frequência durante o festejo junino, é tão forte que o Senado brasileiro concedeu mais um título à capital maranhense, o de *Capital Nacional do Bumba-Meu-Boi*⁸:

O Plenário do Senado aprovou nesta segunda-feira (3) o projeto que reconhece a cidade de São Luís, no Maranhão, como a capital nacional do Bumba Meu Boi (PLC 3/2018). A matéria, de iniciativa do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) no último dia 21 de maio e enviada ao Plenário em regime de urgência. Agora, segue para a sanção da Presidência da República. (Senado aprova São Luís como capital nacional do Bumba Meu Boi. Site do Senado, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/03/senado-aprova-sao-luis-como-capital-nacional-do-bumba-meu-boi>>. Acesso em 05 de junho de 2019.)

Ao que parece, o novo título conferido à cidade de São Luís – de Capital nacional do Bumba-Meu-Boi – parece ter sofrido um processo semelhante ao de reconhecimento da UNESCO no ano de 1997, porém, em âmbito nacional. Contudo, é possível prever que a partir desse novo título, as publicidades que promovem o turismo local devem se valer desse novo epíteto para fazer com que um maior número de turistas-internautas adira à tese principal de ambas as plataformas de poder: vir visitar a capital maranhense.

Além dessa mecânica de poder realizada para que o Senado, uma instância oficial, credível, respeitada, reconhecesse São Luís como uma capital nacional da referida manifestação popular, existe, em perspectiva argumentativa, argumentos semelhantes aos argumentos arrolados no item anterior.

Dessa maneira, não apenas Prefeitura, mas o Governo do Estado, assim como o próprio portal do Senado Brasileiro funcionam como instâncias que possuem um discurso cujos argumentos são pragmáticos, não cabendo contestação do auditório que recebe essas informações, neste caso, os turistas-internautas, assim

⁸ Em dezembro de 2019 o Complexo Cultural do Bumba-Meu-Boi foi reconhecido pela UNESCO como um Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/12/11/bumba-meu-boi-e-eleito-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade.ghtml>>. Acesso em 29 de dezembro de 2019.

como os argumentos utilizados por essas plataformas são argumentos de autoridade, que reforçam os argumentos pragmáticos.

Contudo, acreditamos que a figura 7, em comparação com a figura 8, traz a memória de uma São Luís sinônimo de um patrimônio imaterial singular, mas é na apresentação do São João 2019 do Governo do Estado (figura 8) que percebemos um esforço maior em apresentar essa festa ao turista-internauta e não somente a capital maranhense ou outra localidade do Maranhão.

Nela (figura 8) temos a *digital influencer* maranhense Thayanara O.G. simbolizando não apenas o povo que faz parte da nossa base cultural – os indígenas – mas os brincantes de Bumba-Meu-Boi. Nesta imagem, a influenciadora aparece trajando um “chapéu de boiadeiro”, típico da brincadeira de Bumba-meu-boi, assim como segura em suas mãos as “matracas” – que são instrumentos utilizados em alguns sotaques dessa brincadeira.

Esses dois símbolos da brincadeira de Bumba-Meu-Boi em questão, juntamente com as filiações étnicas da modelo, fazem com que nos remetamos prontamente a essa manifestação popular. Entretanto, na mesma imagem temos dois pontos a considerar: o período oficial do festejo junino e os espaços onde essas manifestações populares poderão ser apreciadas.

Com relação ao primeiro aspecto, segundo a figura 8, o São João do Maranhão aconteceria entre os dias 19 a 30 de junho. Todavia, nós, nativos da cidade de São Luís, em especial, o sujeito que escreve este estudo, sabemos que o São João, pelo menos em São Luís – e talvez em Alcântara – inicia na segunda quinzena do mês de maio, permanece por todo mês de junho, se estende pelo mês de julho – por conta do período de férias escolares no país – e tem a cerimônia da “morte do boi” realizada no mês de agosto, finalizando este ciclo.

É importante que percebamos que no discurso oficial do Governo estadual, o São João maranhense durou cerca de duas semanas no presente ano. Entretanto, em perspectiva da história nova, sabemos que tal assertiva possui algumas descontinuidades, apresentando, assim, algumas vontades de verdade. Primeiramente porque o São João na capital maranhense tem início, pelo menos no Centro da cidade e no bairro da Madre Deus, na segunda quinzena de maio, quando inicia a Festa do Divino Espírito Santo.

Todos os anos a Casa das Minas e a Casa de Nagô – importantes espaços de culto a religiões de matriz africana – iniciam suas festividades no mês de maio.

Enquanto morador desse bairro, é possível também escutar os primeiros ensaios da Companhia Barrica, uma das mais tradicionais companhias de Bumba-Meu-Boi do Maranhão, iniciarem seus ensaios logo após o Carnaval.

Dessa forma, notamos que existe um São João oficial, que possui data e local exato para acontecer e outro que só a população local presencia e que sabe que se estende por meses. É uma festa junina que inicia não em junho, mas em maio e se estende até agosto.

Um outro ponto a ser destacado, ainda com relação à figura 8, é que o São João oficial proposto pelo Governo do Estado para o turista vivenciar acontece em três espaços: no Ipem, na Praça Maria Aragão e na Praça Nauro Machado.

Colocando-nos na posição-sujeito de pessoas naturais da cidade de São Luís, percebemos que existe, de maneira implícita, uma programação destinada a três tipos de público: a) um público mais *cult*, que poderá presenciar um arraial mais “higienizado” e mais seguro, no Ipem – localidade que fica próxima à área nobre da cidade; b) a de um São João mais “democrático”, presente na Praça Maria Aragão, que chama atenção para o nativo e o turista mais “descolado” e; c) um São João mais “popular”, presente na Praça Nauro Machado, que é um espaço dentro do complexo Reviver.

Dessa maneira, percebemos que o Governo do Estado preocupa-se em criar ambientes/nichos específicos não apenas para agradar os locais, mas também para agradar a todos os tipos de turistas, desde os mais requintados aos turistas que vem apenas para lazer.

Na plataforma da Prefeitura de São Luís, na sessão intitulada “Aspectos culturais”, temos as seguintes informações sobre o patrimônio imaterial:

A Festa de São João, com seus diversos Arraiais, é celebrada durante todo o mês de junho e presta homenagens a Santo Antônio, São João, São Pedro e São Marçal.

O tradicional Bumba-Meu-Boi, considerado uma das manifestações culturais mais importantes da região, está vinculado ao calendário religioso, assim como grande parte das outras festas populares, como a Folia de Reis, o Divino Espírito Santo e o Cacuriá.

O Tambor de Crioula, realizado sem local específico ou calendário pré-fixado, ocorrendo em qualquer dia do ano – com maior concentração no carnaval, festejos juninos e em agosto, em homenagem a São Benedito, foi eleito patrimônio imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outras danças, como a Dança do Coco, a Dança do Lelê e as Quadrilhas, sintetizam as cores, formas e texturas das artes e também do Artesanato locais, encontrados na Feira da Praia Grande, na Casa de Nhozinho, CEPRAMA e Casa da Festa.

(Aspectos culturais. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018.

Disponível em: < <http://turismosaoluis.com.br/cultura/12>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Neste fragmento, daremos ênfase a três aspectos: a) a explicação do que é o São João; b) o destaque dado ao Bumba-meu-boi, em detrimento das demais manifestações populares e; c) ao Tambor de Crioula, uma outra manifestação cultural e imaterial que recebe menos atenção que o Bumba-Meu-Boi no discurso da Prefeitura da cidade.

Com relação ao primeiro aspecto, o São João na explicação da Prefeitura de São Luís, é uma manifestação da cultura local, em homenagem a santos cristãos e que acontece durante o mês de junho. Esse argumento contraria – argumento quase-lógico de incompatibilidade/contradição – o que é posto na figura 8, publicidade do Governo estadual, pois enquanto a Prefeitura enuncia que o São João acontece durante todo mês de junho, o Governo limita essa duração para parte do mês festivo.

Percebamos nesse enunciado uma mecânica do poder que, por meio de procedimentos de exclusão, silencia um São João não oficial, não digno de ser experimentado pelo turista-internauta em potencial, como comentado anteriormente e cria uma vontade de verdade pautada na organização e na higienização do São João oficial realizado em São Luís.

Com relação ao Bumba-Meu-Boi, há uma explicação, pouco elucidativa, do que seja essa manifestação e a plataforma da Prefeitura discursiviza tal patrimônio imaterial como mais uma atração cultural popular durante o festejo junino, apesar da relevância dada a essa brincadeira.

Já no tocante ao Tambor de Crioula, apesar de ser considerado também como um patrimônio imaterial, percebam que ele aparece em segundo plano, após ter sido mencionado o Bumba-Meu-Boi. Podemos entender que a ordem em que essas manifestações culturais são apresentadas é um elemento de persuasão, pois em primeiro plano virá sempre o Bumba-Meu-Boi, famoso em todo Brasil, em detrimento do Tambor de Crioula, manifestação mais regionalizada.

Notemos que a capital maranhense é discursivizada como Ilha de Sotaques, como Patrimônio da Humanidade, como Cidade dos Azulejos, recentemente, como Capital Nacional do Bumba-Meu-Boi, mas nunca como uma “Capital do Tambor de Crioula”.

Talvez daqui algum tempo, caso suceda um acontecimento importante em que a cultura do negro seja mais valorizada, apesar dos esforços na letra dos projetos e acordos arquitetados pela UNESCO, a cultura de base africana seja melhor e maior difundida.

Observem que nesse mosaico cultural que São Luís representa temos, em primeiro plano, a cultura do europeu, presente na história, na arquitetura da cidade e também na ornamentação da mesma; parte da cultura indígena, representada pelo Bumba-Meu-Boi, mas a cultura do negro não é tão discursivizada nesse discurso turístico oficial, é timidamente lembrada quando falamos do Reggae e nos espaços próprios para consumir essa cultura, além da gastronomia local, singularizada por apresentar pratos que pertencem aos três povos responsáveis pela origem do país: europeu, africano e indígena.

Na plataforma do Governo do Estado, o São João condiz com a ideia da figura 8, focada no Bumba-Meu-Boi. Ainda na sessão “Aspectos culturais”, site da Prefeitura, temos:

No Maranhão, o período junino é marcado por muitos sons, cores e sabores. É o tempo de celebrar todas as ricas manifestações culturais maranhenses, com destaque para o Bumba-Meu-Boi. São Luís se transforma em um enorme arraial, são várias estruturas montadas em diferentes pontos da ilha, para apresentações culturais, danças típicas e cantores regionais, além das barracas de comida típica. (Aspectos culturais. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: <<http://turismosaoluis.com.br/cultura/12>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Contudo, é na plataforma do Governo que entendemos os diferentes sotaques dessa manifestação tão popular e divulgada que é o Bumba-Meu-Boi, na sessão intitulada “Nosso Maranhão”:

Existem cinco diferentes sotaques (estilos) para o bumba-meu-boi: sotaque de zabumba, típico da cidade de Guimarães; sotaque de matraca ou da Ilha, próprio de São Luís; sotaque da baixada; sotaque de costa-de-mão; e mais recentemente, o sotaque de orquestra, cada qual com suas particularidades e tradições. (Nosso Maranhão. Site do Governo do Estado, 2018. Disponível em: <<http://www.sectur.ma.gov.br/maranhao-de-todos-nos/#.W3Tpm5MnbIU>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

A título de ilustração e também por mostrar alguns silenciamentos realizados pelas plataformas em análise, o site *Férias Brasil*, por não possuir esse vínculo rigoroso com a “verdade” (se comparado aos sites oficiais), enuncia:

A melhor época para ir a São Luís é entre os meses de julho e dezembro, quando o tempo é quente e seco, com ventos frescos. De janeiro a junho as chuvas são constantes. As festas mais concorridas - Bumba-Meu-Boi e São

João - acontecem nos meses de junho e julho. Mas em maio, já dá para conferir os ensaios das coloridas e animadas festas! (Quando ir a São Luís. Site Férias Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.feriasbrasil.com.br/ma/saoluis/quandoir.cfm>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.)

Assim podemos perceber que existem três cidades: a idealizada pelos poderes locais, a vivenciada pelos moradores locais e a criada para ser um atrativo turístico, valendo-se, sobretudo da união do patrimônio imaterial com o patrimônio material.

No item seguinte, discutiremos a última formação discursiva deste estudo, a formação que se refere à diversidade cultural da cidade, o atual mote turístico de ambas as plataformas – Prefeitura e Governo – que, ao seu turno, singularizam a capital maranhense, transformando-a numa *Mignonne du Brésil*.

6.3 A FORMAÇÃO DISCURSIVA DA DIVERSIDADE CULTURAL

Antes de iniciarmos as discussões a respeito da terceira e última FD que compõe nossa pesquisa, devemos alertar o leitor de que optamos por dedicar uma sessão exclusiva a esse mote turístico por percebermos que ambas as plataformas digitais – Prefeitura e Governo – enunciam a capital maranhense como uma cidade multicultural.

Lembremos essa identificação ancorada na diversidade cultural encontrada em São Luís já havia sido mencionada na tese de doutoramento de Carvalho (2009), ocasião em que a cidade de São Luís recebe o título de *Capital Brasileira da Cultura* no ano de 2009. Atualmente, a plataforma da Prefeitura relembra este título atribuído à São Luís no ano de 2009 e nos fornece uma informação adicional: de que no ano de 2012 a capital maranhense é reconhecida como *Capital Americana da Cultura*:

[...] A cidade de São Luís foi eleita Capital Brasileira da Cultura, em 2009, e Capital Americana da Cultura, em 2012. Visite e sinta a história, a cultura e a paisagem de São Luís! (História da Cidade. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: <http://turismosaoluis.com.br/historia_da_cidade/100>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Podemos inferir que o discurso turístico sobre a cidade de São Luís pautado na diversidade cultural visa vender a cidade como um produto multifacetado, uma vez que no enunciado acima, a Prefeitura enuncia a capital maranhense como Capital Brasileira da Cultura, como Capital Americana da Cultura e como um lugar

em que o turista precisa conhecer (ou voltar) para poder vivenciar “a história, a cultura e a paisagem de São Luís”.

Dessa forma, acreditamos que a união dos patrimônios materiais e imateriais – como podemos compreender no convite realizado pela referida plataforma no tocante à história, cultura e paisagem ludovicense – além de dar um aspecto heterotópico, em perspectiva foucaultiana, para a cidade de São Luís, também é responsável por fazer com que as diversas identificações atribuídas à capital maranhense complementem-se para formar uma identificação macro: a de Capital da Diversidade Cultural.

A nosso ver, as diversas manifestações populares presentes na capital e no Estado, não apenas no período oficial de festejo junino, mas em boa parte do ano, em coexistência com o Centro Histórico tombado e reconhecido pela UNESCO graças à sua arquitetura e azulejos de origem lusitana, são os principais elementos para tornar São Luís como sinônimo de tal identificação.

Nesse contexto, podemos compreender o epíteto Capital da Diversidade Cultural como um argumento que se enquadra tanto nos argumentos perelmanianos baseados na estrutura do real de sucessão dos tipos de vínculo causal, como também é considerado um argumento pragmático, além de ser um argumento de coexistência – dentro da família dos argumentos baseados na estrutura do real – de autoridade.

Contudo, se pararmos para vislumbrar toda a trajetória de outras gestões tanto da Prefeitura quanto do Governo do Estado em transformar São Luís no que ela é atualmente, turisticamente falando, poderemos inferir que o mesmo epíteto – Capital da Diversidade Cultural – evoca um argumento quase-lógico orientado pelo sacrifício, vide os processos que levaram ao reconhecimento do Patrimônio Material no ano de 1997 pela UNESCO.

Ainda de maneira implícita, temos um argumento baseado na estrutura do real de sucessão do tipo comparação quando presenciamos enunciados como:

Capital do Maranhão, São Luís oferece as melhores sensações em uma só programação turística. É possível apreciar sua história e patrimônio, a cultura viva de suas manifestações tradicionais e festas populares, gastronomia e artesanato, e a bela paisagem de mar e dunas que cerca a ilha e seu entorno. (Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: < <http://turismosaoluis.com.br/>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

No enunciado em questão, retirado da plataforma da Prefeitura da cidade, temos a diversidade cultural presente no patrimônio material e no patrimônio imaterial, quando são mencionadas as manifestações populares encontradas na cidade, a gastronomia multiétnica local, além das características praianas esperadas para uma cidade nordestina. Basicamente, a Prefeitura assevera, implicitamente: onde mais você, turista-internauta, irá encontrar tantos atrativos? Em que cidade do país ou do Nordeste?

Ainda na plataforma da Prefeitura, a *logo* que esta instância se vale é um elemento que remete a essa diversidade cultural encontrada na capital maranhense:

Figura 9 – Logomarca do site da Prefeitura de São Luís



Fonte: <http://turismosaoluis.com.br/>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

Neste enunciado verbo-visual, percebemos a existência de um argumento baseado na estrutura do real de sucessão do tipo por fins e meios, quando existe uma interação entre os objetivos a serem perseguidos e os meios utilizados para realizá-los.

Parece ser exatamente o que acontece nesta imagem (figura 9): temos nas letras que compõem o nome da cidade – São Luís – um conjunto de elementos que representam todas (ou a maioria) das características culturais da mesma. Temos na letra “S” a figura do *Fofão*, personagem típico do Carnaval de Rua de São Luís, logo abaixo, um boi, elemento principal da brincadeira de Bumba-Meu-Boi; ao lado, na letra “A” temos um prédio histórico, representante do acervo arquitetônico ludovicense, reconhecido pela UNESCO em 1997, acima do prédio, uma *Caixeira*, instrumentista da Festa do Divino Espírito Santo; o acento circunflexo de “São”, representado pelos guarás, animais típicos da fauna local; nas letras “O” e “L”, ao fundo, temos o mar que, embora esteja verde (pois sabemos que a coloração marítima maranhense é diferente por conta de sedimentos em suspensão), um coco na letra “O”, representando as férias que o turista deverá vir descansar em solo

maranhense; na letras “L”, temos uma figura que não sabemos ao certo se é uma dançarina do Tambor de Crioula ou do Cacuriá; na letra “U” temos um monumento presente na Praça dos Pescadores, remetendo à área praiana e nobre da cidade, ao mesmo tempo do outro lado da letra “U”, passando pelas letras “I” e “S” temos os aparelhos de som que compõem os “paredões de Reggae”, dentre muitas outras características que podemos citar na referida imagem.

Acreditamos que a figura 9, por si só, seria a principal representante do espectro “Diversidade Cultural” encontrada na capital maranhense, pois nela (figura 9) podemos observar traços da cultura indígena, africana e europeia coexistindo dentro de um mesmo espaço que é a palavra/cidade de São Luís.

A partir dessa logo criada pela e para a plataforma da Prefeitura Municipal, é possível observar a conexão da referida instância com o seu público. A Prefeitura toca o pathos do turista-internauta com essa diversidade cultural e étnica presente em São Luís, criando vínculos de interação, relação e laços sociais. O turista-internauta parece sentir-se representado com toda essa diversidade encontrada na capital maranhense.

Parece-nos que a Prefeitura da cidade foi muito feliz ao representar boa parte do mosaico cultural disponível na região em sua logomarca. Contudo, apesar dos esforços em dar voz à maioria dos elementos que compõe o patrimônio material e imaterial, ainda assim, parece ser o patrimônio material, como vemos no enunciado disposto abaixo na palavra “São Luís” – “Patrimônio da Humanidade” – que complementa a logo da Prefeitura, o principal mote turístico da cidade, segundo o referido site.

A sensação que temos é a de que as culturas que não são a do europeu, como a do indígena e do africano, parecem vir em segundo plano no discurso turístico da Prefeitura da cidade, fazendo com que elas se apresentem como identificações complementares à identificação mor que é eurocêntrica.

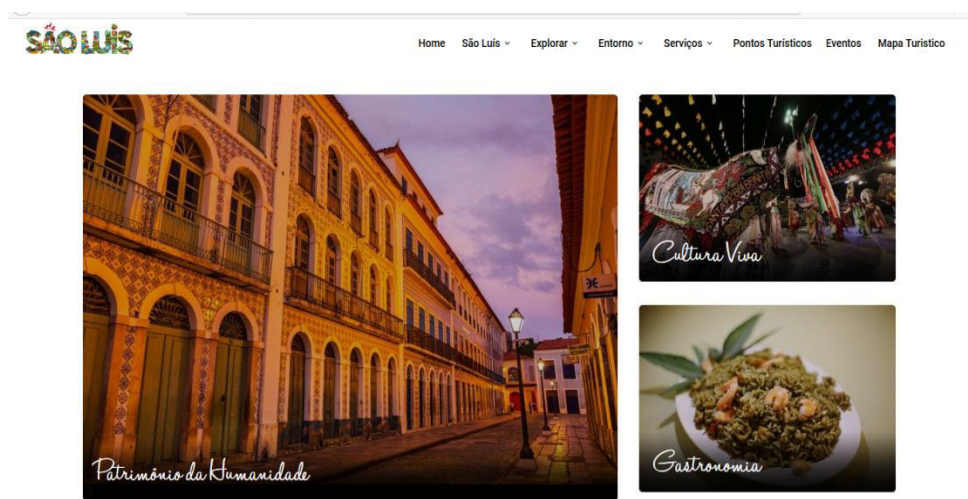
É como se a Prefeitura enunciasse: a cidade de São Luís é europeia, desde sua fundação à sua colonização, vide seu Centro Histórico reconhecido internacionalmente, mas nesse espaço europeu existem elementos “exóticos”, pertencentes à cultura de outros povos. Ao vir visitar esse lugar pitoresco, você, turista-internauta, poderá vivenciar um ambiente europeu, porém com um bônus, representado pelas demais culturas.

Desse modo, presenciamos uma vontade de verdade que discursiviza a capital maranhense como uma cidade/capital da diversidade cultural (figura 9) que, todavia, a presença do europeu parece ser o principal argumento para fazer com que o turista-internauta se interesse em vir conhecer ou mesmo voltar à cidade.

Contudo, essa é uma interpretação nossa, cabendo ao leitor aceitar a nossa tese ou não. Todavia, acreditamos que existe um grande esforço tanto da plataforma da Prefeitura, quanto do Governo do Estado, em discursivizar São Luís no ciberespaço como um destino multicultural para atrair todo tipo de público, desde os mais requintados ao mais populares, afinal, estamos incluídos numa lógica do capital na qual dinheiro simboliza poder.

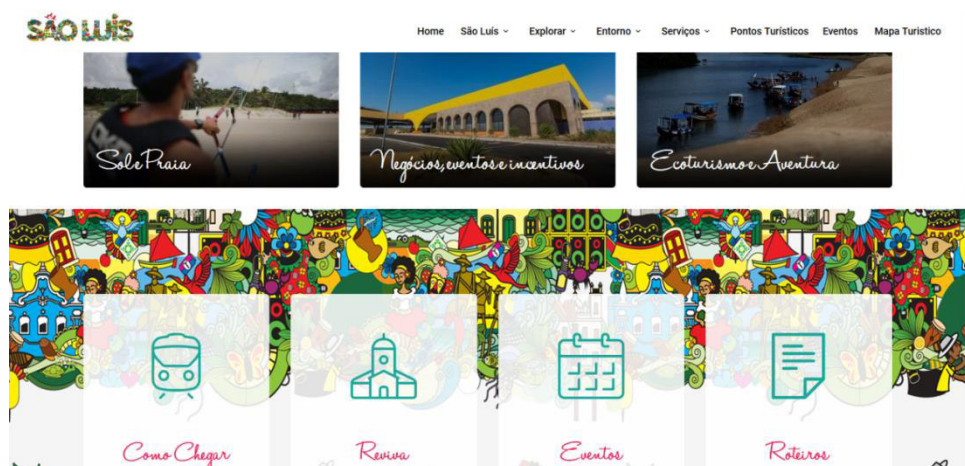
Ainda no site da Prefeitura, podemos perceber o apelo à diversidade na maneira como as informações sobre a cidade estão organizadas na plataforma:

Figura 10 – Instantâneo do site da Prefeitura de São Luís sobre a diversidade cultural



Fonte: <http://turismosaoluis.com.br/>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

Figura 11 – Instantâneo do site da Prefeitura de São Luís sobre outros aspectos da cidade



Fonte: <http://turismosaoluis.com.br/>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

Percebam que na figura 10 existe um argumento da diversidade que não fica muito evidente, porém, está implícito. Mais uma vez temos um destaque maior para o patrimônio material, utilizando um outro ângulo da Rua Portugal, como na figura 5 e, ao lado dessa identificação, temos também a manifestação popular da cidade representada, novamente, pelo Bumba-Meu-Boi, como na figura 7, além da gastronomia local, representada por um dos pratos mais típicos do Maranhão, o *Arroz de Cuxá*, que acreditamos remeter à cultura indígena e africana, simultaneamente.

Ao chegarmos à barra final da referida plataforma (figura 11), podemos perceber que a Prefeitura dá destaque, em menor proporção, se compararmos com os links da figura 10, às praias, aos negócios e ao ecoturismo, além de disponibilizar um calendário com os principais eventos da cidade, bem como meios de transporte e programas como o “Reviva”, que realiza “Saraus históricos” nos quais atores contam a história de São Luís (em perspectiva tradicional) percorrendo parte do Centro Histórico da cidade.

Em suma, podemos inferir que a plataforma da Prefeitura caminha no sentido de discursivizar a cidade como uma capital da diversidade cultural, porém, é a cultura do europeu representada pelos casarões históricos e fachadas azulejadas o principal mote turístico da referida plataforma. Tal pensamento fica nítido na sessão “História da cidade”, quando é enunciado que a cidade de São Luís:

[...] herança histórica, patrimônio mundial e destaque nacional São Luís, localizada numa ilha no litoral do Maranhão, no Nordeste do Brasil, em uma região que faz a ligação das regiões Norte e Nordeste do país, tem em sua miscigenação étnica, com influências francesa, holandesa, portuguesa,

africana e indígena, a sua verve cultural e maior riqueza, consolidadas pelo reconhecimento internacional com o título de Patrimônio Mundial em 1997, pela UNESCO. (História da Cidade. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: < http://turismosaoluis.com.br/historia_da_cidade/100>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Este enunciado corrobora com as ideias que vemos desenvolvendo, sobretudo nesta sessão, de que a capital maranhense é um destino singular por apresentar a fusão do patrimônio material com o patrimônio imaterial, num espaço litorâneo, típico da região nordestina. Contudo, ao acrescentar a figura do holandês como uma das bases étnicas da cidade, a Prefeitura singulariza, uma vez mais, a capital maranhense.

Em nossa compreensão, ao enunciar uma cidade sob um argumento dela ser multiétnica e multifacetada, a Prefeitura acredita ser o diferencial da cidade de São Luís, afinal, ela é uma cidade que liga Norte e Nordeste, possui praias, como qualquer cidade nordestina (apesar de não mencionar nossas arguas mornas e a coloração de nossas águas), mas que ao mesmo tempo possui a influência não de um único povo europeu, como a maioria dos estados no Brasil, mas sim três: o holandês, o francês e o português.

Ainda na mesma sessão, temos um enunciado que parece evocar a identificação de Manchester do Norte, discutida no capítulo 4 deste estudo:

Além do reconhecimento pelo seu patrimônio arquitetônico histórico e pela sua oferta cultural, em um entorno natural singular, a capital do Maranhão também conta com serviços e infraestrutura turística de qualidade, com variadas ofertas de hotéis, restaurantes e empresas do segmento turístico, além de excelentes shoppings e espaços para eventos e entretenimento. (História da Cidade. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: < http://turismosaoluis.com.br/historia_da_cidade/100>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Nesse fragmento, é possível observar um deslocamento no discurso turístico de São Luís na plataforma da prefeitura: a cidade possui, de fato, um acervo arquitetônico tombado pela UNESCO, é singular por esse e outros motivos, mas também é um lugar preparado para receber o turista, vide sua oferta de “hotéis, restaurantes e empresas do segmento turístico, além de excelentes shoppings e espaços para eventos e entretenimento”.

Ou seja, a capital maranhense não é detentora somente de uma história rica e multiétnica, mas também é uma cidade moderna, uma vez que conta com hotéis, restaurantes, shoppings centers e outros. Sob esse ponto de vista, a cidade de São

Luís mantém um diálogo direto entre o passado – patrimônio material – e o futuro – elementos da modernidade como hotéis, shoppings centers e afins.

A partir do olhar da Prefeitura, São Luís é mais do que uma capital da diversidade cultural, ela também pode ser apresentada ao turista-internauta ou ao turista-empresário como um lugar onde o nostálgico e o moderno convivem em perfeita harmonia, endossando a ideia original de heterotopia desenvolvida por Foucault (2001).

Na sessão “Aspectos culturais”, essa diversidade pode ser encontrada, sobretudo, na gastronomia local:

E para que sua viagem seja marcada pelos cheiros, sabores e cores de uma rica e saborosa Gastronomia, aproveite para conhecer os ingredientes e temperos de influências indígena, portuguesa, africana e francesa servidos nos aconchegantes restaurantes da cidade e também na Feira da Praia Grande e arredores, além dos vários festivais gastronômicos realizados na cidade.

Devido à sua localização no início da Amazônia, São Luís oferece sensações múltiplas e únicas. As receitas mais conhecidas fazem reverência, quase sempre, aos frutos do mar. Mas a riquíssima flora da região proporcionou, ainda, o surgimento de uma culinária de doces e quitutes, com destaque para as frutas nativas como bacuri, buriti, murici, jenipapo, tamarindo, caju, cupuaçu, jaca e juçara (ou açaí), e a farinha, produzida à partir da mandioca. Arroz de Cuxá, Torta de camarão, Doce de Espécie e até o Guaraná Jesus e uma dose de Tiquira, não podem faltar nos cardápios de quem visita São Luís. (Aspectos culturais. Site da Prefeitura Municipal de São Luís, 2018. Disponível em: <<http://turismosaoluis.com.br/cultura/12>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Apesar da presença do holandês ter sido apagada no tocante à gastronomia local e de não sabermos, enquanto nativos, desses eventos gastronômicos citados pela Prefeitura, a questão da diversidade cultural parece vir bastante clara neste trecho. Esse enunciado traz a cultura indígena especialmente no tocante às “frutas nativas como bacuri, buriti, murici, jenipapo, tamarindo, caju, cupuaçu, jaca e juçara (ou açaí), e a farinha, produzida à partir da mandioca”.

Assim como o site da Prefeitura, a plataforma do Governo também enuncia a diversidade cultural do Maranhão na sessão “Nosso Maranhão”:

No Maranhão, o Brasil ainda reencontra suas origens culturais mais genuínas. Segundo a Fundação Palmares, o estado é, depois da Bahia, o que abriga o maior número de povoados negros remanescentes de escravos, como a Reserva Extrativista do Quilombo do Frechal e Itamatitua. Além dos povos indígenas, como os Guajajaras, os Kanela e os Urubu-Kaapor, espalhados em várias reservas. Na mistura cultural gerada pela presença de portugueses, holandeses, franceses, indígenas e africanos, em meio à natureza brasileira, o Maranhão adquiriu traços culturais exclusivos, que se mantêm vivos e presentes, e são revelados na gastronomia, nas danças e nas festas populares. (Nosso Maranhão. Site do Governo do Estado, 2018. Disponível em:

<<http://www.sectur.ma.gov.br/maranhao-de-todos-nos/#.W3Tpm5MnblU>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Por se tratar de uma instância que visa divulgar não somente a capital maranhense como um destino turístico, mas o Maranhão como um todo, a plataforma do Governo apresenta uma regularidade discursiva, em comparação ao site da Prefeitura, ao enunciar a presença da cultura de outros povos que não sejam os europeus, alertando o turista-internauta que no Estado existem ainda comunidades quilombolas e indígenas, sendo que a cultura desses dois povos está melhor representada no cotidiano do maranhense na “gastronomia, nas danças e nas festas populares”.

Sobre a gastronomia, a plataforma do Governo assevera que a cozinha maranhense:

[...] sofreu influência francesa, portuguesa, africana e indígena. Caracteriza-se por tempero diferenciado e relativamente mais leve quando comparado com a cozinha nordestina em geral, fazendo uso de ingredientes como cheiro-verde, cominho em pó, pimenta-do-reino e frutas exóticas. A presença de peixes e frutos do mar como camarão, sururu, caranguejo, siri, pescada, robalo, tainha, curimatá, mero, surubim e outros peixes de água doce e salgada é marcante, e divide espaço à mesa com outros pratos como sarabulho, dobradinha, mocotó, carne de sol, galinha ao molho pardo, todos acompanhados de farinha d'água. Na sempre farta cozinha maranhense destaca-se o Arroz de Cuxá, símbolo da culinária do Maranhão, é feito com uma mistura de gergelim, farinha seca, camarão seco, pimenta de cheiro e o ingrediente especial – a vinagreira (hortaliça de origem africana muito comum no Maranhão). (Nosso Maranhão. Site do Governo do Estado, 2018. Disponível em: <<http://www.sectur.ma.gov.br/maranhao-de-todos-nos/#.W3Tpm5MnblU>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Conforme mencionado anteriormente, a plataforma do Governo parece apelar mais ao pathos na sessão “Destinos”, ao verificarmos que:

Maranhão. Até hoje não se sabe ao certo o que a palavra significa. Mas basta seus pés a terra tocar para ter a certeza da sua grandeza, seus encantos e sua energia. Uma mistura francesa, portuguesa, holandesa, bem brasileira. Um destino único. Afinal, em que lugar do mundo é possível presenciar o encontro da Amazônia com o mar? Onde mais se vê um deserto de areias brancas com milhares de lagoas cristalinas? Onde mais se pode apreciar o maior acervo de azulejos portugueses fora de Portugal? Tudo isso e muito mais é o Maranhão. Cenários naturais raros. Povo com raça, com graça, com fé. Patrimônio histórico, cultural e arquitetônico reconhecido pelo mundo. Sabor e afeto. Descanso e diversão. (Destinos. Site do Governo do Estado, 2018. Disponível em: <<http://www.sectur.ma.gov.br/destinos/#.W3TqLpMnblU>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

No enunciado acima, verificamos a volta do povo holandês à ordem discursiva que promove o discurso turístico sobre a cidade, apesar de não serem lembrados

com relação ao patrimônio material, imaterial ou mesmo na gastronomia. É importante lembrar que a plataforma do Governo, neste momento, nos fornece um panorama geral da diversidade encontrada não somente em São Luís, mas em todo o Maranhão.

Contudo, no momento em que a plataforma do governo enuncia “uma mistura francesa, portuguesa, holandesa, bem brasileira. Um destino único. Afinal, em que lugar do mundo é possível presenciar o encontro da Amazônia com o mar? Onde mais se vê um deserto de areias brancas com milhares de lagoas cristalinas? Onde mais se pode apreciar o maior acervo de azulejos portugueses fora de Portugal?”, temos não apenas um endosso da diversidade cultural encontrada no Maranhão/São Luís, mas um forte argumento que apela diretamente ao pathos do turista-internauta, afinal, onde mais se pode presenciar a arquitetura lusitana fora de Portugal ou mesmo em que lugar do Brasil há o encontro da Amazônia com o mar?

Por fim, atribuindo ainda um caráter singularizante para a capital maranhense, o site do Governo enuncia na sessão “Turismo cultural”:

O Maranhão respira e exala uma cultura forte e autêntica. A singularidade da arquitetura de sua capital, reconhecida mundialmente, a memória histórica das suas cidades coloniais, a reverência cotidiana às suas crenças religiosas, seu folclore vivo, o colorido contagiante das suas festas, o sincretismo entre o profano e o religioso, o ritmo das suas músicas e a musicalidade de sua gente, a alma de sua poesia, os sabores da sua culinária, o artesanato que brota das mãos habilidosas dos seus artesãos e artistas.

Um destino que proporciona uma experiência cultural marcante, fruto de uma mistura rara: a herança de africanos, portugueses, indígenas, franceses e holandeses, a influência das rádios caribenhas, em um lugar que é meio Norte e meio Nordeste. E que acolhe, de um jeito espontâneo, festeiro e hospitaleiro, turistas vindos de toda a parte do Brasil e do mundo, dispostos a integrar este espetáculo de cores, sons, sabores e magia. (Turismo cultural. Site do Governo do Estado, 2018. Disponível em: <<http://www.sectur.ma.gov.br/turismo-cultural/#.W3Tq4pMnblU>>. Acesso em 22 de novembro de 2018).

Neste enunciado, que promove a diversidade no âmbito estadual, temos uma singularidade atribuída ao Maranhão graças à sua capital, reconhecida internacionalmente pela diversidade cultural, representada pela arquitetura, folclore, gastronomia, história, artesanato, sincretismo religioso e pelas suas festas populares (especialmente o São João).

No segundo parágrafo há enunciados que atestam a diversidade cultural presenciada no Estado/São Luís pela mistura de povos europeus, indígenas e africanos e a identificação atribuída à capital maranhense de “Jamaica brasileira” é

representada quando a plataforma em questão, ao apresentar o *hall* de atrativos turísticos de São Luís, enuncia a “influência das rádios caribenhas”.

Percebemos também que este enunciado, se comprado à logomarca da Prefeitura de São Luís (figura 9), apresenta regularidades discursivas, no tocante a diversidade Cultural encontrada na capital maranhense, ao trazer as principais (ou mais famosas) identificações atribuídas à São Luís, como a de “Patrimônio da Humanidade”, “Cidade dos Azulejos”, “Jamaica Brasileira”, “Terra do Bumba-Meu-Boi”, dentre outras.

Dessa maneira, acreditamos que a formação discursiva pautada na diversidade cultural, como pudemos verificar a partir dos enunciados arrolados no presente item, ancora-se no patrimônio material e no patrimônio imaterial, somado aos aspectos geográficos e gastronômicos, como as praias de São Luís, a localização geográfica do Estado, estando entre o Norte e o Nordeste do país, além de apresentar uma gastronomia diferente do restante do país por conta de suas “frutas exóticas”, suas farinhas de mandioca, sua cachaça (Tiquira), dentre outros elementos que ambas as plataformas se valem para singularizar a capital maranhense e o Estado.

Com isso, percebemos que o atual mote turístico da cidade de São Luís, na perspectiva tanto de sua Prefeitura Municipal, quanto do Governo do Estado do Maranhão, resgatam a ideologia da singularidade que a elite maranhense cultiva desde o século XIX, como pudemos verificar no capítulo 3 deste estudo, mas não mais sob o argumento de ser apenas a França Equinocial, a singularidade presente no discurso turístico sobre São Luís no ciberespaço é pautada na diversidade cultural que engloba não apenas elementos culturais, mas geográficos e gastronômicos.

Dessa maneira, nossa pesquisa objetivou realizar uma análise discursivo-argumentativa dos enunciados que compõe um discurso, inicialmente, político (uma vez que parte de instâncias do poder público locais), oficial (já que são essas instâncias que enunciam sobre a capital maranhense no ciberespaço e não um sujeito aleatório e/ou com um ethos pouco credível) e indiscutivelmente turístico.

No caminho traçado para o nosso estudo, percebemos a arqueogenealogia foucaultiana se faz presente na história da capital maranhense, desde a sua origem (um pouco nebulosa), revelando uma história não oficial (história nova) sobre a gênese da capital maranhense, passando pelo reconhecimento da UNESCO no

tocante à relevância cultural encontrada tanto no patrimônio material quanto no imaterial, configurando uma característica diversa culturalmente falando à São Luís.

Nossa escolha em distribuir os enunciados a ser analisados em três formações discursivas distintas nos revelou o quão importante é esta identificação – de Capital da Diversidade Cultural – para o discurso turístico atual, uma vez que estramos numa ordem discursiva pautada na representatividade.

Ao lado das contribuições foucaultianas, a argumentação no discurso perelmaniana revelou que a maioria dos argumentos dispostos nas plataformas da Prefeitura e do Governo do Maranhão ancoram-se da verossimilhança. Por isso a maioria dos argumentos encontrados em ambas as plataformas são baseadas na estrutura do real, muitas vezes aliando argumentos pragmáticos (não contestáveis) a argumentos de autoridade (pautados num ethos discursivo credível), revelando a feição argumentativa/persuasiva inerente ao discurso turístico.

Dessa forma, São Luís a partir da perspectiva de sua Prefeitura Municipal e do Governo do Estado do Maranhão é um espaço sinônimo de diversidade cultural por conta da heterotopia existente na cidade que em vez de possuir identificações conflitantes, são identificações complementares, tornando a capital maranhense numa *mignonne du Brésil*, uma verdadeira “namoradinha do brasil” por conta desse conjunto de fatores culturais multiétnicos encontrados somente em São Luís do Maranhão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou realizar uma análise discursivo-argumentativa de enunciados dispostos nas plataformas digitais da Prefeitura Municipal de São Luís e também do Governo do Estado Maranhão por acreditarmos que essas esferas estão alinhadas ao turismo, fonte de grande renda no mundo atualmente.

Essa abordagem soma-se à observação de que a rede mundial de computadores (ou internet) possui a função de conectar sujeitos, em diferentes partes do Globo, possibilitando que as trocas comunicativas entre eles não aconteçam, exclusivamente, face a face.

Nesse contexto, baseados nos estudos de Recuero (2009), percebemos que as plataformas digitais da Prefeitura e do Governo assemelham-se a um *weblog*, por se apresentarem como uma espécie de suporte textual no qual é possível observarmos textos e imagens no mesmo suporte, ao contrário de outras redes sociais digitais.

Ao tratarmos dos efeitos de sentido/persuasão oriundos de enunciados dispostos em sites oficiais, portanto, de linguagem na internet, nosso estudo, não esgota as inúmeras possibilidades de interpretação. O presente estudo ganha relevância no campo da AD francesa de matiz foucaultiana, inicialmente, por se propor a investigar acontecimentos discursivos importantes não apenas para a história da capital maranhense, colocando em relevo algumas descontinuidades e rupturas próprias da dispersão do enunciado, como também destaca procedimentos externos de exclusão (além da relação saber/poder) que estavam camuflados no discurso turístico oficial sobre São Luís no ambiente virtual.

Além das contribuições referentes à AD foucaultiana, sentimos a necessidade em trazer uma outra vertente discursiva – a argumentação – à luz do *Tratado de Argumentação* proposto por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Acreditamos que um discurso turístico é, essencialmente, argumentativo, uma vez que ele visa convencer/persuadir um auditório, seja ele universal ou particular.

Em nossa pesquisa, os turistas-internautas compõem um auditório do tipo universal, o que dificultaria, em tese, o discurso produzido pelas instâncias do poder local no sentido de que São Luís compete não somente com outros destinos nacionais, mas internacionais também, já que no espaço virtual o mundo cabe na palma da mão. Nesse sentido, ambas as plataformas necessitam produzir

enunciados coesos, coerentes e que suscitem no turista-internauta o desejo de conhecer a capital maranhense.

Para atingir tal efeito, percebemos que as plataformas da Prefeitura e do Governo do Maranhão lançam mão de uma série de argumentos, muitos deles da família dos argumentos baseados na estrutura do real do tipo de sucessão, valendo-se, muitas vezes, da credibilidade conferida ao seu ethos discursivo, dos argumentos pragmáticos somados aos argumentos de autoridade, justamente por se tratar de um discurso oficial, produzido por instâncias do poder local.

Ao mesmo tempo que esse discurso sobre a capital maranhense é turístico-oficial-político, ele precisa ancorar-se na verossimilhança e produzir efeitos de sentido nos turistas-internautas por meio de interdições e de vontades de verdade, afinal, como pondera Foucault (2010) nem tudo deve ser dito e nem deve ser dito a qualquer pessoa.

Dessa maneira, acreditamos na complementação das teorias discursivas propostas por Foucault e Perelman por nos auxiliar na compreensão de que acontecimentos discursivos emergiram para que a capital maranhense fosse discursivizada de uma determinada forma no século XIX (França Equinocial), de outra no século XX (Patrimônio Cultural da Humanidade) e atualmente (século XXI) como uma Capital da Diversidade Cultural.

Essa simultaneidade de identificações não configuram somente uma diversidade cultural presente na capital maranhense, são vozes que ainda ecoam no discurso oficial que enuncia a cidade de São Luís para o mundo no ambiente digital. Ou seja, o discurso turístico é persuasivo por excelência, mas essa persuasão acontece também pelo conjunto de acontecimentos discursivos que tornam a capital maranhense diversificada, culturalmente falando.

Isso porque dentro de uma lógica capitalista a capital maranhense, assim como outras cidades históricas, conforme salienta Carvalho (2009), tornou-se um produto. Como produto, a Prefeitura e o Governo do Estado têm a missão de apresentar a capital maranhense em sua melhor forma, em seu melhor ângulo para fazer com que o turista-internauta se sinta atraído a conhecer a capital maranhense e com isso melhorar as receitas locais.

Na elaboração de um discurso turístico que ressalta apenas os pontos positivos encontrados na cidade destacando, sobretudo, o patrimônio material em consonância ao patrimônio imaterial, a capital maranhense se torna singular pela

maneira com que ambos os patrimônios coexistem, tornando a capital maranhense um espaço heterotópico, dentro do espaço virtual. São Luís torna-se singularizada no momento em que a comparamos com outras cidades brasileiras e nordestinas por conta dessa diversidade cultural discutida no último item do capítulo destinado às análises.

Dessa maneira, consideramos que a capital maranhense seja discursivizada atualmente na rede mundial de computadores, a partir das plataformas digitais da Prefeitura e do Governo, como um espaço no qual existe uma diversidade cultural tão singular que é impossível o turista-internauta encontrar tal diversidade ou uma gama tão grande de atrativos turísticos em outro lugar. Foram criadas tantas identificações/epítetos para São Luís, como “Ilha do amor”, “Ilha Magnética”, “Atenas Brasileira”, “Manchester do Norte”, “Cidade dos Azulejos”, “Patrimônio Cultural da Humanidade”, “Capital Nacional do Bumba-Meu-Boi”, “Capital Americana da Cultura”, que essas identificações compõem um DNA heterotópico da capital maranhense, tornando-a singular a partir desse conjunto de elementos, uma verdadeira *Mignonne du Brésil*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antonio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 8. ed. Ateliê Editorial: São Paulo, 2008.
- ABREU, Antonio Suárez. **Breves considerações sobre a arte de argumentar**. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; ABRIATA, Vera Lúcia Rodella;
- MENDONÇA, Marina Célia (orgs.). **Sentidos em movimento: identidade e argumentação**. Franca, São Paulo: Unifran, 2008.
- ALMEIDA JUNIOR, Licínio Nascimento. **Conjecturas para uma Retórica do Design [Gráfico]**. 2009. Tese (Doutorado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=13975@1>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CARVALHO, C. de M. B. de. **A genealogia o patrimônio de São Luís: da Athenas à capital da diversidade**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP, 2009.
- CARVALHO, Conceição Belfort. **O discurso ressignificando o espaço da cidade**. In: CRUZ, Mônica da Silva, CUTRIM, Ilza Galvão e CABRAL, Luís Rodolfo (org). **Discursos, sujeitos e sentidos: perspectivas identitárias**. Curitiba, PR: CRV, 2014.
- CITELLI, Adailson. **Linguagem e persuasão**. 15ª edição. 4ª Impressão. São Paulo: Ática Editora, 2002.
- COELHO, Fábio Uchoa. **Prefácio**. In: PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COSTA JUNIOR, César (org). **Projeto Buriti: história**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2007.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. **Micro-física do poder**. Disponível em: <
[https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-
 _Michel_Foucault.pdf](https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf)>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

_____. **Outros espaços**. In: MOTA, M. B. (Org.). Michel Foucault e a Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3, p. 411-422.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

LACROIX, Maria de Lourdes Luande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2. e.d. rev. e ampliada – São Luís, Lithograf, 2002.

MASCUSCHI, Luís Antônio. **A questão dos suportes dos gêneros textuais**. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dclv/article/view/7434/4503>>. Acesso em 04 de novembro de 2019.

O Patrimônio: legado do passado ao futuro. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em 28 de julho de 2019.

PACHECO, G. **Retórica e nova retórica: a tradição grega e a teoria da argumentação de Chaïm Perelman**. Cadernos pet-jur/puc-rio, Rio de Janeiro, p. 27-47, 1997. Disponível em: <
<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25334-25336-1-pb.pdf>>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em 28 de julho de 2019.

Patrimônio Cultural no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

Patrimônio imaterial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLATIN, Christian. **A argumentação**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

São João do Maranhão. Disponível em:
<<http://www.ma.gov.br/saojoaodomaranhao/>>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo.** *In*: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SOARES, Flávio José Silva. **Prefácio.** *In*: LACROIX, Maria de Lourdes Luande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 2. ed. rev. e ampliada – São Luís, Lithograf, 2002.

TRIGALI, Dante. **Introdução à retórica:** a retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

Turismo São Luís. Disponível em: <<http://turismosaoluis.com.br/>>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Retórica e argumentação.** *In*: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy e ORLANDI, Eni P. (orgs). Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade. Campinas: Pontes Editores, 2006.